

ROSANGELA DI GIOVANNI

PROJETOS DE VIDA

Um estudo das representações
femininas do aborto

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Programa de Pós-Graduação em
Antropologia Social da Universidade
Estadual de Campinas

Campinas 1983

Para

Armando e Iris

Meus agradecimentos aos professores Dr. Peter Fry, meu orientador e Dra. Mariza Correa, co-orientadora. Devo aos dois, à sua grande sensibilidade, a sensação que sinto de pelo menos ter feito este trabalho apaixonadamente. À eles, todo o meu afeto.

As mulheres entrevistadas, agradeço sinceramente o aprendizado imenso que representou para mim o conhecimento de suas vivências.

UMA PESQUISA COM MULHERES QUE ABORTARAM..... 1

I PARTE: ALGUNS ASPECTOS DA QUESTÃO DO ABORTO NO BRASIL

1. O ABORTO NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA..... 16
2. PESQUISAS BRASILEIRAS SOBRE ABORTO..... 26
3. O DEBATE..... 39

II PARTE: PROJETOS DE VIDA

1. AS SOLTEIRAS: ROSE E AMANDA..... 51
2. AS CASADAS: CÉLIA E LÍGIA.....100
3. AS DESQUITADAS: CLARA E MATILDE.....151

RETOMANDO ALGUMAS QUESTÕES.....174

NOTAS.....182

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....186

UMA PESQUISA COM MULHERES QUE ABORTARAM

Este trabalho realizado na cidade de Campinas durante o ano de 1981 teve como preocupação básica a tentativa de apreender as representações sobre aborto elaboradas por mulheres que viveram essa experiência.

O aborto estava sendo discutido nos grupos feministas quando comecei esta pesquisa e me pareceu que seria uma contribuição importante ao debate conhecer o que pensam sobre o aborto as mulheres que abortaram.

Minha suposição era de que o aborto poderia ser percebido nos termos propostos por Turner na medida em que segundo o autor, os dramas sociais surgem em situações conflitantes, consistindo na ruptura das relações sociais regulares, na quebra de normas e são reveladores de aspectos fundamentais da sociedade. (1975, 35). Sendo o aborto uma quebra de certas regras definidas socialmente e juridicamente, elaborei a hipótese de que ao ser discutido deveria explicitar valores e regras relativas a questão de reprodução sexualidade, maternidade, paternidade.

Para atingir esse objetivo optei por fazer uma pesquisa qualitativa realizando entrevistas abertas que visavam reconstituir a história de vida de mulheres que abortaram⁽¹⁾.

A escolha desse método de investigação se deve a sua adequação aos objetivos da pesquisa. Isto porque, por um lado, sua utilização permitiria a apreensão de detalhes não percebidos por outras técnicas de abordagem; e por outro, ao permitir um mínimo de interferência possível por parte do pesquisador, as entrevistas abertas possibilitariam às mulhe-

res entrevistadas elaborar seus relatos segundo o que lhes parecia legitimador de uma experiência legalmente proibida. A premissa na escolha deste método era de que ao apontar as justificativas para o aborto praticado, a participação do parceiro no processo de decisão, os mecanismos acionados na realização dessa experiência, as conseqüências físicas e emocionais resultantes dessa opção, as entrevistadas estariam fornecendo elementos para a compreensão do aborto do ponto de vista da mulher que abortou.⁽²⁾

Tendo em vista que as mulheres que abortam não se encontram localizadas espacialmente, não se circunscrevem socialmente, nem estão inseridas em grupos definidos em termos de interesses comuns, esta é uma pesquisa sobre uma categoria contingente-mulheres que abortaram, uma vez que é a experiência do aborto o elemento comum, a contingência que as une, tornando-as uma categoria específica, passível de ser analisada.⁽³⁾

Dada a ilegalidade do aborto e a conseqüente clandestinidade obrigatória da sua prática, as mulheres que abortam constituem uma categoria contingente invisível, difícil de ser atingida. Em razão dessa dificuldade, intenções maiores quanto ao número de mulheres a serem entrevistadas tiveram que ser restringidas. Os dados coletados dizem respeito à apenas 25 mulheres. Dessa forma não se pretende obter uma amostra representativa da problemática do aborto. Minhas observações serão portanto, limitadas ao universo investigado.

A seleção de mulheres a serem entrevistadas se deu assim através da minha rede de relações pessoais. Amigas, vizinhas, que por sua vez me apresentavam outras conhecidas, a quem eu revelava os objetivos da pesquisa pedindo que me indicassem casos de que tivessem conhecimento. Ao solicitar ajuda às pessoas indicadoras frisava que a identidade das mulheres entrevistadas seria preservada através da troca dos nomes verdadeiros por outros escolhidos por elas mesmas.

Apesar de ter sempre insistido com as pessoas para que me indicassem mulheres de diferentes idades, estado civil, religião e origem social, pela própria natureza desta seleção - através de rede de relações pessoais - houve predominância de mulheres que chamo aqui de "classe média" (estudantes, professoras, administradoras de empresa, etc.). Pela mesma razão entre as mulheres que chamo aqui de "classe baixa" predominaram as empregadas domésticas.

A partir das indicações, detalhes mais precisos a respeito dos objetivos do trabalho e sobre a forma como seriam realizadas as entrevistas eram explicitadas às mulheres indicadas, antes de ser solicitada a confirmação em participar da pesquisa. Após o consentimento a mulher em questão marcava o dia e a hora em que a entrevista se realizaria. O local escolhido ou era a minha casa ou a da entrevistadas segundo sua preferência.

Houve apenas um caso em que a mulher indicada concordou em participar da pesquisa e a entrevista não se realizou. Embora houvesse consentido, as entrevistas por ela mar-

cadras foram sempre adiadas. As alegações dadas embora não fizessem referência específica, pareciam estar relacionadas ao tema investigado. "Eu não estou bem de cabeça e não me sinto em condições de conversar", ou então "eu gostaria de conversar porque pode me ajudar a me entender melhor, mas sinto que ainda não é o momento", disse ela. Diante da hesitação constante resolvi não insistir e a entrevista não foi realizada. Com relação às outras mulheres o consentimento dado às pessoas indicadoras resultou na participação efetiva na pesquisa.

As entrevistas seguiram um roteiro-base que visava reconstituir a trajetória biográfica das mulheres que abortaram, tendo como fio condutor a sexualidade vivida. O fato de não abordar de imediato a experiência do aborto facilitou o desenrolar das entrevistas. A conversa em torno de tópicos como menstruação, relacionamentos sexuais, controle da fertilidade, além de permitir uma melhor compreensão dessa vivência, proporcionava o tempo necessário para uma acomodação na relação entrevistada e pesquisadora.

Os momentos que precediam as entrevistas eram marcados por expectativas de ambas as partes. Enquanto pesquisadora, o temor de invadir bruscamente, ainda que de forma consentida, a vida de uma mulher que eu não conhecia para que ela me revelasse "coisas muito íntimas", somava-se ao receio de não saber lidar com a carga emocional contida nesses depoimentos. Por parte das mulheres entrevistadas a ansiedade sobre "o que falar" era sempre manifestada, antes que se formalizasse a entrevista.

Lúcia, 25 anos, escriturária, casada e mãe de uma menina assim se refere à expectativa em relação à entrevista.

"Eu estava pensando no que falar, e fiquei sem saber como falar, sem saber o que falar. Porque na verdade não é muito comum parar para falar dessas coisas".

Vera, 22 anos, estudante, desquitada, sem filhos, revela que :

"Eu estou me sentindo como se fosse a primeira vez que eu paro para pensar e falar sobre essas coisas. Pela primeira vez eu paro mesmo, só para falar da minha vida sexual.

Eu acho que isso pode ser bom para me ajudar a entender melhor tudo que eu tenho vivido. Eu achei bom para pensar sobre tudo isso. Mesmo assim me sinto um pouco tensa. Acho que é normal porque a gente não fala muito dessas coisas".

Sônia, 22 anos, estudante, solteira, assim se manifesta no início da entrevista.

"Eu fiquei pensando que a sensação que eu tenho é a de passar a vida a limpo . E isso pode ser até doloroso, mas também ajuda, faz com que a gente se entenda melhor".

Renata, 18 anos, estudante, solteira, revela que:

"Eu não sei bem por onde começar porque eu nunca falo muito sobre essas coisas. Nunca me aconteceu de parar para falar desse jeito".

Matilde, 44 anos, vendedora, desquitada e mãe de duas filhas, assim se refere em relação à entrevista.

"Eu não estou acostumada a falar dessas coisas. Quase não fala com ninguém. Não é do meu costume comentar a minha vida. Então eu fico um pouco sem jeito".

Diante da ansiedade sempre explícita e diante da colocação constante de que "não sei o que contar", porque "não é comum falar dessas coisas" as experiências já obtidas através da pesquisa foram reveladas na tentativa de amenizar a tensão manifestada. A partir do conhecimento de outras vivências as entrevistadas passavam a se relacionar comigo de forma menos tensa, evoluindo para um relaxamento maior.

A tensão presente no início de cada entrevista, compartilhada por pesquisadora e entrevistada, atribuída por mim ao fator de sermos desconhecidas e estarmos juntas para falar de "coisas muito íntimas", se por um lado criava um certo receio que só aos poucos se diluía, por outro lado, possibilitava a revelação de fatos que eram desconhecidos pela pessoa que havia sido a indicadora, já que não mantínhamos ne-

nhum tipo de relacionamento social senão o dado pela pesquisa. Exemplo disso é o caso de Lúcia, 25 anos, casada, mãe de uma menina. A pessoa que a havia indicado só tinha conhecimento de um dos três abortos por ela praticados e durante a entrevista Lúcia fez referência a esse fato, me pedindo "segredo" em relação à pessoa indicadora. Outro exemplo é o caso da Márcia, 36 anos, desquitada, ajudante de cabelereira, que revelou que a pessoa que a indicou não sabia do seu relacionamento na ocasião da gravidez que resultou em aborto.

Meu temor inicial diante da abordagem do tema foi se dissipando logo após as primeiras entrevistas em função da reação das entrevistadas que consideravam ter sido "bom falar com alguém que compreende e não julga". A partir dessa reação algumas mulheres que haviam participado da pesquisa passaram a me indicar outras mulheres. Essas indicações se davam ora por simpatia em relação ao tema que foi definido como "assunto importante" a ser investigado, ora por considerar que a oportunidade de "falar sobre essas coisas fazia bem". Caso ocorrido com Margarida, 44 anos, professora secundária, casada, mãe de 3 meninos, que ao avaliar sua experiência na pesquisa me indicou Matilde, sua amiga, por supor que "falar com alguém estranho, sem pressa, vai fazer bem a ela que está vivendo momentos difíceis".

Embora essas indicações não tenham sido uma constante, esse fato possibilitou estabelecer uma rede de relações de amizade e profissão semelhante. Exemplifico a partir dos seguintes casos: três das empregadas domésticas se conhe-

ciam entre si, após ter feito a entrevista com Madalena, uma delas, sugeriu espontaneamente as indicações e entrevista com Nilza e Amanda. O mesmo ocorreu com algumas estudantes. Sônia me indicou Renata que por sua vez indicou Vera. Dessa forma é possível apontar a existência de pequenas redes de relações restritas à algumas mulheres na medida em que não atingia o restante das entrevistadas que não se conheciam entre si.

A reação diante da pesquisa teve repercussão em relação às pessoas indicadoras de casos. Regina que havia me indicado Sonia, 23 anos, estudante, solteira, após ouvir a reação a respeito da entrevista, acabou por se transformar de mediadora em entrevistada ao se decidir a participar da pesquisa.

Regina, 24 anos, estudante, solteira, revela que:

"A gente quando faz aborto passa por essas coisas sozinha e aguenta tudo calada. Eu nunca contei nada a ninguém. Nunca me senti segura para contar uma coisa dessas. Depois que a Sônia me falou da entrevista, como foi bom para ela, eu fiquei pensando que seria bom poder falar. E foi muito bom porque eu me senti aliviada. Falei tudo que eu guardei durante tanto tempo. E a gente não fala dessas coisas por causa do medo de não ser entendida".

A sensação de "alívio" expressa por Regina foi também manifestada por outras mulheres.

Irene, 25 anos, professora de segundo grau, solteira, assim se refere à entrevista:

"Nunca tinha acontecido de falar desse jeito. Me deu um alívio enorme porque parece que quando a gente fala sem pressa algumas coisas ficam mais claras e a gente se entende melhor. Me fez bem. Eu senti um alívio muito grande.

Teresa, 57 anos, dona de casa, mãe de duas filhas, observou que:

"Falando desse jeito, contando tudo desde o começo eu fiquei pensando que a minha vida dava até um romance. Lembrar das coisas passadas e falar dessas coisas todas me fez bem. A gente nunca pára para pensar nas coisas todas que viveu".

Célia, 29 anos, decoradora, casada, tem duas filhas, assim se expressa em relação à entrevista.

"Eu nunca pensei que fosse falar tanto. Fiquei muito emocionada. Realmente mexeu muito comigo. Eu tive a sensação de ter desabafado e me sinto mais leve e aliviada".

Os relatos acima parecem indicar que meu papel de pesquisador foi interpretado pelas mulheres de 'classe média' como sendo o de uma terapeuta, papel de certa forma já institucionalizado nessa área da vida social brasileira, e que pode ser atribuído tanto à natureza do tema investigado, como a própria forma como foram realizadas as entrevistas. Para as mulheres de 'classe baixa' quase todas empregadas domésticas, meu papel parece ter sido percebido como "filha de família", vista como depositária de confiança. Essa maneira diferenciada de perceber meu papel enquanto pesquisadora pode ser remetida à própria lógica do universo cultural das mulheres em questão. Os relatos indicam também que minha hipótese de que ao discutir a experiência do aborto as representações sobre sexualidade, maternidade, paternidade estaria sendo explicitadas, se configurou, na medida em que as entrevistas enfatizaram o falar de terem "falado muito", expressando também sentimento de "alívio" após as entrevistas. (6)

O caso de Maria, 25 anos, empregada doméstica, casada mãe de dois filhos, constitui uma exceção à esse sentimento de "alívio". Ao contrário das entrevistas que se iniciavam de forma tensa, evoluindo para um relaxamento maior, ocasionando às vezes sensação de alívio, a entrevista com Maria foi toda muito tensa e muito contida.

"Eu simplesmente não gosto de falar dessas coisas. Não é do meu feitio. Não é do meu temperamento. Eu sou calada mesmo, e não gosto muito de falar dessas coisas".

Em relação à postura de Maria, tendo consciência, a partir da sua resistência, de que as informações prestadas não ultrapassariam os limites da superficialidade imposta, resolvi que enquanto pesquisadora deveria respeitar seus limites e considerar o seu depoimento contido e receoso como um dado a mais para a compreensão da problemática que estava investigando.

Ao conduzir as entrevistas, minha preocupação básica consistiu em tentar perceber "até onde ir" de modo não ultrapassar os limites nem sempre visíveis que me eram dados. Minha postura foi assim assumida por entender que a própria natureza do tema investigado às vezes provocava fortes emoções nas mulheres entrevistadas e também por considerar esta a forma adequada para atingir os objetivos da pesquisa. Na medida em que estava trabalhando com versões de uma experiência vivida me interessava justamente perceber como eram construídos esses relatos, uma vez que essa elaboração me fornecia as representações das mulheres sobre o aborto. Nesse sentido, minha preocupação não era com a veracidade dos fatos ocorridos, mas sim com as representações elaboradas a partir da vivência desses fatos.

O universo pesquisado foi diversificado através da utilização das variáveis: origem social, estado civil, idade e religião por terem sido considerados como fatores que poderiam particularizar a experiência do aborto.

Com relação à origem social ao trabalhar com mulheres pertencentes à diferentes camadas sociais a suposição

era de que o aborto seria vivido de modo diverso tanto no que se refere aos motivos que levam à essa opção, como principalmente em relação às condições em que esta experiência é concretizada.

Estado civil foi considerado como fator que poderia particularizar a vivência do aborto na medida em que a condição de solteira poderia ser em si mesma motivo para abortar, enquanto mulheres casadas poderiam alegar motivos de outra ordem, como por exemplo já possuir o número de filhos desejados.

Quanto à idade se partirmos da premissa de que existe um tempo biológico e socialmente determinado para se ter filhos, tanto mulheres de pouca idade, como mulheres de idade avançada poderiam atribuir a essa condição sua decisão pelo aborto.

Com relação a religião pretendia-se verificar em que medida o aborto seria vivenciado de forma peculiar pelas mulheres que se diziam religiosas.

A partir das variáveis com as quais se trabalhou o universo investigado pode ser assim descrito:

A partir da profissão exercida, tomada como indicador de origem social, houve predominância de mulheres pertencentes ao que chamo aqui de "classe média". Dezesete mulheres poderia ser assim consideradas, enquanto oito delas pertenciam a um estrato social mais baixo. Em relação ao estado civil dez mulheres eram solteiras, nove casadas e cinco desquitadas. No que se refere à idade a mais jovem tinha 17 anos e a

mais velha, 57 anos, prevalecendo nos demais casos a faixa etária de 20 a 30 anos. Quanto à religião, dezesseis mulheres se declararam católicas, três espíritas e cinco revelaram não ter nenhum tipo de adesão de ordem religiosa.

Ao organizar os dados pra efeito de análise, a primeira tentativa consistiu em agrupá-lo em torno dos itens que compunham o roteiro-base das entrevistas. Pretendia examinar as práticas de controle da fertilidade exercidas pelas mulheres que abortaram. Em seguida, seriam analisadas as circunstâncias que definiam a gravidez como indesejável, as justificativas dadas para o aborto e a participação do parceiro nesse processo. Reconstituído o momento que precede o aborto, seriam examinados os mecanismos acionados na sua concretização em termos das pessoas envolvidas e dos métodos utilizados.

Dessa forma, os dados obtidos seriam retirados dos depoimentos e agrupados em torno do que poderia ser chamado de 'fases' que compõem o processo referente à prática do aborto.

A constatação de que esse procedimento, ao isolar as informações do contexto biográfico das entrevistadas resultava em fragmentos de vivências que não continha a riqueza dos relatos, ocasionou alteração na forma como estavam sendo organizados os dados.

Para não fragmentar os depoimentos optei por preservar algumas histórias por inteiro e a partir da sua narrativa introduzir as outras histórias de modo a ressaltar as semelhanças e os contrastes das experiências vividas, sem per -

der de vista o contexto no qual estavam inseridas. As mulheres entrevistadas foram reunidas em torno de três categorias - solteiras, casadas e desquitadas, sendo que cada categoria inseriria uma divisão relacionada à origem social. Não se pretendia entretanto uma análise comparativa, dado que as histórias de vida não são estritamente comparáveis, tanto no que diz respeito ao número desigual de mulheres com diferentes origens sociais, como em relação às peculiaridades contidas em cada depoimento. Nesse sentido as histórias de vida opostas à partir da origem social seriam utilizadas como contraponto, possibilitando a relativização dos dados obtidos com a maioria das entrevistadas.

Na primeira parte deste trabalho faço um apanhado rápido da legislação brasileira sobre o aborto, uma breve análise das pesquisas disponíveis para a situação brasileira e um resumo do debate atual sobre o aborto em nossa sociedade. Como meu objetivo é oferecer uma contribuição para a discussão da questão, enfatizando um aspecto que me parece ter sido negligenciado nos debates sobre o aborto, até agora realizado, ou seja - o que representa o aborto para as mulheres que abortaram - refiro-me apenas à situação e ao contexto da questão no Brasil. (7)

A intenção dos três tópicos tratados nessa primeira parte é oferecer assim, um panorama, ainda que rápido dos contextos jurídico, político e dos dados disponíveis que fornecem o pano de fundo das questões que serão discutidas nas entrevistas. Na segunda parte estas entrevistas são apresenta-

das de acordo com a organização já mencionada. Aqui me detenho especificamente nos relatos das mulheres entrevistadas analisando questões como uso de anticoncepcional, justificativas das ao aborto, participação do parceiro nesse processo e mecanismos acionados na concretização dessa experiência.

O quadro em anexo resume os dados principais das entrevistadas nesta pesquisa.

O UNIVERSO DA PESQUISA

"CLASSE MÉDIA"	SOLTEIRAS	"CLASSE BAIXA"
<u>Rose</u> , 27 anos, adm. empresas		<u>Amanda</u> , 28 anos, empreg. doméstica
<u>Paula</u> , 18 anos, estudante 2º grau		<u>Neuza</u> , 26 anos, empreg. doméstica
<u>Renata</u> , 18 anos, estudante 2º grau		
<u>Cristina</u> , 18 anos, estudante 2º grau		
<u>Irene</u> , 25 anos, profa. do 1º grau		
<u>Sônia</u> , 22 anos, estudante univers.		
<u>Regina</u> , 24 anos, estudante univers.		
<u>Silvia</u> , 38 anos, adm. de empresas		

"CLASSE MÉDIA"	CASADAS	"CLASSE BAIXA"
<u>Célia</u> , 29 anos, decoradora		<u>Ligia</u> , 37 anos, empreg. doméstica
<u>Cláudia</u> , 25 anos, estudante univers.		<u>Angélica</u> , 30 anos, empreg. domést.
<u>Marcela</u> , 29 anos, profa. 1º grau		<u>Maria</u> , 25 anos, empreg. doméstica
<u>Teresa</u> , 57 anos, profa. Prim. aposentada		
<u>Lúcia</u> , 25 anos, escriturária		
<u>Margarida</u> , 44 anos, profa. 2º grau		

"CLASSE MÉDIA"	DESQUITADAS	"CLASSE BAIXA"
<u>Clara</u> , 23 anos, estudante univers.		<u>Madalena</u> , 34 anos, empreg. dom.
<u>Vera</u> , 22 anos, estudante univers.		<u>Márcia</u> , 36 anos, ajudante de cabelereira.
<u>Matilde</u> , 44 anos, vendedora		

I. ALGUNS ASPECTOS DA QUESTÃO DO ABORTO NO BRASIL

1. O ABORTO NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

A legislação brasileira define a prática do aborto como sendo "crime contra a vida". Apesar dessa definição não ter sofrido alteração, o exame dos diferentes códigos penais que vigoraram no país revelam modificações na medida em que passam a permitir modalidades de aborto.

As Ordenações do Reino(') se referiam ao aborto enquanto "crime" estabelecendo em consequência a "pena capital" no caso de sua prática.

O Código Criminal de 1839(') incluía o aborto no Capítulo I "Dos crimes contra a segurança da pessoa e vida".

O aborto provocado com o consentimento da gestante, através da utilização de "qualquer meio, externo ou interno" correspondia à pena de um a cinco anos de "prisão com trabalhos". E no caso do aborto ser praticado sem o consentimento da gestante, a penalidade era duplicada. (Código Penal de 1830, artigo 199).

O fornecimento com "conhecimento de causa" de "drogas abortivas" implicava em dois a seis anos de "prisão com trabalho". Essa penalidade seria dobrada no caso de ser "médico, boticário, cirurgião ou praticantes de tais artes", a pessoa fornecedora de "substâncias abortivas" (Código Penal de 1870, artigo 200).

(') Citado in, Aborto: Liberação ou Restrição. Tese de Mestrado apresentada por Matilde Josefina Hojda à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo em 1980.

Este código não mencionava qualquer justificativa ou atenuante para a prática do aborto, assim como não previa a possibilidade do aborto quando este fosse indispensável para salvar a vida da gestante.

O Código Penal de 1890⁽¹⁾ também classificava o aborto no Capítulo "Dos crimes contra a segurança e a vida".

A prática do aborto sem o consentimento da gestante "havendo ou não expulsão do fruto da concepção" implicava em pena de "prisão celular" de dois a seis anos (Código Penal de 1890, artigo 300). Se em consequência do aborto, ou em razão dos meios empregados na sua realização ocorresse a morte da gestante a pena de "prisão celular" seria de seis a vinte e quatro anos. No caso do aborto ter sido praticado por "pessoa habilitada", o exercício da profissão seria suspenso por período correspondente ao da pena.

O aborto provocado com o consentimento da gestante corresponderia a pena, estabelecida para a mulher e para o autor, a "prisão celular" de um a cinco anos (Código Penal de 1890, artigo 301).

Em relação ao Código anterior, que não previa qualquer justificativa ou atenuante para o aborto, este código Penal apresentava inovações nos seus dispositivos legais.

A primeira alteração se referia ao "auto aborto por motivo de honra", que, embora não fosse uma modalidade de aborto permitida, possibilitava a atenuação de um terço da pena correspondente ao aborto provocado com o consentimento da ges-

(1) Primeiro Código Penal Brasileiro da República, promulgado pelo Decreto nº 847 de 11 de outubro de 1890.

tante. Consistia requisito essencial para invocar a diminuição da pena, o fato de ter sido o aborto praticado pela própria mulher. (Código Penal de 1890, artigo 301, parágrafo único).

Embora o Código não defina o que venha a ser "motivo de honra", nem faça referência ao estupro como razão de gravidez, sugere ser esta uma gravidez "ilegítima" resultante de relacionamento não legalizado, revelando nesse sentido não serem estas as condições consideradas satisfatórias, para a procriação.

A segunda alteração consistiu em permitir o aborto quando este fosse considerado indispensável para salvar a vida da gestante. Nesse caso além de ser exigido o consentimento da mulher, era necessário que fosse praticado por médico e parteira. Se em consequência ocorresse a morte da gestante, por negligência ou imperícia, a condenação para os autores variava de dois meses a dois anos, com privação do exercício da profissão por igual período (Código Penal de 1890, artigo 302).

A justificativa para a autorização do "aborto terapêutico" tinha como pressuposto uma problemática essencialmente médica.

A legislação ao permitir essa modalidade de aborto se coloca frontalmente em oposição à Igreja Católica que entende ser o aborto crime contra a vida não admitindo nenhuma justificativa para sua prática, nem mesmo quando a gravidez acarreta risco de vida à mulher.

As modificações introduzidas, são reafirmadas no Código Penal de 1940 ('), ainda em vigor, que passa a autorizar legalmente duas categorias de aborto: o "aborto terapêutico" e o "aborto ético".

O "aborto terapêutico" pode ser efetivado quando o prosseguimento da gravidez acarretar risco de vida a gestante. Segundo exigência legal deve ser praticado por médico, não sendo necessário o consentimento da gestante (Código Penal de 1940, artigo 128).

O "aborto ético" é permitido legalmente quando a gravidez for resultante de estupro. Deve ser praticado por médico, sendo nesse caso indispensável o consentimento da gestante, ou do seu representante legal, se esta for menor (Código Penal de 1940, artigo 128).

A prática do "auto aborto" ou do "aborto consentido", fora essas duas exceções, implicam em penalidades previstas no Código. Para a mulher que pratica o "auto aborto", ou que procura terceiros para fazê-lo a pena prevista varia de um a três anos (Código Penal artigo 124). Para quem realiza o aborto a variação da pena está relacionada ao consentimento ou não da gestante. Em caso de aborto com consentimento essa pena é de um a quatro anos de reclusão (Código Penal artigo 126). Se praticado sem o consentimento da gestante a pena é de três a dez anos de reclusão (Código Penal, artigo 125). As penas estabelecidas são aumentadas de um terço, se houver lesão corporal de natureza grave e são duplicadas se em consequência ocorrer a morte da gestante (Código Penal, artigo 127).

(') Decreto-Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940.

Ao contrário do Código anterior que admitia o "motivo de honra" como atenuante de pena estabelecida em caso de aborto provocado, o Código Penal de 1940, em vigor, permite a prática de aborto quando a gravidez for resultante de estupro, revelando explicitamente que essa gravidez não é reconhecida socialmente como legítima, admitindo que a mulher pode ser forçada a manter relações sexuais contra sua vontade, garantindo-lhe, em tese, o direito de eliminar as consequências resultantes do estupro.

As modificações introduzidas nos dispositivos legais foram objeto de inúmeras controvérsias entre juristas e médicos.

Caetano Zamitti Mammana, professor de Medicina Legal da Faculdade de Medicina de São Paulo considera "um absurdo o tratamento dispensado por nosso Código Penal ao crime de aborto". A inclusão do "aborto terapêutico" e do "aborto ético" nos textos da lei é interpretada por ele como "um desrespeito aos mais mezinhos princípios da sã moral". (MAMMANA, 1969).

Contrário à qualquer modalidade de aborto, o autor registra depoimentos de médicos legistas à respeito das inovações introduzidas na legislação referente ao aborto.

Com relação ao "aborto terapêutico", o depoimento de Bandeira de Melo revela que: "O legislador brasileiro permitiu que se escolha entre a vida da mãe e a vida do filho. Despercebeu-se que não se configura em estado de necessidade genuíno. No estado de necessidade, a situação de perigo, que só deixa escapatória para um, não é criada por nenhum dos necessitados em luta pela salvação. Ao passo que na gravidez perigosa

para a vida da mãe se não for interrompida a tempo, foi a mãe a co-autora dessa gravidez e, portanto, a responsável ou co-responsável pela situação de perigo em que se debate. Engravidou-se porque quis, logo, inocente até prova em contrário, só existe um: o feto, o filho que ela ajudou a chamar para a vida". (MAMMANA, 1969).

Responsabilizando a mulher pela gravidez, cujo prosseguimento acarreta risco de vida, ao considerar que "engravidou-se porque quis", Bandeira Melo afirma que "inocente até prova em contrário só existe um: o feto...". Na condição de "culpada" pelo "estado de necessidade" não deveria a seu ver ser permitido à mulher a prática do "aborto terapêutico". Ao fazer referência a "escolha" dada pelo legislador "entre a vida da mãe e a vida do filho" sugere ser equivalente a vida da mulher e a vida do ser em formação, pressuposto que dá base à definição do aborto como sendo "crime contra a vida". (MAMMANA, 1969).

Afrânio Peixoto, também Professor de Medicina Legal, revela que: "o respeito à vida humana começa no momento da sua fecundação e vai até o último alento da criatura. O verdadeiro médico, que não foge aos preceitos da ética profissional não pode, sob pretexto algum, sustentá-las, ou diminuí-la a prática do aborto é criminosa. Não há ressalva nem para o aborto terapêutico porque serão transitórias a incapacidade da obstetrícia que amanhã provida de meios poderia salvar ambas as vidas: da gestante e do feto". (MAMMANA, 1969).

O argumento apresentado considera a prática do aborto "criminosa" uma vez que "a vida começa no momento da fe

cunção" e as alegações contrárias à autorização do "aborto terapêutico" enfatizam a "incapacidade transitória de obstetrícia" para resolver casos desse tipo.

Alegando a possibilidade dos avanços da Medicina G. B. de Oliveira e Costa Júnior, ambos juristas, também se posicionam contrariamente ao "aborto terapêutico por considerar não ser este o "único meio para salvar a vida da gestante", afirmando que "diante dos processos da terapêutica e da assistência pré-natal outros meios serão utilizados nesses casos (HODJA, 1980).

Odom Ramos Maranhão, também jurista, se mostra favorável à prática do "aborto terapêutico" por considerar que "embora possam ser eficientes os recursos da medicina, esses recursos não se estendem à toda população. A lei, no entanto, é elaborada tendo em vista todo o país e não apenas uma camada social privilegiada". (HOJDA, 1980).

No que se refere ao "aborto ético" permitido quando a gravidez ocorrer em razão de estupro, encontra-se registrada por Leonídio Ribeiro, discussão ocorrida em 1915, na aula inaugural do curso de Clínica Obstétrica da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, na qual o Professor Erico Coelho se pronuncia a respeito do "aborto nas mulheres vítimas dos exércitos inimigos", se referindo à uma discussão existente na França nessa época. O professor considera "hipocrisia de profissionais da medicina, negando-se, por espírito de humanidade, a provocar o abortamento de mulheres estupradas acintosamente por soldados estrangeiros" afirmando que "como médico cristão, não hesita em socorrer a vítima do estupro irreparável, an-

ciosa de abortar".

Contrário ao pronunciamento do professor Érico Coelho, Leonídio Ribeiro, estudante da Faculdade de Medicina, publica no Jornal Imparcial em 15 de agosto de 1915, um artigo onde expressava sua contestação: "Porque matar quem tem todos os direitos à vida? Acaso a sociedade pode sacrificar uma vida em benefício das suas convenções iníquas e contraditórias? Como iria o médico concorrer para a morte, se a sua missão é fazer viver, conservando a vida acima de tudo, sempre e sempre, sem procurar indagar das suas origens. (7)

Sobre o mesmo assunto surgiram opiniões como as dos professores Souza Lima e Maria Teixeira. Professores de Medicina Legal, ambos favoráveis ao ponto de vista defendido pelo professor Erico Coelho.

Segundo o professor Souza Lima "o problema do aborto nas mulheres vítimas dos exércitos inimigos é uma questão de jurisprudência médica. De um lado defronta um princípio jurídico quase universal, sem margem nem elasticidade aplicável à qualquer emergência que não seja uma indicação clínica imperiosa que amare o médico do direito de interromper a gravidez, de provocar o abortamento chamado legal para livrar a gestante da morte inevitável nos termos vagos e imprecisos do nosso Código Penal. De outro lado, sinto revoltar-se agora a minha sensibilidade moral diante da intransigência desse princípio no caso especialíssimo, que é objeto da presente discussão, não previsto nos códigos e que julgo de natureza a merecer e reclamar uma medida de exceção a favor das mulheres vítimas dos mais nefandos ultraje a honra e honestidade". Prosseguindo Sou

za Lima questiona "é justo, é humano que as mulheres que não podem ser amparadas pela justiça contra os autores de sua desonra sejam por ele colhidas e castigadas, porque não se podendo conformar com aquela situação procura desembaraçar-se do filho gerado à contra gosto no seu ventre. Pelas leis vigentes não é lícito ao médico nem à qualquer outro profissional provocar aborto nas mulheres violadas na guerra, mas sou de parecer que se deve abrir uma exceção permitindo essa intervenção nos casos restritos de que os códigos não cogitam.

A opinião do Professor Maria Teixeira questiona: "O que é melhor? Deixar a mulher horrorizada e avultada para sempre, recorrer a um meio não científico, arriscando a própria vida, ou consentir no auxílio do profissional. Pode um médico deixar de pensar como essa pobre mãe, alegando contra ela razões teóricas tiradas de seus livros. Se quem sofre a tortura é ela, a desventurada?".

Leonídio Ribeiro procura conhecer a opinião sobre o assunto dos médicos e catedráticos de medicina legal nas escalas oficiais do Rio de Janeiro e São Paulo.

O professor Afrânio Peixoto ao se referir a questão do aborto em caso de estupro considera que "é santo o ódio da mulher forçada ao bruto que a violou. Concluir daí que este ódio se estende a criatura que sobreviveu a essa violência é completamente alheio à psicologia feminina. Um filho é sempre um coração de mãe que passa para um novo coração".

O professor Nascimento e Silva considera que "permitir o aborto em razão de estupro seria permitir ao médico a prática de um atentado contra a segurança da pessoa e vida, um

verdadeiro crime".

Essa discussão foi retomada por ocasião da inclusão dessa modalidade de aborto no Código de 1940.

Em depoimento obtido por Caetano Zamitti Mammana, Floriano Lemos considera que a "autorização do aborto ético não atende nem a moral, nem as conveniências do lugar e do momento. Abre uma porta franca à impunidade dos abortadores criminosos; não encontra apoio na tradição, nem nos nossos costumes. Nem ao menos vem acobertado como acontecera em 1915 na Europa em guerra, onde muitas mulheres sofreram o martírio da violação por invasores. O estupro a que atende a lei brasileira de 1940, é o estupro sem mais restrição nenhuma: o estupro perpetrado nas circunstâncias normais da sociedade, em tempo de paz". (MAMMANA, 1969).

2. PESQUISAS BRASILEIRAS SOBRE ABORTO

Nos últimos anos o debate sobre o aborto foi retomado pelo movimento feminista no contexto da discussão mais ampla sobre a situação da mulher.⁽⁸⁾ No entanto, as pesquisas têm sido, em geral, realizadas pelos médicos e o aborto, nesses trabalhos, é percebido como uma questão de Saúde Pública. Vou utilizar como exemplo dos dados analisados dessa perspectiva, os trabalhos realizados por Maria Lucila Milanesi (1965), Flávio Rodrigues Munhoz Falconi (1971) e George Martine (1975).⁽⁹⁾

A pesquisa estatística realizada por Maria Lucila Milanesi em 1965, (') como parte de um estudo mais amplo sobre a reprodução humana no Distrito de São Paulo, possibilita uma amostra representativa da problemática do aborto na cidade de São Paulo. (10)

A autora define o aborto provocado como sendo um problema de Saúde Pública e estabelece como objetivo do seu trabalho a investigação da amplitude da prática do aborto, procurando avaliar o número de casos ocorridos e os custos acarretados pelas complicações pós-abortivas que necessitaram hospitalização posterior.

A população definida para fins de estudo foi constituída por mulheres não solteiras, pertencentes ao grupo etá-

(') Tese de doutoramento apresentada à cadeira de Estatística Aplicada à Saúde Pública da Faculdade de Higiene e Saúde Pública da Universidade de São Paulo em 1968.

rio de 15 a 49 anos, residentes no Distrito de São Paulo em 1965. A não inclusão de mulheres solteiras foi justificada pela autora devido à "suposta dificuldade que uma mulher solteira teria em declarar a existência de alguma gravidez ou aborto provocado". Os limites da idade foram delimitados "de acordo com o conceito mais corrente do período reprodutivo".

A totalidade das mulheres não solteiras, residentes na cidade de São Paulo em 1965, foi de 1 170 891. Desse total 3000 mulheres aproximadamente foram tomadas como amostra.

A pesquisa foi realizada levando em conta variáveis como: idade ao casar; idade na época dos abortos; número de filhos; nível de instrução do casal; atividade remunerada; uso de anticoncepcional e religião.

Os dados foram obtidos através da utilização de questionários elaborados no sentido de reconstruir a história de vida reprodutiva pregressa da mulher. As entrevistadas, segundo a autora, em número total de 2.857, não demonstraram constrangimento diante das perguntas sobre aborto, uma vez que estas só foram feitas após haver sido estabelecido um vínculo de confiança com a assistente social que aplicava os questionários.

Com relação a frequência dos abortos provocados a pesquisa revelou que das 9.709 gestações tidas pelas 2.867 mulheres, 78,2% deram origem a um ou mais nascidos vivos; 19,3% foram abortos declarados como espontâneos; e 29,6% foram abortos provocados; representando 10,7% da amostra, 307 mulheres revelaram haver provocado pelo menos um aborto (1970, 42).

Mulheres segundo o número de abortos provocados

(MILANESI, 1970) - TABELA 6

Nº de abortos	Mulheres	
	Nº	%
1	185	60,3
2	66	21,5
3	28	9,1
4	12	3,9
5	6	1,9
6	5	1,6
7	2	0,7
8	1	0,3
9	-	-
10	1	0,3
11	-	-
12	-	-
13	1	0,3
TOTAL	307	100,0

Visando avaliar a importância do aborto provocado, enquanto problema de Saúde Pública, estimou-se que, para a população de mulheres não solteiras, na faixa etária de 15 a 49 anos, residentes na cidade de São Paulo no ano de 1965, houve 13.370 casos de aborto provocado. Desse total 920 casos exigiram atendimento hospitalizado devido à complicações físicas pós-abortivas (1970, 19).

Com relação ao local onde foram praticados os abortos, as pessoas envolvidas e os meios utilizados na sua realização, a autora elaborou o seguinte quadro:

- Abortos provocados segundo a pessoa, o local e o meio empregado na sua realização.

(MILANESI, 1970) -

TABELA 8

Local	Meio	P E S S O A					
		Médi- co	Part. di- plomada	Enfer- meira	Curio- sa	A pró- pria	TO- TAL
Hospi- tal	Curetagem	60	5	-	-	-	65
	Remédios	7	-	-	-	-	7
	Outros meios mecânicos	1	-	-	-	-	1
	Outros	4	-	-	-	-	4
	Total	72	5	-	-	-	77
Consul- tório	Curetagem	105	123	2	-	-	230
	Remédios	9	25	-	-	-	34
	Outros meios mecânicos	12	37	2	-	-	51
	Outros	1	4	-	-	-	5
	Total	127	189	4	-	-	320
Resi- dên- cia	Curetagem	1	25	2	3	-	31
	Remédios	3	11	1	8	47	70
	Outros meios mecânicos	1	13	-	12	7	33
	Outros	-	9	-	5	5	19
	Total	5	58	3	28	59	153
Outros	Curetagem	-	1	-	1	-	2
	Remédios	-	-	-	1	-	1
	Outros meios mecânicos	-	-	-	-	-	-
	Outros	-	-	-	1	-	1
	Total	-	1	-	3	-	4
TOTAL		204	253	7	31	59	554

Portanto dos 554 abortos provocados - mais de um por mulher - 45,7% foram realizados por parteira diplomada ; 36,8% por médicos; 10,6% pelas próprias mulheres e 1,3% por enfermeira. Com relação ao meio utilizado os dados revelam que em 59,2% dos casos foi utilizada a curetagem; 20,2% dos casos foi através de medicação oral e 15,3% dos casos se deu através do uso de meios mecânicos (sonda, por exemplo).

O número de abortos que exigiram hospitalização posterior variou de acordo com o seu agente - médico ou leigo e com o meio utilizado na sua prática. Quanto ao agente o risco maior ocorreu nos casos de aborto praticado pela própria mulher, porém mesmo quando praticado por médico, o aborto exigiu hospitalização posterior, em razão de consequências físicas, em 3% dos casos. Quanto ao meio utilizado os casos que mais implicaram em atendimento hospitalar foram abortos praticados através da utilização de meios mecânicos (sondas, agulhas de tricô, etc.) e remédios tomados por via oral.

Segundo a autora os dados referentes à pessoa envolvida na realização do aborto indicam "uma percentagem bastante alta de abortos feitos por médicos em São Paulo (36,8%)" revelando a seu ver a institucionalização da prática do aborto. Para a autora "esses dados são de importância considerável quando se pensa em possíveis medidas a serem adotadas na repressão de tão grave problema. Parece evidente desde logo, que tais medidas deveriam começar por maior divulgação e/ou exigência no cumprimento dos preceitos da ética médica" (1970, 48).

Com relação às variáveis com as quais trabalhou as conclusões da autora revelam que:

A possibilidade de uma gestação terminar em aborto provocado aumenta com a idade da mulher (1970: 56).

As mulheres que recorreram ao aborto não foram aquelas que tinham muitos filhos. Essa prática se inicia em média cinco anos após o casamento, e em geral antes de ser atingido o número de filhos planejado. Portanto, segundo a autora a idéia de que a mulher recorre ao aborto devido ao fato de que já tem muitos filhos não é verdadeira (1970: 64).

Em relação ao controle da fertilidade os dados revelam que a "anticoncepção foi consideravelmente praticada durante a vida reprodutiva da mulher" sendo que "45,5% das gestações que terminaram em aborto não podem ser atribuídas a uma falha do anticoncepcional". Nos casos de aborto "para os quais não se havia usado anticoncepcional em 141 casos também não se passou a usá-los depois, o que indica para a autora "atitude inconsequente no que concerne ao problema de limitação do número de filhos". (1970: 75). Os métodos anticoncepcionais mais usados foram "interrupção do ato sexual e uso de preservativo".

No que se refere à religião a "alta percentagem de mulheres que provocaram aborto, sendo católicas praticantes" revelam, segundo a autora, "inconsistência entre o sistema de valores e a atitude diante de uma situação real", reforçada também pela "alta percentagem de católicas praticantes que usavam anticoncepcionais não sancionados pela Igreja" (1970: 83).

O nível de instrução da mulher e do marido não teve influência na prática do aborto segundo a opinião da autora.

No que diz respeito às justificativas dadas para a prática do aborto as "razões econômicas" enfatizadas por 29,5% das mulheres, não foram interpretadas por MILANESI como ausência de recursos financeiros mas, "poderiam significar a utilização desses recursos para outros fins do que criar mais um filho".

Em relação aos objetivos básicos do trabalho - amplitude da prática do aborto, a partir do número de casos ocorridos e dos custos acarretados em função de complicações pós-abortivas, as conclusões de MILANESI revelam que: 10,7% das mulheres provocaram pelo menos um aborto e 720 casos exigiram hospitalização posterior. A participação dos médicos foi considerada alta: - 36,8% e é ressaltada por indicar a "institucionalização da prática do aborto" (1970, 91) o que implica para a autora em uma "maior divulgação e exigência do cumprimento da idéia médica" como uma das medidas a serem adotadas na "repressão de tão grave problema".

O trabalho realizado por Flávio Rodrigo Munhoz Falconi(') evidencia os casos de aborto que necessitaram hospitalização devido a consequência pós-abortiva. A partir de entrevistas com mulheres que, em razão dos dados físicos provenientes da prática do aborto, recorrem ao Amparo Maternal, hospital de atendimento gratuito em São Paulo, o autor pretendia

(') Incidência de aborto en el amparo maternal durante el año de 1967. Tese de mestraedo apresentada pelo autor à Faculdade de Higiene e Saúde Pública da Universidade de São Paulo.

investigar as razões que as levaram a prática do aborto, os agentes e os meios utilizados para esse fim. A negação por parte das mulheres em admitir o aborto como causa da hospitalização e a recusa em revelar detalhes das experiências foram interpretadas pelo autor como "temor à lei ou vergonha diante do ato cometido". Torna-se compreensível a atitude das mulheres em não admitir e relatar a experiência do aborto, uma vez que se encontravam hospitalizadas por ocasião da pesquisa e nessas condições sujeitas à sanções por parte dos médicos. Talvez a postura do autor em definir o aborto como "ato criminoso", atribuindo às mulheres "vergonha pelo ato cometido" tenha dificultado sua relação com as possíveis entrevistadas. Diante das negativas o autor alterou sua proposta inicial realizando uma pesquisa de "caráter retrospectivo", verificando no arquivo médico os casos de internação devido à prática do aborto.

Os dados obtidos pelo autor revelam que no ano de 1967 o número total de casos referentes à prática de aborto atendidos no Amparo Maternal, foi de 1.214, equivalentes a 35,8% do total de casos de mulheres registrados no hospital. Os resultados conseguidos pelo autor, embora restritos a um único hospital, são significativos por indicar a alta incidência de abortos provocados e por revelar as péssimas condições em que são praticados, uma vez que os casos atendidos foram caracterizados como infecções pós-abortivas que necessitaram de atendimento médico posterior. Para o autor o número de casos pode ser considerado "alarmante" e exige "maior rigor na lei a fim de evitar esse mal".

A incidência significativa da prática do aborto é revelada também por uma outra pesquisa realizada por George Martine⁽¹⁾ junto à população de baixa renda, no Rio de Janeiro. A preocupação básica do autor consistia em perceber como "um grupo de indivíduos da classe baixa se comporta em relação à formação e ao planejamento familiar". Para atingir o objetivo proposto o autor realiza uma "análise intensiva de um pequeno grupo escolhido mais em função de sua relevância do que da sua representatividade estatística" (1975, 11). A amostra reuniu 338 mulheres entre 25 e 30 anos que estavam sendo atendidas em uma clínica pré-natal e em uma clínica de planejamento familiar dos "estratos mais baixos" da população do Rio de Janeiro (1975, 11). As entrevistadas foram selecionadas de modo aleatório e o questionário foi utilizado de maneira flexível e maleável.

O universo pesquisado por MARTINE foi assim descrito. Em relação à classe social, as mulheres foram consideradas pertencentes à "classe baixa" por viverem em favelas e em casas improvisadas. Eram "frequentemente analfabetas" e trabalhavam como lavadeiras ou empregadas domésticas. No que se refere ao estado civil 45% estavam casadas pela primeira vez; 14%

(1) Formacion de la familia y marginalidade urbana en Rio de Janeiro, centro latino americano de demografia, Santiago do Chile, 1975.

viviam sua primeira união consensual; 29% vivia sua segunda união e 12% não viviam relacionamento estável (1975, 11). Quanto à religião 77% declararam ser católicas; 9% protestantes; 8% espíritas e umbandistas e 6% não possuíam qualquer religião.

Objetivando investigar a forma de controle de fertilidade adotada pelas entrevistadas, o autor constatou que "frequentemente a prática do aborto constitui a única técnica de controle efetiva e acessível às mulheres de baixa renda" (1975, 37).

Do total de 338 entrevistadas 76 mulheres declararam haver tido pelo menos um aborto provocado. As razões alegadas para a prática do aborto são: dificuldades econômicas e instabilidades das uniões conjugais. Das entrevistadas, 32% declararam como motivo do aborto "dificuldades na criação de mais filhos". Em 29% dos casos as alegações eram devido à "instabilidade das uniões". Em 13% dos casos a justificativa estava relacionada à "iminência de separação dos maridos". Somente 8% das mulheres alegaram como razão para o aborto o desejo de não ter mais filhos (1975, 134). No que se refere aos métodos empregados na realização do aborto, os dados obtidos pelo autor revelam que: "43% dos casos de aborto foram praticados por alguém que as mulheres chamam de "doutor". "Esse dado foi interpretado por MARTINE, como indicativo de que o aborto teria sido praticado por "algun charlatão" dado que as mulheres não teriam condições financeiras para recorrer à médicos. Nos demais casos 28% foram provocados por parteiras; 20% foram praticados pela própria mulher e 7% foram realizados por enfermeira ou farmacêuticos.

Em relação às pessoas envolvidas e aos métodos utilizados na prática do aborto, MARTINE conclui que "em todo caso, quando as mulheres recorrem ao aborto se encontram obrigados a fazê-lo nas condições mais sôrdidas e anti-higiênicas , com instrumentos rudimentares correndo o risco de lesões permanente e até mesmo de perder a vida (1975, 137).

Com relação à frequência do aborto provocado, apontado "como a mais conhecida entre as técnicas de controle de fecundidade, uma vez que era familiar a todas as 'entrevistadas" o autor conclui que "as mulheres da classe baixa dispõem de pouca quantidade de informações sobre controle de natalidade, assim como é muito pouca a quantidade desse conhecimento e da forma como é transmitido quase sempre através de palavras de parente, vizinhos e amigas". Nesse sentido o autor atribui a frequência do aborto encontrada nas mulheres de baixa renda ao desconhecimento das informações e dos métodos relativos ao controle da natalidade.

Com relação à dados mais atuais, segundo relatório da ONU divulgado em 1979, mais de 3 milhões de mulheres praticam o aborto anualmente, no Brasil. Em decorrência das condições precárias em que geralmente é praticado o número de mortes ocasionadas pelo aborto atinge à um registro de 340 mil por ano. (')

A ilegalidade do aborto também não impede a existência de clínicas especializadas na sua prática. Durante o 2º

(') Folha de S. Paulo: 29.07.79.

Congresso Mundial da Fertilidade, realizado em Miami em 1977, estimou-se para além de 3 mil o número de clínicas existentes no Brasil. (')

Apesar da impossibilidade de se obter dados estatísticos devido a clandestinidade, as estimativas indicam ser esta uma prática frequente e revelam, a partir das complicações pós-abortivas que necessitam hospitalização posterior e do número de mortes registradas em consequência do aborto, as condições precárias em que é realizado.

Os dados também indicam que a ilegalidade do aborto atinge diferencialmente as mulheres de diferentes classes sociais uma vez que, em relação às consequências físicas pós-abortivas o risco maior se encontra nos abortos praticados pela própria mulher ou por curiosa através dos meios mecânicos (como sonda ou agulha de tricô). São esses abortos os maiores responsáveis pelos elevados índices de esterelidade e morte de gestantes. As mulheres de classe média e alta têm a possibilidade de abortar em clínicas especializadas, embora mesmo quando praticado por médico possa ocorrer infecções pós-abortivas.

Se por um lado a condição de classe possibilita que o aborto seja praticado em "melhores condições", por outro não elimina a cumplicidade acarretada pela clandestinidade de sua prática. Assim, mulheres de todas as classes sociais estão impedidas de denunciar casos de maus tratos, omissão no tratamento de sequelas, uma vez que, segundo a legislação, são cúmplices do

(') Folha de S. Paulo: 29.07.79.

ato praticado. A denúncia, no caso, implicaria na própria punição. Nesse sentido a clandestinidade possibilita a isenção da responsabilidade por parte de quem pratica o aborto em relação à saúde da mulher que aborta.

Os casos de prática de aborto que se tornam públicos, são geralmente os de mulheres de baixa renda cujo aborto, quase sempre praticado em condições precárias resulta, em lesões físicas que necessitam de atendimento médico posterior. São esses os casos noticiados em jornais e julgados nos tribunais. Foi justamente o caso de prisão de duas jovens acusadas de terem se submetido ao aborto e do médico e enfermeira acusados de o terem praticado, ocorrido no Rio de Janeiro em, 19 de janeiro de 1980, que mobilizou o grupo feminista em torno da questão da legalização do aborto. Nessa ocasião é que foi lançado nacionalmente o debate pela legalização do aborto.

1. O DEBATE

O manifesto apresentado pelos grupos feministas (') analisando a questão do aborto no Brasil, denunciava a "hipocrisia da ilegalidade", na medida em que "estima-se em três milhões o número de abortos praticados por ano", ressaltando que as condições em que são praticados estão diretamente relacionadas com a condição de classe: "para as mulheres da classe baixa os abortos sem nenhuma condição de higiene quase sempre terminam em hemorragias e curetagem a frio nos hospitais públicos; para as de classe média existe nas grandes cidades uma rede para-legal de clínicas onde as condições de atendimento podem ir de más a muito boas dependendo da capacidade financeira de paciente". Ao enfatizar que "nós mulheres desconhecemos nossos corpos e nada sabemos a respeito dos métodos de contração", o manifesto considera que "a manipulação do corpo feminino se completa com a proibição de aborto configurado como crime pelo Código Penal".

Ao denunciar a "hipocrisia da ilegalidade" os grupos feministas reivindicavam a legalização do aborto tendo

(') No Rio de Janeiro assinaram o manifesto os seguintes grupos do Rio de Janeiro: Coletivo de Mulheres do Rio de Janeiro, Centro da Mulher Brasileira, Sociedade Brasil Mulher, CEAMI - Centro de Estudos de Atendimento à mulher e à infância, Deptº Feminino da União Estadual de Estudantes RJ, Deptº Feminino do DCE-UERJ; Jornal Em Tempo nº 84.

como premissa o "direito da mulher dispor do próprio corpo". O argumento apresentado ressaltava a "necessidade das mulheres controlarem os seus corpos e de optar por ter ou não filhos" o que implicaria em "amplo conhecimento dos seus corpos e dos métodos anticoncepcionais, acesso a esses métodos e direito ao aborto como um último recurso". Ao propor a legalização do aborto, os grupos feministas reivindicavam também garantias de condições materiais para as mulheres que desejassem a maternidade através de "salários decentes, assistência médica pública de boa qualidade, existência de creches, equipamentos coletivos e socialização do trabalho doméstico".

A legalização do aborto defendida nessa ocasião contou com o apoio de grupos feministas⁽¹⁾ de São Paulo que reforçavam as reivindicações apresentadas argumentando igualmente o "direito das mulheres controlarem seus corpos".

Com o objetivo de fornecer elementos para o prosseguimento e o aprofundamento da discussão sobre o aborto a Frente de Mulheres Feministas de São Paulo, encarregou a psicóloga Carmem Barroso e a jornalista Maria Carneiro da Cunha de elaborar um trabalho publicado com o título O que é o aborto editado pela Cortes Editora, abordando a questão nos seus vários aspectos - social, moral, demográfico, legislativo e médico - analisando os pontos controvertidos referentes ao tema.

Nesta abordagem, o aborto é percebido como um pro-

(1) Os grupos de São Paulo que apoiaram o manifesto são os seguintes: Associação das Mulheres, Grupos Nós Mulheres, Centro da Mulher Brasileira, Jornal En Tempo nº 84.

blema social diretamente relacionado à questão de classe. "É muito difícil saber se o aborto é mais comum em uma classe social ou em outra e sobre um fato não há dúvida: as mulheres das classes pobres praticam o aborto em condições muitíssimo piores que as mulheres da classe média e alta". Em razão das condições precárias em que geralmente é praticado, "anualmente as mulheres pobres colocam em risco sua saúde e até mesmo sua vida" (1980:16). Com a legalização, o aborto poderia "ser realizado em condições adequadas sem necessidade de internamento na grande maioria dos casos e o número de complicações pós-abortivas poderia ser reduzido drasticamente". (1980:17).

Ainda com relação à reivindicação pela legalização do aborto, as autoras consideram que "esta é apenas uma entre as reivindicações feministas, que incluem uma transformação geral da sociedade de modo a não sonegar a nenhuma mulher seu direito a condições humanas de existência para si e para os filhos que desejam ter". Direito que inclui o acesso às informações sobre métodos anticoncepcionais de modo que as mulheres possam optar, devidamente assistidas por ginecologistas, por aquele que mais lhe convier. As informações e o acesso aos métodos contraceptivos são enfatizados enquanto reivindicação na medida em que, poderiam "eliminar uma das causas da gravidez indesejada que é o desconhecimento de anticoncepcionais e a impossibilidade financeira de adquiri-los" (1980:18).

Ao se referirem à necessidade de acesso aos métodos de controle da fertilidade por parte de todas as mulheres, as autoras ressaltam que "ninguém propõe que o aborto substitua os métodos anticoncepcionais" na medida em que é "compreen

dido apenas como um último recurso para as mulheres que desejarem interromper uma gravidez que não conseguiram evitar".

Enfatizando que "nem a legalização força o aborto, nem a proibição consegue evitá-lo" o que mudaria com a legalização seriam as condições em que o aborto se realiza e "aí entra a questão da classe social novamente, pois é para a mulher pobre que a mudança de condições é mais importante". Nesse sentido, para as autoras, é "necessário assegurar também a possibilidade de realização do aborto através do sistema de previdência social e do sistema de serviços públicos de saúde" (1980: 19).

Ao analisar os pontos controvertidos que envolvem a legalização do aborto as autoras destacam o confronto de concepções morais divergentes. Os argumentos contrários se fundamentam no "direito à vida", ao considerar o organismo humano em formação como um ser vivo, assemelhando nesse sentido o aborto ao homicídio. Essa visão, tradicionalmente defendida pela Igreja Católica, tende a favorecer a "vida do feto" inclusive nos casos de "aborto terapêutico", quando o prosseguimento da gravidez acarreta risco de vida à gestante, o que segundo as autoras "equivaleria a dar preferência a uma vida potencial em vez de uma vida concreta" (1980:21).

As autoras consideram que a legalização do aborto, na medida em que "tem como objetivo mais importante evitar a morte e as graves lesões físicas que sofrem inúmeras mulheres que praticam o aborto clandestinamente" tem também como "objetivo moral a defesa da vida e do bem-estar das mulheres que não conseguiram evitar uma gravidez indesejada por outros meios".

A argumentação, nesse sentido, se dá em defesa da vida concreta das mulheres que se encontram ameaçadas pela precariedade das condições em que são praticados os abortos clandestinos.

Na medida em que a legalização do aborto é uma questão que envolve concepções morais divergentes, segundo as autoras, "seria desejável que se desenvolvesse um saudável respeito mútuo pelas diferentes posições". Dessa forma "deve-se reconhecer que os que acreditam que a vida humana se inicia no primeiro momento da concepção não necessitam do Código Penal para os orientar. Evidentemente a permissão legal para o aborto não as obrigaria a abortar. Se os que defendem o direito do feto não necessitam de legislação para orientar suas consciências, também não podem impor seus valores às consciências dos que acreditam que não existe um ser humano nas primeiras semanas de gravidez, e que os direitos do feto não podem ser mais importante que os direitos da mulher que o carrega no ventre" (1980:82).

Concluindo que "ética alguma" justifica a manutenção do aborto clandestino, as autoras reivindicam a "legalização do aborto gratuito para as mulheres que o desejarem".

A discussão a respeito da legalização do aborto prossegue no interior dos grupos feministas no sentido de aprofundar a questão para então ser colocada a nível nacional como uma das reivindicações do movimento feminista.

O "Encontro de Mulheres sobre Saúde, Sexualidade, Contracepção e Aborto" promovido pela Casa da Mulher foi realizado no Rio de Janeiro nos dias 4, 5 e 6 de março de 1983 e

reuniu representantes de 57 grupos feministas provenientes de diferentes estados brasileiros. Tendo como central o lema "Nosso corpo nos pertence" o encontro girou em torno da "necessidade da mulher recuperar a autonomia e o poder de decisão sobre o próprio corpo e suas funções".

Planejamento familiar e aborto foram os assuntos abordados que mais mobilizaram os participantes do Encontro. Segundo Marta Suplicy, convidada a falar sobre esses temas, "as mulheres reivindicam para si a decisão sobre o planejamento familiar. O que se quer é a liberdade da mulher poder escolher o anticoncepcional que lhe convém, utilizando-se de informações corretas e tendo acompanhamento do seu estado de saúde. Qualquer planejamento familiar só deve existir paralelamente à preocupação igual ou maior com a mulher que quer ter filhos. Que existam condições de dignidade para se ter filhos e bem educá-los. Argumentos como pobreza, população excessiva, poluição ou coisas do gênero não são aceitáveis para a justificativa de um planejamento familiar. A justificativa é o direito da mulher sobre seu próprio corpo. Basta". O mesmo argumento é utilizado quando se refere ao aborto: "A luta pela legalização do aborto tem sido empreendida pela maioria dos grupos feministas brasileiros. O ponto principal é que a mulher é dona de seu próprio corpo e só ela deve decidir se tem condições ou não para ter filho. Ninguém aprova o aborto como método anticoncepcional. Como no caso do controle da natalidade, o aborto teria que ser acompanhado de um esclarecimento da classe médica, educação sexual nas escolas e farta campanha sobre anticoncepcionais". (')

(') Folha de S. Paulo, 13.08.83.

Com relação ao aborto, havia por parte dos diferentes grupos feministas consenso no que se refere ao "direito ao aborto", porém uma certa relutância com relação à "deflagrar uma campanha pela legalização no presente momento", foi também manifestada por alguns grupos. Os argumentos apresentados nesse sentido alegavam "não ser oportuno por criar atritos com setores progressistas da Igreja", ou porque "a campanha enfrentaria forte resistência de opinião pública" ou ainda porque "a questão não estava suficientemente discutida no interior dos grupos". Os argumentos favoráveis enfatizaram a necessidade de colocar a questão para a opinião pública e consideravam que "as divergências devem ser enfrentadas" ressaltando que a revisão do Código Penal prevista para esse ano, constituía uma "oportunidade não desprezível" para a alteração dos dispositivos legais referentes ao aborto.

A partir do consenso ao "direito do aborto", foi definido no encontro a "necessidade de uma ampla campanha de esclarecimento sobre a questão do aborto incluindo os perigos que ele acarreta para a saúde da mulher se realizado sem assistência médica. Sua gradativa liberalização devia compreender total assistência ginecológica gratuita, incluindo-se a prática do aborto nos serviços de assistência médica oferecidos pela Previdência Social". (')

O Encontro estabeleceu o dia 22 de setembro de 1983 como o "Dia Nacional Pelo Direito a Aborto" no qual se

(') Revista Cláudia, SP, junho de 1983.

pretende esclarecer a opinião pública sobre a questão e discutir as formas de encaminhar a campanha pela legalização a nível nacional. (12)

Segundo Carmem da Silva, presente no Encontro "vamos obter um direito que ninguém quer usar mas que de qualquer modo nos é devido. Assim como obtivemos o divórcio, embora todo mundo prefira que seu casamento dê certo. Assim como o direito de usar óculos ou muletas, de amputar um membro gangrenado ou fazer uma ponte de safena. Perspectiva que ninguém deseja para si, mas liberdade de que, surgindo a necessidade, ninguém nos pode razoavelmente privar." (1)

A questão da legalização do aborto tem sido discutida nos grupos feministas no sentido de elaborar propostas para o Dia Nacional pelo Direito ao aborto e tem avançado no sentido de não se restringir aos limites do movimento feminista. Nesse sentido a posição dos partidos políticos difere em relação à questão, sendo que o PT e o PMDB se posicionaram em favor da legalização.

Para a deputada pelo PMDB, Ruth Escobar, que fez de legalização do aborto uma das bandeiras de sua campanha eleitoral, "há que se retirar a penalização sobre quem o pratica, pois o aborto é drama e não um crime". (1) Embora pretenda a legalização, o PMDB pretende também caminhar de acordo com a realidade" esperando o resultado dos debates de setembro para "preservar o relacionamento do partido com a Igreja" na medida em que "uma forçada de barra pode criar atritos com seto

(1) Revista Cláudia, SP, junho de 1983.

(1) Folha de S. Paulo, 26 de junho de 1983.

res eclesiásticos, o que não é interessante". (')

Rosalina de Santa Cruz Leite, da Comissão de Mulheres do PT, considera que a idéia de legalização do aborto está consolidada no seu partido: "achamos que é a solução, mas ela deve vir acompanhada de um amplo planejamento familiar permitindo à mulher o acesso total às informações para que tenha condições de decidir a forma de evitar a gravidez". (')

Atualmente encontra-se no Congresso Nacional um projeto de lei alternativo referente ao aborto, apresentado pela deputada Cristina Tavares, do PMDB, que contém inovações no sentido de propor novas modalidades de aborto legal. Se aprovado, o aborto passará a ser permitido nos casos "embriopáticos, quando o nascimento poderá padecer de enfermidade grave ou hereditária da qual o pai ou a gestante sejam portadores" e nos casos em que "a gestante não puder atender às exigências de prosseguimento da gravidez, ou não tiver condições de prover o filho das necessidades mais elementares" ('). Outra inovação apresentada por este projeto se refere à inclusão da rede hospitalar previdenciária nos casos dos abortos permitidos por lei.

Neste momento o debate tem se ampliado incluindo além dos grupos feministas, representantes dos partidos políticos e do governo estadual e federal. Caberia observar que esta discussão que foi colocada pelos grupos feministas tendo como foco a questão do aborto, ao se ampliar têm sido discutida ultimamente da ótica do planejamento familiar como um todo. Como veremos é esta também a perspectiva pela qual o aborto é percebido pelas mulheres entrevistadas nessa pesquisa. (13)

(') Folha de S. Paulo, 26 de junho de 1983.

II. PROJETOS DE VIDA

Cada mulher tem seus motivos
Cada mulher tem suas razões

Célia

Este capítulo pretende analisar as histórias de vidas das mulheres entrevistadas enfatizando os aspectos referentes à decisão em viver o aborto. Na medida em que essa vivência foi definida como "momento de intenso conflito" o aborto foi percebido como um "drama" nos termos propostos por Turner. Segundo o autor os dramas sociais surgem em situações conflitantes, consistindo na ruptura das relações sociais regulares e na quebra de normas, que é seguida por uma fase em que se torna mais visível a estrutura social básica, uma vez que "os conflitos parecem trazer em proeminência assustadora, aspectos fundamentais da sociedade, normalmente encobertos pelos costumes e hábitos da vida diária" (Turner, 1975, 35). Nesse sentido a prática do aborto representa um momento em que as normas sociais e jurídicas são postas em questão e se constituem em momento privilegiado para se observar aspectos relativos à reprodução humana, comumente implícitos na vida cotidiana.

Os relatos comprovaram em primeiro lugar que essa experiência é vivida como um "drama" por todas as mulheres entrevistadas. E, em segundo, que esse "drama" revela a existência de projetos de vida bastante nítidos sendo explicitados no momento em que se decide pelo aborto. Segundo Gilberto Velho

"os projetos são elaborados e construídos em função de experiência sócio-culturais", são "processos conscientes, que vai diferenciá-lo de outros processos determinantes ou condicionadores da ação" e são "dinâmicos na medida em que os atores tem uma biografia, isto é, vivem no tempo e na sociedade, ou seja sujeito à ação de outros atores e às mudanças sócio-históricas" (1981, 27).

Para não fragmentar os projetos de vida explicitados nos depoimentos, decidi preservar por inteiro algumas histórias de vida e a partir das suas narrativas introduzir trechos das outras histórias, de modo a ressaltar as diferenças e semelhanças das experiências vividas, sem perder de vista o contexto no qual estavam inseridas.

Os critérios adotados na escolha das histórias de vida a serem tomadas como fio condutor, a partir do qual seriam narradas as outras histórias, foram a origem social e o estado civil das entrevistadas, por terem sido fatores que se evidenciavam como significativos na particularização da vivência do aborto.

Dessa forma, as mulheres entrevistadas foram reunidas em torno de três categorias - solteiras, casadas e desquitadas - sendo que cada categoria incluía uma divisão relacionada à origem social.

Ao organizar os dados em torno de três categorias que incluíssem histórias de vida opostas a partir da origem social, a suposição era de que os contrastes e as semelhanças contidas nessas vivências poderiam ser ressaltados, possibilitando uma melhor compreensão das diferentes experiências. Não se

pretendia, entretanto, uma análise comparativa, dado que as histórias de vida não são estritamente comparáveis, tanto no que diz respeito ao número desigual de mulheres pertencente às diferentes classes sociais, como em relação às peculiaridades presentes em cada história. Nesse sentido as histórias de vida opostas à partir da origem social seriam utilizadas como contraponto, possibilitando a relativização dos dados obtidos com a maioria das entrevistadas.

No caso das mulheres solteiras a história de vida de Rose, 27 anos, administradora de empresa, foi preservada por inteiro para, a partir de sua narrativa, descrever as vivências das mulheres incluídas nessa categoria. Como contraponto, seria narrada a história de vida de Amanda, 28 anos, empregada doméstica.

Na categoria das mulheres casadas, a partir da história de vida de Célia, 29 anos, decoradora, seriam narradas as experiências de outras mulheres, também casadas. A vivência de Lígia, 37 anos, empregada doméstica seria tomada como contraponto.

Quanto às mulheres desquitadas, a história de vida de Clara, 23 anos, estudante, seria narrada na sua íntegra. Como contraponto seria tomada a experiência vivida por Matilde, 44 anos, vendedora de produtos de beleza.

1. AS SOLTEIRAS: ROSE E AMANDA

ROSE

Rose tem 27 anos, cursou administração de empresas, é morena, alta e se define como um "tipo comum de mulher sem grandes atrativos, mas também sem grandes defeitos".

O exercício da profissão representa a "realização de um sonho" e é extremamente valorizado na medida em que lhe garante "independência econômica" em relação à família e lhe permite "levar a vida do jeito que entender". As vantagens obtidas com o trabalho traduzidas significam: viajar, "coisa que adora", andar bem arrumada "imprescindível" sair e chegar em casa sem ter muito que explicar, "o que é ótimo".

Atualmente vivendo com a família, alimenta o sonho do "apartamento próprio" percebido como forma de investimento e sobretudo como a possibilidade de dispor de um "espaço só seu" para receber pessoas "sem horário de chegada e saída". Sua família só tem conhecimento do seu sonho atual enquanto forma de investimento financeiro; o "desejo de viver só" ainda não foi colocado em virtude dos "intensos conflitos" que sua opção acarretaria. Disposta a enfrentá-los, Rose prefere aguardar a compra do apartamento, para então revelar a parte escondida do seu sonho. "Por enquanto é segredo".

Em termos afetivos Rose manifesta o anseio de vir a ter uma "relação verdadeira, estabelecer com alguém um vínculo maior, mais profundo, de amor mesmo". Enquanto o "verdadeiro amor" não acontece, considera "natural" manter relacionamentos que incluem a vivência sexual, com "pessoas interessantes que sejam boas companhias em todos os sentidos, mesmo que não seja a pes-

soa com quem você pretende assumir alguma coisa mais séria". Para Rose é "sempre uma experiência válida".

Suas primeiras relações sexuais foram vividas com o primeiro namorado aos 20 anos, quando após dois anos de namoro resolveram que "estavam preparados para um relacionamento mais adulto e mais aberto".

O casamento nessa época fazia parte de seus planos mas era adiado porque o namorado ainda era estudante e Rose pretendia cursar uma faculdade.

Ao se referir às primeiras relações sexuais considera que no início "foi um pouco difícil" por se achar "carinhosa, mas muito tímida sexualmente", e por admitir ter sentido "um pouco de sentimento de culpa" em viver uma experiência "escondida da família e até mesmo das amigas". Apesar de supor que suas amigas vivessem experiências de relacionamento semelhantes, Rose revela que essas vivências não eram partilhadas, ressaltando que "não se falava muito sobre isso". Suas conversas sobre sexualidade eram então restritas ao namorado, definido como "pessoa carinhosa e sensível" e à quem Rose atribui o fato de ir se "desinibindo e se envolvendo mais fisicamente na relação "vindo a conseguir com o tempo vivenciar as relações sexuais de "forma prazerosa e satisfatória".

Com o rompimento do namoro, decorrência da transferência do namorado para uma outra cidade, Rose revela ter sentido "receio" em iniciar um novo relacionamento, temendo ser "mal interpretada" pelo fato de "não ser mais virgem". Hoje considera esse tipo de preocupação como "coisa do passado" conseguindo se relacionar "naturalmente".

Uso de Anticoncepcional

As primeiras relações sexuais vividas por Rose não eram regulares e a "tabela" foi utilizada como forma de controle da reprodução, até que por "precaução" e através de indicação médica passou a fazer uso da pílula anticoncepcional de forma sistemática. Com o rompimento do namoro suspendeu o uso da pílula, passando a utilizá-la novamente assim que voltou a manter relações sexuais.

A gravidez que resultou em aborto aconteceu quando Rose tinha 25 anos.

"Quando eu engravidei eu não tomava mais pílula. Eu tinha ido ao ginecologista porque a pílula me causava enjôo. Eu tinha engordado muito, não me sentia bem e pensei em mudar de anticoncepcional e por recomendação médica passei a usar diafragma. Mas depois de 2 anos usando corretamente aconteceu um imprevisto e eu engravidei sem querer, sem esperar, sem planejar. Foi um verdadeiro susto. Eu nunca pensei que isso pudesse acontecer comigo".

Analisando suas atitudes em relação ao controle de reprodução, percebe-se em Rose uma preocupação constante nesse sentido, manifestada no uso sistemático de medidas anticoncepcionais.

O comportamento de Rose não é semelhante ao apresentado por outras mulheres solteiras entrevistadas. Vejamos alguns exemplos.

Paula, 17 anos, estudante do 2º Colegial, revela que:

"Eu não tomava nada. Por incrível que pareça quando eu transei pelas 1.^{as} vezes com 14 anos eu não sabia nada, nada, nada. Nem como... sabe quando você não para pra pensar que aquilo podia gerar um filho ou não. É que nem eu tava falando com uma amiga minha, esse tempo todo que eu transei muito eu acho que eu tava com a mãozinha aqui tapando tudo. Porque eu transei muito antes de pintar o aborto".

Renata, 18 anos, estudante do 3º Colegial, expressa uma vivência em relação ao controle da reprodução bastante semelhante à de Paulo, e portanto, oposta à de Rose.

"Olha que engraçado, eu pensava assim: a gente tem filhos quando casa" e como eu não ia casar, ter filhos nunca me passou pela cabeça, muito menos o que fazer pra não ter. E aí pintou o o aborto, outra coisa que nunca me passou pela cabeça. Nem filhos, nem aborto. Isso tudo eu nunca tinha pensado".

Cristina, 18 anos, prepara-se para o vestibular revela que também não tomava medidas de que visassem o controle de reprodução.

"Eu transava, transava muito e nem pensava nessas coisas, também transava assim: eu transava muito, mas não tinha ninguém de verdade, transava quando pintava. Aí quando eu fiquei grávida eu quase morri de susto. Eu nunca tinha pensado numa coisa dessas para mim. E aquela gravidez me pegou mesmo de surpresa".

Os relatos acima expressam uma desvinculação entre sexualidade e reprodução na medida em que o exercício da sexualidade parece não conter a eventualidade da reprodução "Eu nem pensava nessas coisas". Esta dissociação pode ser remetida à ausência de conhecimentos precisos sobre os mecanismos de funcionamento do próprio corpo. "eu não sabia nada" e este desconhecimento se manifesta através da não utilização de meios anticoncepcionais objetivando o controle da fertilidade.

Irene, 25 anos, professora do 2º grau, assim se expressa:

"Eu era muito desligada. Não me preocupava muito com essas coisas. Até já tinha ouvido falar em anticoncepcional, mas sabe quando você tá completamente desligada. Eu achava que nada ia acontecer comigo. Também não era sempre que eu transava. Eu quase nunca sabia quando ia transar. Durante 3 anos de namoro as transas pintavam por acaso. Nem sempre tinha lugar, nem sempre dava jeito. Então era por acaso e quando pintava a oportunidade eu transava sem pensar muito".

Sonia, 22 anos, estudante de engenharia, revela que:

"A gente falava tanto na necessidade de transar, mas não pensava muito nesse negócio de anticoncepcional. Não era uma coisa discutida, pensada. Com 18 anos eu fui ao médico e passei a tomar pílula. Tomar pílula era uma coisa legal, te diferenciava das outras meninas, te fazia mulher. Eu tomava pílula mas às vezes esquecia, parava um tempo de tomar. Havia o medo de engravidar é claro. Mas como eu não tava transando nin

guém numa boa, assim tipo namoro, eu tomava um certo cuidado. Mas às vezes as transas pintam tão de repente e a gente acaba transando sem pensar muito e a coisa te pega desprevenida. Aí é um susto".

Regina, 24 anos, estudante de engenharia, assim resume sua atitude em relação à reprodução.

"Eu não usava anticoncepcional porque a gente tinha relações só de vez em quando. Foram 3 anos de namoro, mas as relações sexuais não eram assim uma coisa frequente, então eu usei durante um tempo e parei".

Em relação aos exemplos apresentados anteriormente os relatos acima apontam para um outro aspecto relativo ao controle de reprodução.

O desconhecimento em relação às medidas a serem tomadas para que haja controle da fertilidade é menos enfatizado. Embora a "questão da reprodução" não fosse discutida quando "se falava tanto na necessidade de transar" todas fazem referência à anticoncepcionais; ressaltando inclusive, como é o caso de Sônia, que "tomar pílula era uma coisa legal, te diferenciava das outras meninas, te fazia mulher". No entanto, a ênfase dada por ela ao uso da pílula não a levou a adotá-la de forma sistemática, isto porque Sônia não estava "transando ninguém numa boa, tipo namoro, e as transas pintavam tão de repente que a gente nem pensa muito". A explicação dada por Sônia para a não utilização sistemática de anticoncepcional é a mesma encontrada nos relatos de Irena e Regina, que embora vivessem relações "tipo namoro", o que parece implicar em maior estabilidade de comparada "as tran-

sas que pintam de repente", também não viviam relações sexuais regulares e em razão dessa irregularidade era igualmente irregular ou inexistente o uso de anticoncepcional. Os relatos acima apresentados sugerem dessa forma que a ausência de relações sexuais regulares pode ocasionar uso igualmente irregular de medidas de controle de reprodução, uma vez que é esta a explicação apresentada para não sistematização no uso dos meios anticoncepcionais.

Resumindo, nos relatos apresentados como exemplos de prática de controle da reprodução, dois aspectos se destacam pela sua recorrência. Por um lado, o desconhecimento em relação ao próprio corpo traduzido na ausência do uso de meios anticoncepcionais quando se vivencia relações sexuais. Por outro lado, a irregularidade das relações sexuais parece ocasionar uso igualmente irregular de medidas contraceptivas.

Os relatos acima apresentam variações de atitudes e práticas de controle de reprodução se comparados entre si, e principalmente se relacionado à prática apresentada por Rose para quem exercício da sexualidade, irregular ou, não implicava no uso sistemático dos meios anticoncepcionais.

Semelhante à atitude de Rose no que se refere à controle de reprodução e portanto bastante distinta das outras entrevistadas é o caso de Sílvia, 38 anos, administradora de empresas, quando revela:

"Eu só vim me desvirginar com 30 anos. Transa assim não completa eu já tinha com uns 20 anos. Mas nessa época eu tinha medo de perder a virgindade. Então quando isso aconteceu, com 30 a-

nos eu passei a usar pílula no ato. Mas depois de muito tempo usando, eu tive uma infecção no útero e o médico mandou suspender a pílula. E essa infecção desregulou meu organismo e ficou impossível controlar. Eu acabei engravidando sem querer e sem poder".

Resumindo, tomando ou não medidas no sentido de controlar a reprodução, o que se constata a partir dos dados é que a gravidez pode ocorrer de forma não planejada, não prevista e sobretudo de forma indesejada.

A categoria "gravidez indesejada" é recorrente à todas as mulheres entrevistadas quando se referem à gravidez que resultou em aborto. A concepção manifestada em relação à reprodução é a de que "pra se ter um filho é preciso desejá-lo". Porém, se é comum apontar para a necessidade de "desejar" um filho para que a procriação ocorra, serão diversas as circunstâncias que definem uma gravidez como indesejável e em consequência o aborto como necessidade.

RETOMANDO A HISTÓRIA DE ROSE

Justificativas do Aborto

Rose revela jamais ter pensado em aborto até o momento em que se viu "obrigada a enfrentar o problema na carne".

A relação vivida por ocasião da gravidez que resultou em aborto foi definida como "agradável, mas sem maiores consequências", o que para Rose "tornou tudo mais difícil, ressaltando que "no meu caso me sinto culpada porque havia a solidão de não amar profundamente o homem com quem eu estava me relacionan-

do". Na sua percepção "teria sido tudo mais fácil se houvesse um vínculo maior, mais profundo e de amor" entre ela e o parceiro . Isto porque "uma coisa é você ser fecundada pelo homem que você ama e outra é ser fecundada por um homem com quem você somente se relaciona sexualmente".

Ao enfatizar essa distinção sugere que existem relacionamentos onde a reprodução é possível e outros onde essa possibilidade não é viável em função da própria especificidade da relação. Uma relação "agradável mas sem maiores consequências " segundo Rose não é apropriada para a reprodução, que a seu ver exige uma "relação mais profunda e de amor".

Embora marcando diferenças de relacionamentos no que se refere à reprodução, não é somente a relação vivida no momento da gravidez a justificativa dada por Rose ao aborto praticado. À essa razão soma-se a ausência de um "esquema de vida" que pudesse conter um filho.

"Eu não via sentido em ter um filho que não tinha nada a ver com meu esquema de vida. Naquelas condições eu teria muitos problemas. Porque eu seria mãe solteira, o que é muito difícil numa sociedade como a nossa, uma família como a minha. Eu teria problemas até no trabalho. Naquela época eu trabalhava no banco e não daria para continuar trabalhando. Eu teria problemas até no edifício onde eu morava. Mas o problema maior seria ter um filho sem ter desejado, sem ter preparado, sem ter planejado um esquema de vida".

As justificativas dadas ao aborto praticado por Rose - ausência de um esquema de vida que possibilitasse a reprodução, a contingência de vir a ser mãe solteira em função da especificidade da relação vivida no momento da gravidez e o desejo de não ter filhos sem planejar - apontam para a existência de um projeto de vida elaborado, norteando seu processo de decisão pela interrupção da gravidez. Suas razões, e em consequência seu aborto, só podem ser entendidos se remetidos a esse projeto familiar.

A existência de um projeto de vida aparece com mais clareza quando Rose revela as condições necessárias, a seu ver, para se ter filhos.

"Eu vou querer ter filhos quando eu tiver uns 30 anos, quando eu estiver com a minha vida mais organizada, mais estabilizada. Eu quero ter condições econômicas e emocionais para ter um filho. Gostaria de estar mais estabilizada profissionalmente e economicamente. E gostaria que fosse fruto de uma relação verdadeira, profunda. Gostaria que fosse filho de um homem que eu realmente amasse muito".

As condições definidas como necessárias para se ter filhos explicitam seu projeto de vida que inclui: estabilidade profissional, condições econômicas e uma relação afetiva estável. Ao revelar "querer ter filhos com uns 30 anos", Rose sugere ser o investimento em sua carreira profissional um projeto prioritário em relação à maternidade, mesmo porque "estabilidade profissional" é a seu ver condição que possibilita a reprodução. À essas condições soma-se o desejo de ter "um filho de um homem que

realmente amasse muito". Embora não faça referência direta à casamento, sugere ser este o espaço definido para a reprodução ao desejar "que fosse fruto de uma relação verdadeira e profunda".

Vejamos as razões apontadas por outras entrevistadas para a prática do aborto.

Sonia, 22 anos, estudante de arquitetura.

"Eu gostaria muito de ter um filho, uma criança que fosse minha, gerada em mim, que saísse de mim. Acho bonito mas é preciso querer ter uma criança. É preciso dar um espaço do seu corpo, dar sua casa, dar sua vida para essa criança existir, crescer e se espalhar. E isso não foi possível naquele momento. Como não é ainda. Eu tô estudando, não tenho trabalho. Nem a minha casa é minha. Agora seria muito apertado. Não haverá espaço. Eu gostaria de ter um filho com um cara legal. Coisa que eu também não tinha. Acho que uma criança precisa de um pai. Eu gostaria de ter junto com alguém. Transar uma de família mesmo, mas uma família numa boa, numa família mais leve, mais alegre. Acho que família ainda pode dar pé se for uma coisa mais aberta.

Como Rose, Sônia acha que "é preciso querer ter uma criança". E isso não foi possível porque não havia "espaço" do seu corpo, da sua vida, da sua casa pra "criança crescer e se espalhar". O fato de estar estudando, não ter trabalho e não ter um "cara legal" no momento da gravidez são as razões dadas por Sônia para o aborto. Ao se referir à sua condição de estudante e à ausência de um trabalho, embora não dando a mesma ênfase atribuída por Rose à esses aspectos, Sônia sugere ser estudo e

trabalho objetivos a serem atingidos numa etapa anterior à maternidade, uma vez que poderiam possibilitar o "espaço necessário", já que sem trabalho e ainda estudando, ter filho nessas condições "seria muito apertado".

Além de estar ainda estudando e não ter trabalho Sônia revela que "gostaria de ter um filho com um cara legal, coisa que também não tinha", quando interrompeu a gravidez, sendo essa mais uma razão para o aborto, que se soma às já apontadas anteriormente.

Para Sônia a reprodução exige uma família. "Uma criança precisa de um pai" e Sônia gostaria quando tiver filhos de "transar uma de família mesmo". Uma família "mais leve e mais alegre, aberta para o mundo".

Renata, 18 anos, estudante do 3º Colegial, assim aponta suas razões para o aborto:

"Nunca me passou pela cabeça ter um filho naquela hora. Imagina, eu tinha 16 anos, e o meu namorado 17. A gente estava no 1º colegial. Minha mãe e meu pai se soubessem que eu estava grávida nem sei o que fariam. A família dele então... E depois casar com 16 anos você já pensou. A gente não queria. Nem eu nem meu namorado. A gente não queria nem casar nem ter filhos. A gente só queria namorar".

Para Renata, sua pouca idade é o seu argumento principal para não ter filhos no momento que engravidou. "Imagina eu tinha 16 anos, meu namorado 17 e a gente estava no 1º colegial".

A reação por parte da família, prevista por Renata, seria a imposição do casamento que possibilitaria levar a gravi-

dez a termo, hipótese também descartada em razão da sua idade "casar com 16 anos, já pensou?". Renata não pretendia "nem casar, nem ter filhos. A gente só queria namorar".

O casamento e a maternidade é um projeto para o futuro, mesmo porque Renata "pretende fazer um milhão de coisas antes de casar e ter filhos. Eu quero estudar, me formar. Depois eu vou pensar em casar e ter filhos".

No caso de Renata quando ela se refere a filhos, o casamento aparece como condição primeira e essencial para a reprodução ocorrer. Porém, antes que isso venha a acontecer, Renata pretende "estudar e me formar e fazer um milhão de coisas". Ao fazer referência ao estudo como objetivo anterior ao casamento, Renata assim como Rose e Sônia revela ser este um projeto prioritário em relação a maternidade.

Cristina, 18 anos, preparando-se para o vestibular no momento da pesquisa, assim justifica o seu aborto.

"Eu transava muito e não tinha ninguém de verdade. E eu nunca imaginei ficar grávida desse jeito. Eu sou muito romântica. E eu não queria um filho desse jeito. Assim um filho que saiu de uma transa qualquer. Porque não dá prá ter filho de uma transa qualquer. Eu nem gostava do cara, ele nem gostava de mim".

Para Cristina a justificativa principal do aborto praticado está relacionado à especificidade da relação vivida no momento da gravidez "Eu nem gostava dele, ele nem gostava de mim". Era "uma transa qualquer" e para Cristina não dá para ter um filho de uma transa qualquer.

Cristina, se diz muito romântica e revela só querer ter filhos "quando gostar muito de um cara. Quando pintar um cara assim que eu goste muito e que goste muito de mim, aí eu vou querer casar e ter filhos". Mesmo porque para Cristina "tem transa que vale um filho e tem transa que não vale nada".

Embora não faça referência à estudo e à carreira profissional apontados até agora como projetos prioritários em relação à maternidade, Cristina como as outras entrevistadas define o casamento como o espaço privilegiado para a reprodução.

Regina, 24 anos, estudante de engenharia assim revela suas razões:

"Quando aconteceu a gente ficou medo, porque nós éramos muito criança. Eu tinha 20 anos e ele 19. Eu trabalhava ele não. Eu estava fazendo cursinho e queria prestar vestibular e aquilo ia atrasar muito minha vida. Eu não queria ter de jeito nenhum. Depois eu fiquei grávida outra vez desse mesmo cara. E foi assim logo depois do 1º aborto. E de novo eu não quis ter pelas mesmas razões. Eu queria entrar numa faculdade, trabalhar, ganhar dinheiro. Eu também não queria magoar minha família tendo um filho naquelas condições. Passado um tempo eu comecei a namorar outro cara, mais velho que eu e doido pra casar e eu acabei engravidando de novo. E de novo eu não quis. Esse cara que eu tava namorando ficou muito a fim de ter. E eu não. Pelas mesmas razões. Ele disse que casava comigo que já tinha comprado apartamento. Ele viu na gravidez um motivo pra casar. E eu não ia casar com ele, nova desse jeito sem gostar muito, só porque eu tava grávida e sem querer. Eu fiquei grávida mais uma vez e de no

vo não quis. Eu tinha só 24 anos e já fiz quatro abortos e foi quase um por ano. Eu arre^ubentei minha cabeça e meu corpo".

No relato de Regina a pouca idade dela e do parceiro somada ao desejo de cursar uma faculdade, trabalhar e ga^unhar dinheiro foram as razões para o aborto, uma vez que para ela a gravidez se levada a termo "atrasaria muito a minha vida", consistiu como um dos fatores de impedimento na realiza^u-ção do que lhe parece prioritário.

Como tem sido recorrente nos relatos, o investimen^uto na carreira profissional, nesses casos assume a dimensão de prioridade em relação à maternidade, ao casamento "Eu não ia casar com ele sem gostar muito, nova desse jeito, só porque eu estava grávida".

Regina aponta para um outro aspecto quando se refe^ure ao desejo de não magoar a família "tendo um filho naquelas condições". Casar grávida "magoria demais minha mãe". Embora não tenha sido apontado como razão principal quando praticou seus quatro abortos, é mais um motivo que se soma às suas justificativas.

Paula, 18 anos, estudante do segundo ano do curso colegial assim justifica seu aborto:

"Quando a minha menstruação atrasou eu pus na cabeça que eu tava grávida e que eu ia ter de qualquer jeito. Minha mãe começou a desconfiar e eu acabei abrindo o jogo. Eu falei que queria ter a criança de qualquer jeito. Ela falou que me achava muito nova para ter fi^ulho. Eu tinha 17 anos. Eu falava que estava

consciente, que eu sabia que ia ser barra. Mi nha mãe falava que quando eu era criança eu brincava com boneca e junto com uma priminha e quando ela chorava eu falava desliga ela e guarda na caixa. Então minha mãe falava que eu nunca ia poder desligar uma criança e guardar na caixa. E eu comecei a entender o que minha mãe dizia. Porque na verdade eu não tava entendendo nada do que tava acontecendo comigo. E a minha mãe dizia assim; eu sei que você queria que eu te desse a maior força, mas você tá numa fase em que hoje você pensa que a cor amarela é maravilhosa e amanhã você vai achar o vermelho maravilhoso. Ela falava assim você não tá com a opinião formada, muito menos pra ter filhos. E eu fui entendendo melhor. E o carinho com quem eu tava transando era muito inseguro e muito imaturo para sustentar uma casa, casar e ter um filho. Na época eu não pensava assim, mas hoje eu percebo tudo isso".

Silvia, 38 anos, administradora de empresas, conta sua gravidez proveniente da relação com um homem casado:

"quando engravidei sem esperar, deu pra ver que ele nunca ia se separar da mulher dele. Ele tá casado até hoje. Eu já estava há 4 anos com ele e deu pra ver que por ele nós continuávamos daquele jeito. Ele casado, eu a amante. E eu não queria mais essa situação, aquela gravidez me mostrou isso. Ele tava sempre pra se separar, desde que eu conheci que ele prometia, prometia mas nunca decidia nada comigo. E para mim aquela gravidez foi decisiva. Eu abortei e me separei dele na sequência".

A impossibilidade de viabilização da relação vivida por Silvia foi explicitada no momento em que se viu grávida e "sem esperar" e se constitui no seu argumento principal para o aborto, que por sua vez foi "decisivo" acarretando o término da relação. Silvia enfatiza que "não queria aquela situação para um filho. Filho de mãe solteira e o pai casado com outra. Eu achei que essa criança não seria feliz".

Para Silvia "se ele se separasse da mulher e legalizasse sua situação comigo as coisas poderiam ser diferentes. Afinal eu amava ele". A não reação do parceiro no sentido de definir e "legalizar" sua relação com Silvia se constituiu na justificativa do seu aborto.

Silvia revela que gostaria muito de ter um filho, "porém, não gostaria de ter sozinha, porque eu teria que enfrentar família e todos esses preconceitos. E nesse ponto eu sou comodista". Gostaria de ter um filho "casada com um homem que gostasse de mim".

Resumindo, dos relatos apresentados como justificativas dadas ao aborto, alguns aspectos relativos à reprodução destacam-se pela sua recorrência.

Em primeiro lugar a maternidade não é posta em questão. Todas desejam ter filhos. E para isso estabelecem regras e formulam projetos de vida, específicos. É em relação ao projeto de vida elaborado que se define uma gravidez como indesejável e em consequência o aborto como necessário.

No exame das justificativas apresentadas para o aborto percebe-se claramente que norteando o processo de decisão de interrupção da gravidez encontra-se um projeto de vida

como referência. Ao se decidir pelo aborto "porque ter um filho naquele momento não tinha nada a ver com meu esquema de vida; ou então porque "não dá pra ter um filho de uma transa qualquer" ou ainda porque "eu não quero ser mãe solteira", ou mesmo porque "eu quero fazer um milhão de coisas antes de casar e ter filhos", o que se tem por trás de cada um desses argumentos é o projeto de vida elaborado por cada uma dessas mulheres. Mesmo porque se o aborto tem como referência este projeto de vida, a sua prática representa não somente a sua atualização, como também a sua reafirmação.

Em segundo lugar, no exame dos diferentes projetos de vida explicitados nas justificativas do aborto, percebe-se semelhanças em relação a alguns pontos. Por um lado, a maternidade enquanto projeto pode ser adiada em função do investimento na carreira profissional, que parece assumir a dimensão de um projeto prioritário em relação à maternidade, uma vez que estabilidade profissional é apontada de forma recorrente como condição essencial para a procriação ocorra. Por outro uma relação afetiva estável aparece como fundamental para todas quando se trata de ter filhos, sendo o casamento definido como o espaço para a reprodução.

RETOMANDO A HISTÓRIA DE ROSE

Participação do Parceiro

A partir da história de Rose e dos relatos formula dos pelas mulheres solteiras entrevistadas pretende-se examinar a participação do parceiro na decisão de não levar a termo

uma gravidez, procurando avaliar seu papel nesse processo, seu grau de envolvimento e qual o papel atribuído pelas mulheres em relação aos seus parceiros, papel aqui entendido não somente enquanto desempenho efetivo, mas também enquanto expectativas de desempenho.

Ao se referir ao processo de decisão pelo aborto Rose é clara ao afirmar:

"A decisão do aborto foi minha. Ele também achou que era o que tinha que ser feito, que ele também não poderia assumir o filho. Mas eu sinto que a decisão foi minha porque era uma coisa nova dentro de mim, era o meu organismo que estava se transformando. E quando eu resolvi enfrentar o aborto eu senti muito essa sensação de perda como mãe e acho que ele não sentiu essa sensação de perda como pai. Ele me deu tudo, apoio psicológico que eu necessitava, foi bom saber que ele estava do meu lado, preocupado comigo, com a minha vida. Mas eu tive muito essa sensação de perda como mãe e acho que ele não sentiu essa perda como pai. Não foi a mesma coisa. Eu tenho certeza que seria diferente se fosse um homem que me amasse e que eu amasse também, porque o envolvimento dele na situação seria maior".

Apesar da participação do parceiro manifestado no entendimento de que "era o que tinha que ser feito, uma vez que ele também não poderia assumir o filho", Rose afirma ter sido dela a decisão pelo aborto, por ser seu o "organismo que se transformava", apontando a partir dessa percepção para uma diferenciação ao definir sua sensação de perda "como sendo de

mãe", não identificando no parceiro a sensação de pai.

O desempenho esperado por parte do parceiro parece ter se efetivado quando Rose considera o apoio dado por ele, mas as expectativas por ela formuladas parecem não se cumprir quando reafirma a diferença no que se refere às sensações de "mãe" mencionadas por ela, não percebendo sensação de pai no parceiro. Essa diferença talvez possa ser atribuída à própria definição dada por Rose a relação vivida "no momento da gravidez: "agradável mas sem maiores consequências", mesmo porque Rose imagina que "se fosse um homem que me amasse o envolvimento dele seria maior".

A participação do parceiro nesse caso parece ser a de solidariedade a uma decisão tomada por Rose e justificada pela mesma, por ser dela o "organismo em transformação". Ao enfatizar esse aspecto Rose sugere com isso que a decisão em caso de aborto pertence à mulher. Vejamos outros exemplos.

Sônia, 22 anos, estudante de arquitetura, ao se referir à participação do parceiro se mostra ressentida com a ausência de um envolvimento maior por parte dele.

"Quando eu procurei o carinha pra contar eu senti nele uma espécie de censura como se eu tivesse atrapalhando, como se aquilo fosse só coisa minha. Como se ele não fizesse parte. Ele ficou chocado, mas eu senti que não era a mesma coisa. Não tinha pra ele a mesma dimensão. A tontura era minha, era o meu estômago que enjoava, minha barriga que começava a crescer. Ele me deixou chateadíssima. Ele arranhou parte do dinheiro que eu precisava pra pagar o médico. Mas eu percebi que pra ele

tudo aquilo tinha um sentido que era diferente. Ele não conseguia perceber tudo que passava na minha cabeça. Parecia uma coisa só minha. Minha cabeça pesando, meu enjôo constante. Tudo isso só eu sentia. Só eu mesma podia resolver".

De novo aparece como sendo distinta a percepção do parceiro em relação à experiência que está sendo vivida, parecendo novamente indicar ser a decisão exclusivamente da mulher na medida em que esta enfatiza as reações físicas decorrentes da gravidez como marca distintiva. Por outro lado ao apontar para o "sentido diferente que para ele tudo aquilo tinha" sugere que a expectativa elaborada em termos de uma maior participação por parte do parceiro não se cumpriu, o que pode em parte ser atribuído ao tipo de relacionamento vivido no período em que se deu a gravidez "não era uma transa muito importante na verdade".

Irene manifesta o mesmo ressentimento vivenciado por Sônia quando revela:

"Foi um momento de minha vida em que eu me senti extremamente só. O envolvimento dele era mínimo. Ele participava tão pouco, que eu resolvi sozinha. Eu senti que a decisão foi minha. Que tudo aquilo pra ele não tinha muita importância. Eu não sei, eu sinto que a decisão de um problema desses é sempre da mulher. Ninguém pode decidir por ela, só ela mesma. Agora do meu namorado eu esperava um envolvimento maior. Afinal eram 3 anos de namoro. E eu me senti muito carente. Na verdade nós não estávamos bem. Sempre foi uma coisa

complicada nosso namoro. Mas ele me magoou muito. Eu tinha um dinheiro guardado na poupança, mas não era o suficiente. Eu não pedi nada a ele porque ele não tinha muita coisa. Ele tinha se proposto a vender o carro e tal, mas sabe, quando você vê que a pessoa se propõe porque é uma forma de dizer que tá lhe apoiando, mas ao mesmo tempo tá fazendo isso porque sabe que você não vai aceitar. Foi uma amiga que me emprestou o dinheiro que faltava".

Irene, em função "do mínimo" envolvimento do parceiro, decidiu sozinha interromper a gravidez. Apesar de esperar um envolvimento maior por parte do parceiro, "afinal eram três anos de namoro", Irene considera que "a decisão de um problema desses é sempre da mulher" enfatizando que "ninguém pode decidir por ela.

As expectativas em relação ao parceiro não se cumpriram. Irene decidiu sozinha, arranjou o dinheiro necessário e se sentiu "extremamente sô".

Silvia também revela ter sido sua a decisão pelo aborto:

"ele no princípio não concordou que eu fizesse o aborto. Ele disse que a gente daria um jeito. Que eu tivesse paciência, que ele ia separar da esposa, essas coisas, mas eu já não tava acreditando em nada do que ele dizia. Então eu resolvi sozinha. Ele não participou de nada. Resolvi abortar e terminar com ele. Ele não concordava com minha decisão de abortar, mas também não assumia nada comigo. Então resolvi abortar. Foi uma decisão minha".

Apesar da posição contrária manifestada pelo parceiro no que se refere ao aborto, Silvia, diante da hesitação dele em "assumir" a relação, a levou a se decidir sozinha pelo aborto, revelando que "ele não participou de nada". A posição do parceiro no relacionamento vivido com Silvia - "ele não assumia nada" - fez com que não somente a decisão ficasse restrita a ela, como parece ter provocado sua não participação na concretização do aborto.

Como Cristina, para quem "não dá pra ter um filho de uma transa qualquer", a relação vivida por ocasião da gravidez parece ter impossibilitado um envolvimento maior por parte do parceiro.

"Eu não gostava dele. Nem ele gostava de mim. Eu chorava muito por tudo que tava acontecendo, mas não tive nenhuma vontade de contar pra ele que eu tinha ficado grávida. Resolvi tudo sozinha. E não quis ver ele nunca mais".

Renata vivenciou de forma diferente o processo de decisão pelo aborto.

"Eu e meu namorado ficamos muito mal. A gente não queria. Nem eu, nem meu namorado. A gente ficou assim perdido. Quando eu contei pra ele, ele ficou assustado que nem eu. Nós dois sofremos muito, porque a gente não esperava jamais passar por tudo isso. A gente nunca pensou em ter, nem eu nem ele, então eu acho que a gente decidiu junto. A gente nem conversou muito porque nem tinha muito o que falar. Não dava e pronto. Agora ele foi

muito legal comigo. A gente viveu tudo muito junto porque era uma coisa escondida de todo mundo. Mas apesar dele estar sempre junto, a gente que é mulher fica mais magoada porque é a gente que sofre mais né. Porque eu fiquei pra morrer de medo. Eu morria de medo de ter dor. Eu morria de medo até de morrer. Ele também tinha medo, mas acho que o meu medo era maior.

Nesse exemplo a experiência parece ter sido mais partilhada pela mulher e seu parceiro. A decisão parece ter sido tomada à dois sem sugerir preponderância de nenhuma das partes. Ainda assim, é possível perceber a existência da especificidade vivenciada pela mulher. Ao se referir ao medo, das consequências físicas acarretadas por essa experiência e que não são passíveis de serem partilhadas. "Ele tinha medo, mas acho que o meu medo era maior". O desempenho efetivo e as expectativas elaboradas pela mulher parecem terem sido cumpridas quando ela enfatizou que "viveu tudo muito junto".

Paula representa uma exceção em relação aos depoimentos até então examinados.

"Eu resolvi sabe. Ele no começo ficou radiante com a idéia de ter um filho, mas no fundo acho que era só brincadeira porque eu acho que ele tinha medo. Porque ele é um cara que tem 27 anos, mas é muito inseguro. Muito imaturo pra casar, sustentar uma casa e ter filho. Ele já deve ter feito uns sete ou oito abortos. E na época que eu falei que ia abortar ele ficou com um ódio incrível. Quando eu falei, ele falou que de todas que ele já fez

o Único que ele não queria fazer era o nosso. Ele falou que era a minha mãe que tava pondo tudo isso na minha cabeça. E eu ficava numa puta dúvida, ou minha mãe, ou ele. Porque minha mãe achava que eu era menina demais, que eu tava começando a viver. E eu fui realmente entendendo que era melhor não ter. Eu fui entendendo as razões de minha mãe. Afinal eu só tinha 17 anos. Resolvi que não dava mesmo. Aí ele foi aceitando. Aceitar mesmo nunca aceitou. Sempre ficou aquela mágoa. Mas eu hoje penso que foi melhor".

A mulher que até então tem aparecido como quem decide abortar ou não, nesse caso se encontra ausente, na medida em que o conflito em princípio é vivenciado entre a mãe da menina e o parceiro. Quando Renata afirma "aí eu resolvi" o argumento por ela apresentado é o argumento elaborado pela mãe. A decisão se deu entre a mãe e a filha, excluindo o parceiro do processo.

As variações no que se refere à participação do parceiro no processo de decisão pelo aborto, podem ser atribuídas à especificidade das relações vividas no momento de gravidez, que resultou em aborto. É recorrente no entanto, em todos os relatos a afirmação de que esta é uma "decisão da mulher" na medida em que todas enfatizam as transformações físicas e as emoções decorrentes da gravidez como no mínimo difíceis de serem partilhadas. Mesmo quando o envolvimento do parceiro se efetiva no sentido de que atende as expectativas formuladas pelas mulheres, a ênfase nas consequências físicas e emocionais de uma gravidez interrompida permanece, sugerindo

a partir "do corpo em transformação" ser da mulher a decisão em caso de aborto.

Reconstituída as circunstâncias que definiram a gravidez como indesejada apresentadas as justificativas dadas ao aborto, vejamos como se dá sua concretização.

RETOMANDO A HISTÓRIA DE ROSE

Concretização do Aborto

Rose quando abortou estava com um mês e meio de gravidez. Não teve problemas em localizar quem o praticasse porque um médico amigo, a pedido dela e do seu parceiro "consentiu em fazer o aborto". Em relação ao médico Rose afirma não saber "se ele teria feito se não fosse amiga dele".

O aborto não foi praticado em uma dessas clínicas especializadas", foi realizado no próprio hospital do médico, e Rose, apesar de estar acompanhada do parceiro e ter encontrado "apoio médico" afirma ter sido uma "experiência terrível" assim descrita por ela:

"tomei anestesia geral para fazer a curetagem e tive muito medo de morrer. O sentimento de solidão e medo era insuportável. Tudo foi muito rápido. Não sei exatamente quanto tempo. Quando voltei da anestesia eu chorei muito desabafando tudo que eu tinha sentido, o medo, a solidão, a perda. Passei a noite no hospital e fui para casa recomeçar a vida. Parece que você tem que recomeçar tudo e se reconstituir toda. Fisicamente eu não tive maiores problemas, fiquei muito fraca e abatida ,

mas logo voltei à trabalhar. Emocionalmente é que é mais difícil. Eu fiquei muito tempo pensando em como eu podia ter deixado aquilo acontecer comigo".

Se Rose não teve problemas em localizar quem praticasse aborto por ter um médico amigo que "consentiu em fazer" Sônia "não sabia quem procurar, nem o que fazer direito". Na faculdade, conversando com "algumas meninas" ficou sabendo que algumas delas já tinham feito ou conhecido alguém que fez". Dessa forma conseguiu o endereço de uma clínica em São Paulo. A experiência vivida é assim descrita por ela:

"fui com uma amiga pra clínica, uma clínica cafona, tipo classe média. Muitas revista Amiga, Manchete e apesar de ter muita gente, mulheres de todas as idades, apesar de estar todo mundo na mesma, ninguém se fala, ninguém se olha, fica aquele clima frio, hostil. Tinha algumas mulheres acompanhadas pelos maridos. Muitas mulheres com amiga e mulher sozinha, também.

Você fala com a enfermeira e fica esperando até ser chamada. É uma coisa rápida, entra e sai gente toda hora. A enfermeira me chamou, falei com o médico que me examinou rapidamente, nem olhou muito. Eu deitei na cama e tomei anestesia geral. Meia hora depois eu abri os olhos e o médico disse que tava resolvido. Como se fosse simples. Foi curetagem. Ele me receitou antibiótico, analgésico e mais nada".

À experiência de Silvia foi semelhante.

"Eu fui com uma amiga numa dessas clínicas que fazem aborto. E foi tudo muito rápido. Eu fiz exame num dia e marquei para o dia seguinte. Eu cheguei cedo mas a sala já tava cheia de gente. Não parecia clínica de aborto, porque tinha também criança. Tinha uma parte que era pediatria. E tinha também uma parte que era de ginecologia. Tinha mulheres com gravidez avançada que não iam abortar. Então não parecia clínica de aborto. Na sala de espera ficava todo mundo. Depois que a gente era chamada pra uma outra sala e aí ficavam só as mulheres que iam abortar. Ninguém conversava com ninguém. Acho que era difícil pra todas as mulheres que tavam lá. Eu sei que foi muito rápido. O médico não me explicou direito como ia ser. Falou que era curetagem e que era rápido. Aí tomei anestesia geral e meia hora depois já tava pronta pra ir embora. Eu quis ir embora o mais rápido possível. E graças a Deus não tive nenhum problema físico, mas fiquei abalada emcionalmente por muito tempo".

O "clima hostil" apontado por Sônia quando se referiu ao fato de que "ninguém se olha, ninguém se fala", foi também percebido por Silvia, quando revela que "ninguém conversava com ninguém" e o tratamento dispensado pelo médico "que nem explicou direito como ia ser" apontam para semelhanças na experiência de um aborto praticado "numa dessas clínicas". O que se destaca em relação do relato anterior é que para Silvia "não parecia clínica de aborto" uma vez que havia "uma parte de pediatria, e uma de ginecologia" e em consequência "muita criança e mulheres com gravidez avançada que não iam abor-

tar, sendo possível a partir dessa descrição sugerir ser a diversidade de atendimentos da clínica um mecanismo utilizado para camuflar ao fato de serem praticados abortos naquele local.

Para Regina a "clínica era de aborto mesmo". Foi seu namorado quem descobriu o endereço a partir de conversa com amigos que já tinham tido experiências semelhantes. "Era de aborto mesmo porque todas as mulheres pareciam mesmo que iam fazer aborto. Ninguém falava com ninguém. Era aquele silêncio".

O médico "até que era atencioso", mas a clínica "em questão de higiene não era muito higiênica não. Inclusive o lençol já tava manchado de sangue e quando eu falei para a enfermeira trocar ela respondeu assim: trocar pra que? Você não queria ver sangue?"

Como revelaram as outras entrevistadas para Regina também tudo foi muito rápido.

"Tomei anestesia e tal e não senti mais nada. Quando acordei já estava num outro quarto. Eu achava tudo horrível e queria sair correndo de lá. É uma experiência terrível".

Renata e Cristina ao descreverem o aborto praticado também em clínica, revelam que, por serem menores de idade, assinaram um documento "mentindo a idade".

Renata se refere à "quantidade enorme de gente que faz aborto" e ao tratamento "indiferente" dispensado pelo médico na clínica.

"Eu não sabia como é que era esse negócio de aborto e clínica. Eu estava morta de medo. E outra coisa que eu não sabia era que tinha tan

ta gente que faz aborto. Porque a gente, meu namorado, eu e o irmão dele que foi junto e que foi quem arranjou a clínica, a gente chegou bem cedo e já tava cheio de gente na clínica. Eu fiquei impressionada. O médico me examinou super rápido. Não perguntou nada. Falou que eu estava com dois meses de gravidez e que era uma coisa simples. Eu perguntei se ia doer. Ele falou que não, que era rapidíssimo porque era por sucção. Mas ele foi super indiferente".

Cristina também se mostrou "impressionada com tanta gente na clínica" e se refere ao médico de maneira semelhante à de Renata.

"Eu fui com uma amiga minha, mais velha que eu que sabia da clínica. A gente chegou lá bem cedinho, e tinha gente demais. Eu fiquei impressionada porque eu esperei demais pra ser atendida. Eu não via a hora de acabar com tudo aquilo. Eu estava morrendo de medo. Quando me chamaram foi que eu vi o médico. Aí eu perguntei como é que era porque eu estava com medo. Ele falou que era simples. Era só um aparelhinho que aspirava tudo e que chamava sucção. E quando eu falei de novo que eu estava com medo ele me olhou bem sério e aí eu não falei mais nada. Tudo que eu queria era acabar logo com aquilo e voltar correndo pra casa. É horrível".

Paula mostra uma diferença fundamental em relação aos outros exemplos apresentados. As mulheres são em geral acompanhadas pelos parceiros ou por amigas, enfatizando o des-

conhecimento da família em relação ao aborto. Paula foi acompanhada pela mãe, que tinha tomado conhecimento da gravidez e foi favorável ao aborto.

"Meu aborto eu fiz em São Paulo. Minha mãe ficou sabendo onde fazia por causa de uma amiga dela. Daí nós fomos lá. E meu namorado não foi comigo. São eu e minha mãe. Era um consultório que me deu até um susto. Porque era uma bagunça, livro jogado, cadeira quebrada. Ele era um cara que me tratou bem, falou que eu não ia ter dor, essas coisas. Eu tomei anestesia geral, 20 minutos depois eu tava acordada, com uma cólica meio doída. No dia seguinte eu tava ótima. Mas é uma coisa terrível fazer aborto. Apesar de que eu não tive nada, eu por dentro fiquei muito mal".

A definição de aborto como sendo uma "experiência terrível" vivida com muito medo é claramente visível nestes depoimentos. A solidão é enfatizada como um sentimento inerente a essa vivência, percebida entre as mulheres presentes nas clínicas, que "não se falam, não se olham", e no atendimento dispensado pelo médico que "nem me olhou direito" e me examinou rapidamente".

Concretizado o aborto tentar-se-á verificar o significado atribuído a ele enquanto experiência vivida.

RETOMANDO A HISTÓRIA DE ROSE

Rose considera ter sido esta uma "experiência terrível", "cheia de culpa e cheia de medo", chegando inclusive

a se considerar "inconsequente por ter deixado aquilo acontecer comigo" ressaltando, porém, que "hoje quando penso nisso tudo, fico pensando que por pior que tenha sido era o que devia ser feito, porque teria sido mais brutal ter um filho naquelas condições, eu não via sentido em ter um filho que não tinha nada a ver com seu esquema de vida", ressaltando que "o problema maior seria ter um filho sem ter desejado, sem ter se preparado, sem ter planejado um esquema de vida".

Ao avaliar sua vivência à ênfase dada "a experiência terrível que é o aborto" imediatamente se sobrepõem as justificativas que a levaram a abortar, reafirmando seu projeto de vida quando revela que "teria sido mais brutal ter um filho naquelas condições".

Como Rose, Sônia define o aborto como uma "coisa muito triste". "É triste porque é uma coisa ruim que acontece com você, te machuca, machuca seu corpo". E vai além quando considera "que o aborto é uma coisa triste também porque é aquela coisa que você faz sozinha sem poder contar pra ninguém. Se escondendo como se fosse a única pessoa que aborta quando na realidade o que tem de mulher e de menina passando por isso.

Sônia revela que "não quis pensar que era uma criança que estava em mim. Preferi não pensar na criança, a criança era eu. Eu é que precisava de pai e mãe. Se havia uma criança a assumir a criança era eu. Aí eu entendi que uma criança deixou de existir e que essa criança era eu. Era preciso deixar de ser criança para um dia poder ter uma criança!"

Cristina, como Sônia, atribui ao aborto o significado de ruptura, de mudança em relação à "vida que estava le-

vando". "Eu comecei a pensar melhor e pensar em tudo que eu estava vivendo. E acho que foi o aborto que me fez pensar tanto desse jeito. Se não fosse ter acontecido eu acho que estava até hoje vivendo daquele jeito. Porque eu não acho errado transar com qualquer um em qualquer hora, como eu tava fazendo. Só que depois que eu fiquei grávida numa transa qualquer é que eu fiquei pensando que essa não é a minha, entendeu? Essa não é a minha. Eu sou romântica, não quero mais viver assim de transa em transa. Então o aborto me fez pensar muito nisso tudo, e depois de ter passado por isso eu vi que não tinha mais sentido a vida que eu estava levando. Depois do drama do aborto eu comecei a pensar que eu quero pra mim uma transa boa, calma, sem muita loucura. E aí eu vou querer casar e ter um filho. Antes do aborto eu não pensava assim".

A ênfase dada à experiência do aborto enquanto fator de mudança é também percebida no relato de Renata.

"Depois do aborto eu comecei a tomar pílula. E não esqueço um dia. Eu não quero passar por isso de novo nem morta. Nisso tudo que aconteceu eu aprendi muito. Eu sofri muito, mas também aprendi muito. Agora aprendi o que todo mundo diria saber né. Eu acho que a gente tinha que saber como se cuidar para não passar por essas coisas. Porque é terrível. Eu não quero fazer outro aborto de jeito nenhum. Eu vou tomar pílula até resolver que eu quero ter um filho. E isso ainda vai demorar para acontecer".

Silvia também como Renata "espera nunca mais passar por isso "ênfatizando que depois do aborto" nunca mais pa-

rou de tomar anticoncepcional. Eu não gostaria de passar por isso de novo de jeito nenhum seria o maior drama. Não por tabus religiosos, não porque a Igreja condena. Porque é muito brutal para a gente. A mulher sofre demais".

Nos relatos das mulheres solteiras pertencentes à "classe média" as justificativas dadas para o aborto praticado evidenciam a existência de um projeto de vida no qual a maternidade pode ser adiada em função do investimento na carreira profissional, na medida em que estabilidade profissional é apontada de forma recorrente como condição essencial para que a maternidade se realize. À esta condição soma-se a necessidade de uma relação afetiva estável, fundamental para todas, quando se trata de ter filhos, sendo o casamento definido como o espaço privilegiado para a reprodução. A ênfase na carreira profissional sugere que o projeto familiar se encontra subordinado a um projeto mais amplo. Dado que ainda não ingressaram no ciclo da vida conjugal, essas mulheres parecem ter à sua disposição um leque maior de alternativas para construir suas biografias, podendo contrapor a maternidade à carreira profissional.

A participação do parceiro no processo de decisão pelo aborto apresenta variações no sentido de maior ou menor envolvimento, que podem ser atribuídas à especificidade da relação vivida por ocasião da gravidez que resultou em aborto. É recorrente, no entanto, em todos os relatos a afirmação de que esta é uma "decisão da mulher".

Na realização do aborto percebe-se relativa facilidade por parte das mulheres entrevistadas no acesso à clíni-

cas e hospitais. Apesar da margem razoável de segurança quanto aos riscos em termos de saúde, o tratamento recebido é percebido como "hostil" sendo enfatizando a "frieza e distanciamento" no atendimento dispensado pelos médicos, atitude que pode ser atribuído à clandestinidade da prática do aborto.

Vejamos se essas observações serão pertinentes ao caso de Amanda.

AMANDA

Amanda, 28 anos, é empregada doméstica, e se define como uma "mulata bonita, apesar de toda essa vida dura". Tem dois filhos: uma menina de 7 anos que não é criada por ela, "a menina fica com uma prima minha porque ela é doente, ficou paralítica desde pequena, e eu não posso criar no quarto apertado que eu moro, também não posso dar tudo que ela precisa e a minha prima pode mais que eu e ajuda muito a menina. Ela está lá desde pequenininha"; e um menino de 8 meses "que estou podendo criar sozinha e olha que eu trabalho feito louca para criar esse menino. Tomo seis ônibus por dia pra levar ele pra creche pra ir pro trabalho e quando volto pra casa às 7 horas da noite ainda lavo fralda. Não é fácil, mas eu tô podendo criar sozinha".

Apesar das dificuldades apontadas na criação dos filhos Amanda revela não ser "tão duro criar um filho quando a gente quer o filho, mas quando não quer, ter que criar um filho deve ser uma tristeza", ressaltando ainda que "toda mulher deve ter um filho, porque diz que um filho é a saúde da mulher, quem não tem filho diz que é doente".

Ao se referir aos dois filhos Amanda revela que "na menina eu não penso. Não penso muito porque sei que ela está bem com a minha prima, que é muito boa e sempre ajudou demais a menina. Então nela eu não penso muito. Agora eu tenho é que pensar nesse filho. Eu só penso nele. Eu não sei comprar uma coisa para mim se não comprar para ele. Eu adoro ele, adoro ele demais".

Foi na igreja de Barão Geraldo que Amanda conheceu o "primeiro homem" de sua vida, que viria mais tarde a ser o pai de sua filha. Amanda se refere a ele como sendo o "grande amor" da sua vida, desses que a gente não esquece nunca". Suas primeiras relações sexuais foram vividas sem receio "no começo eu não tinha medo de perder a virgindade. Essas coisas eu não tinha não. Eu acho que desde que a gente gosta... Ele era português e diz que português gosta de mulata né? Olha foi pra valer. Porque tudo que ele sabe de mulher fui eu que ensinei. E olha que ele sabe muito, porque na cama ele era uma negação. Olha que ele tinha um pouco de vergonha e eu não tinha vergonha nenhuma. Porque quando a gente gosta não tem que ter vergonha de nada. Eu acho que vale tudo. E eu gostava tanto de le, como eu gostava. Ele também gostava de mim, não trocava eu com ninguém".

O período de cinco anos, duração dessa relação, é definido por Amanda como sendo "anos de muita felicidade", porém o casamento, desejo de Amanda, não se concretizou. "Ele nunca falou em casar, e olha que ele quase morria por mim, tinha um ciúme, mas não falava de casamento. Só falava em fugir. Mas fugir eu não queria". A oposição por parte da família dele é um fator considerado por Amanda como decisivo para a não realização do seu casamento. "A família dele não gostava de mim por causa de eu ser de cor". Oposição à qual Amanda reagia "quebrando o pau com a mãe dele muitas vezes. Não deixava por menos. Isso não".

O casamento "não deu certo" e Amanda diz nem saber "direito porque não deu certo. Um dia ele sumiu assim de

repente". Mesmo não tendo "dado certo" Amanda afirma ter sido "muito feliz com ele. Até hoje quando eu vejo ele meu coração falta sair do peito. Aquele lá foi o meu grande amor".

Uso de Anticoncepcional

Durante todo o período de duração da primeira relação amorosa Amanda, não fez uso de medidas que visassem controlar a fertilidade. "Eu não tomava nada e demorou três anos para pegar gravidez. A ausência de meios contraceptivos como colocada por Amanda não revela se este "não tomava nada", indica desconhecimento em relação aos métodos contraceptivos, ou se esta não era uma questão que a preocupasse.

Constatada a gravidez após três meses de atraso da menstruação Amanda revela o fato ao parceiro e "aí ele foi embora e eu só fui ver ele de novo um pouco antes da menina nascer". Sozinha Amanda "não sabia direito se queria ter essa criança. Não sabia nada, nem o que fazer pra não ter", e atribui a ajuda dada pela família com quem trabalha "até hoje" o fato de ter levado a gravidez a termo. "Eles me ajudaram muito em tudo. Compraram roupinha, arranjam maternidade. E eu sem saber o que fazer tive a criança. Quando a menina nasceu o pai apareceu para me ver no hospital e conhecer a menina que "é tu do dele, os olhos, a cara, porque eu sou mulata e ele é português e a menina saiu clarinha".

A relação com o pai da criança foi retomada, "mas nós não casamos". Amanda continuou morando com a família para quem trabalha e a menina passou a ser cuidada pela prima "que pode mais" além de receber ajuda do pai, e Amanda "disso não

tem queixa, porque tudo que ele pode ele dá para a filha".

Passado mais dois anos a relação de Amanda com o "português" foi encerrada "porque não ia dar certo nunca". A partir daí Amanda passou a ter "vários casos" com "outros caras que eu gostei mais ou menos, porque nunca gostei de outro que nem gostei do primeiro".

Após a primeira gravidez, preocupada em não ter outros filhos, Amanda toma medidas no sentido de controlar a reprodução. "Passei a tomar cuidado. Mas não tomo comprimido. Não posso tomar. Eu não me dou com comprimido. Eu fico muito ruim. Então pra mim não dá de jeito nenhum. Vou dando um jeito".

O "jeito" dado por Amanda para controlar a reprodução consiste no uso "às vezes de injeção quando a menstruação não desce, eu tomo injeção, quantas precisar, chama ginec_oside essa injeção; às vezes com chá bem forte de arruda e pinga, cibalena fervida com arruda também é bom". Segundo Amanda "tem muita coisa para evitar" e, considera ter "dado certo" porque só engravidou novamente seis anos pós a primeira gravidez. "Mas dessa vez queria ter. Eu queria ter um filho. Eu já tinha uma menina paralítica que eu não posso contar pra nada. Então eu queria muito ter um menino. Esse menino que nasceu que queria muito. Quem sabe um dia ele pode me ajudar né. Ainda mais que é menino".

O pai da criança "um cara frio que eu nem sei como peguei gravidez" não quis "acreditar que era dele". Amanda resolveu que teria seu filho sozinha primeiro porque "queria muito ter um filho" e também porque "não tinha futuro viver com

esse homem. A gente brigava muito, eu não tinha aquele sossego. Então preferi viver sozinha e criar meu filho sozinha mesmo".

Como na gravidez anterior, Amanda recebeu ajuda da família para quem trabalha "minha patroa ajudava muito. Tem patroa que é terrível, mas a minha é boa, graças à Deus. E também eu sou muito boa empresada, então eles me ajudam bastante porque eles não querem que eu saia de lá".

Durante a gravidez, Amanda passou a "maior parte do tempo no serviço porque tinha que trabalhar pra viver". Mesmo sendo uma "gravidez desejada" Amanda revela não "suportar" a gravidez em si porque é "um verdadeiro sufoco aguentar aquela barriga, aquele peso, aquela vontade de comer tudo que se vê. Não tem nem posição pra dormir. Da gravidez eu não gosto não, mas esse filho eu queria ter. No fim foi tudo bem graças à Deus".

Após o nascimento da criança, Amanda "batalhou muito nesse negócio de creche que é uma coisa muito difícil. Passei três meses batalhando para conseguir. Foi muito difícil. Essa que eu consegui foi por Deus, porque eu já tava desanimada. Foi por Deus mesmo. Aí tudo se ajeitou".

Apesar das dificuldades vividas na criação do filho Amanda se diz "muito feliz com esse menino" e dispensa a ajuda do pai, "que não vale nada", por "orgulho" e porque está "podendo criar sozinha".

Após ter o filho que "queria tanto" Amanda resolveu não ter mais filhos. "Só esse e pronto". Porém, as medidas por ela adotadas não evitaram uma gravidez indesejável. "Eu en

gravidei e fiquei desesperada". Como das outras vezes Amanda "tentou de tudo". Tomou "injeção, pinga com arruda. Hoje eu não posso nem ver arruda na frente, de tanto que tomei. Cibale na então, tomei umas 12 cibalenas com arruda e pinga. Tomei folha de manga fervida com sal porque dizem que é bom. Nada. Até coca-cola fervendo eu tomei e nada. Fiz de tudo, mas não valeu nada. Foi a mesma coisa que tomar um copo de água. Não adiantou. Injeção eu tomei adoidado. Nada adiantou. Quando tem que ficar não adianta nada. Só tirando mesmo".

As atitudes e práticas de controle da reprodução adotadas por Amanda não se assemelham às adotadas por Nilza.

Nilza, 26 anos, também empregada doméstica, tem três filhos e em relação ao controle de fertilidade revela que "sempre tomou pílula. Tomava e tomo até hoje". A primeira gravidez aconteceu quando tinha 20 anos "fiquei grávida dessa menina que eu crio sozinha. Larguei de tomar os comprimidos e foi largar pra pegar gravidez". Com o nascimento da filha Nilza chegou a "pensar em casamento". Mas acabou por concluir "que não ia dar certo porque pra gente casar e depois largar fica do jeito que está, ele pra lá eu pra cá. Ele não era um homem bom, tanto que não me ajuda em nada. Eu é que me viro sozinha com a menina".

Após essa primeira relação Nilza viveu três anos com um "cara, mulherengo que só vendo". E dele ficou grávida novamente. "Quando estava nos dias de ganhar nenem ele largou de mim. Disse que ia embora para Mato Grosso e depois voltava. Mas voltou? Eu fui pro hospital sozinha e ganhei duas meninas. Quando ele voltou eu já tinha dado as crianças pra Assistência

Social. Eu dei porque eu não podia criar mais duas, que eu já criava uma com muito sacrifício e com três não dava. Ele soube só fazer e picou o pé no mundo. Quando ele voltou eu falei assim para ele: eu dei as meninas porque elas não têm pai que presta. Se tivesse eu não tinha dado. Você não é pai, você não presta para ter filhos".

Resolvida a não ter mais filhos após essas duas experiências Nilza retomou o uso do anticoncepcional. "Eu tomo pílula. Mas também tomo assim, quando eu saio com alguém. Eu não vou ficar enchendo a barriga de comprimido à torto e à direita sem sair com ninguém. Aí eu não tomo não". As providências tomadas nem sempre deram o resultado esperado e no espaço de dois anos Nilza teve dois abortos provocados.

RETOMANDO A HISTÓRIA DE AMANDA

Justificativas do Aborto

As razões do aborto praticado por Amanda estão em parte contidas nas dificuldades enfrentadas na criação dos filhos, porque a ênfase dada como justificativa é o desejo de não ter mais filhos.

"Meu menino tinha só 4 meses e eu tava batalhando feito louco para arranjar creche. Estava tudo muito difícil. Tinha acabado de passar por uma gravidez que para mim é um verdadeiro sufoco. E eu não quero ficar grávida de novo. Não quero mais ter filhos de jeito nenhum. É só esse e acabou. Eu fico preocupada em criar ele direito, quero dar pra ele tudo

que eu puder. Eu quero fazer tudo por ele. Mas outro filho eu não quero de jeito nenhum. Eu já estou de cabeça branca de tanto pensar nesse menino. Já tive o filho que queria tanto. Agora é trabalhar, cuidar dele e viver a vida que eu não estou morta. Eu sou moça ainda e quero aproveitar a vida. Vou sair, vou ter meus casos, mas filho eu não vou ter mais não".

As justificativas em relação aos dois abortos praticados por Nilza se assemelham às razões apontadas por Amanda. As dificuldades de ordem econômica enfrentadas na criação da sua primeira filha, a "situação difícil" em que se encontrou quando se viu obrigada a "dar as duas meninas para a assistência social", a ausência de ajuda por parte dos parceiros na criação dos filhos, e o desejo de não ter mais filhos são as razões dadas por Nilza para os dois abortos praticados.

"Eu não quero mais filho não. Deus me livre de botar mais uma criança no mundo. Na hora de fazer é bom. Mas criar é duro viu. Não dá. Não quero mais. Já tenho essa menina que eu crio sozinha e não é fácil. Já tive que dar as duas meninas porque eu não podia criar. Olha que dá pra ter mais filhos? De jeito nenhum. Não é fácil ter filho não. Pra depois o pai não ajudar, e a mãe ficar se danando sozinha quando o sangue é dos dois. Eu penso assim que pra ter filhos precisa de pai também. Só a mãe não aguenta nê. E depois do pai e da mãe junto, precisa de dinheiro nê, porque senão não dá pra criar direito. Então como não é assim comigo, filho eu não tenho mais, já estou resolvida. Eu quero trabalhar muito pra estudar minha menina. É isso que eu

quero fazer da minha vida. Além de me sair e me divertir, que a vida não pode ser só sofrimento. Então filho eu já tive. Agora é cuidar dela e cuidar de mim. Filho eu não quero mais".

RETOMANDO A HISTÓRIA DE AMANDA

Participação do Parceiro

Quando se refere à gravidez que acarretou o aborto Amanda não faz referência à uma relação específica, revelando que "estava tendo casos" não mencionando o possível pai, dando à entender, nesse sentido, ter tomado sozinha a decisão de não levar a termo a gravidez.

Necessitando de ajuda financeira para o aborto, Amanda recorre à um "caso antigo" que teve com "um italiano que eu fiquei encontrando uns três anos" e que é considerado por ela como sendo a "única pessoa que eu posso contar pra me dar um conforto". Amanda não revelou o motivo da necessidade de dinheiro. "Não falei que era pra fazer aborto. Isso eu não tenho que falar pra ninguém. Eu falei que eu estava precisando e só. Ele é um homem muito bom e me ajudou. Ele me ajuda quando eu preciso, mas é um homem casado, então não dá pra ser diferente".

Nilza também não fez referência às relações vividas por ocasião dos dois abortos, mas é clara ao afirmar:

"Essas coisas quem resolve sou eu. Porque os filhos que eu tive, pai nenhum ajudou a criar. Então você acha que eu vou perguntar se eu

tiro ou não quando eu estou grávida. Eu resolvo eu mesma. Se é, pra me danar eu me dano sozinha de vez. E depois também tem uma coisa. Você vai falar eles falam que o filho não é dele. Fala assim: não é meu, porque saiu com fulano, saiu com sicrano, não saiu sô comigo, não é filho meu. Então é onde eu não falo nada. Porque o aborto já é duro e ainda passar por essa humilhação. Comigo não. Eu resolvo sô mesmo".

RETOMANDO A HISTÓRIA DE AMANDA

Concretização do Aborto

Depois de ter "tentado tudo" Amanda procura uma amiga que conhecia uma mulher que "fazia sonda".

"Fui lá com essa minha amiga e falei pra mulher que eu queria fazer sonda. Eu estava com três meses, dois meses e meio por aí. Aí primeiro ela coloca dois comprimidos dentro do útero da gente. Primeiro de tudo. No outro dia é que a gente vai colocar sonda. Nem sei que comprimido era. Aí no outro dia eu voltei. A gente fica deitada numa cama como se fosse pra ter filho. Aí ela coloca a sonda. A sonda foi eu mesma que arranjei. Eu tinha muita amizade com um farmacêutico e ele me arrumou. Tem sonda na farmácia, mas é proibido vender. Esse farmacêutico me vendeu escondido. Essa sonda é uma borrachinha bem comprida e na ponta ela tem que nem um bico de cabra. Aí a mulher colocou a sonda. E no outro dia eu tornei à voltar lá pra tornar à colocar por

que a sonda saiu do lugar. Aí ela colocou de novo. A gente não sente nada. Aí desceu sem um pingo de dor. Assim dizer uma dor violenta eu não senti. Aí eu fiz o aborto e foi tudo bem. Não deu problema nenhum".

Amanda ressalta também que "se desse algum problema, se tivesse que ir para o hospital, ela pediu (a parteira) pelo amor de Deus para não contar que era aborto. Que isso é um segredo, né. A gente não pode contar. Porque assim como agente confia nela, ela tem que confiar na gente pra fazer isso, né". Nesse sentido Amanda fez uma referência direta à cumplicidade acarretada pela ilegalidade do aborto.

Nilza revela nunca ter feito "aborto com sonda" e descreve assim a realização dos seus dois abortos.

"Na primeira vez que eu fiz aborto eu tomei pinga com losna e Arruda. No final você tem que por uma garrafa de vinho para ferver e põe umas três ou quatro cebalenas junto. Folha de louro também é bom. Eu pus tudo junto, deixei ferver e tomei. Dá uma dor tão forte que só vendo. Quando eu tomei quase morri. Estava no comecinho, então quando é assim o chá desse jeito resolve.

Agora, na segunda vez, já estava mais adiantado, quase uns três meses, aí só o chá não adianta. Tem que tomar injeção. A injeção tem que ser bem forte. Tem que tomar bastante injeção e das mais fortes porque senão não adianta. Eu tomei umas par delas. Fui na farmácia. Você tem que pedir com jeito. Se o farmacêutico fizer cara feia, você vai em outra farmácia. Foi assim que eu fiz. Pra mim a injeção adiantou, mas tem mulher que tem o sangue for

te e aí nem com reza não desce. Aí tem que dar outro jeito. Tem que colocar sonda mesmo. Agora sonda eu nunca coloquei".

A descrição feita por Nilza em relação aos dois abortos por ela praticados se assemelham aos métodos anticoncepcionais adotados por Amanda quando esta revela que "tenta de tudo quando a menstruação atrasa". Nesse sentido é possível levantar a hipótese de Amanda ter tido outros abortos além do "aborto feito com sonda". Porém, quando Amanda se refere aos "chás", ou às injeções tomados em virtude do atraso de menstruação dá a entender que considera estas medidas preventivas e não abortivas uma vez que revela: "aborto mesmo eu só fiz um, só uma vez eu coloquei sonda". Nilza ao contrário considera ter abortado a partir do uso dos "chás" e das injeções tomados e "sonda nunca colocou". Essa distinção apontadas nos dois relatos parecem sugerir significações diferentes no que se refere ao aborto. Para a Amanda "aborto é com sonda" e os "chás" e as injeções tomados por Nilza como abortivas são consideradas por ela como medidas anticoncepcionais.

Outro aspecto a ressaltar, decorrente da precariedade das condições em que esses abortos são realizados é a possibilidade de conseguir nas farmácias "sondas e injeções abortivas" podendo ser considerado esse recurso como mais um desdobramento provocado pela ilegalidade do aborto.

RETOMANDO A HISTÓRIA DE AMANDA

Para Amanda aborto "é uma coisa muito sofrida porque a gente sofre demais. Mas não dá pra ter toda vez que engravida, fazer o que né? Olha eu falo pra Deus não me castigar mas se eu ficar grávida de novo até veneno eu tomo se for preciso. Aborto de qualquer jeito, porque filho eu não quero mais. É só esse e acabou.

Nilza também considera "que fazer aborto é uma coisa muito dura. A gente sofre demais porque arreventa tudo por dentro. Nesse ponto as mulheres são bem mais sofridas que os homens. Os homens não passam a dor que as mulheres passam quando vem ganhar um filho ou então quando abortam. Os homens não precisam pensar em nada. Agora a mulher tem que pensar em tudo. Se ela não se cuida, tá ferrada. Já pensou todo ano um filho ou todo mês um aborto".

Em relação às mulheres solteiras anteriormente citadas as mulheres pertencentes à essa categoria social, apesar de serem solteiras e se definirem dessa forma, apresentam uma diferença fundamental na medida em que ambas tiveram a experiência de uma relação estável do tipo conjugal e tiveram filhos. Nesse sentido, de fato, as histórias de vida das solteiras não são estritamente comparáveis entre si.

Nas justificativas dadas para o aborto os projetos de vida explicitados apresentam uma maneira diferenciada no que se refere a relação entre maternidade e trabalho. Enquanto Rose e as outras mulheres solteiras enfatizavam o investimento na carreira profissional como uma etapa a ser atingida antes

da maternidade. Amanda e Nilza conciliam trabalho e maternidade atribuindo as dificuldades enfrentadas na criação dos filhos à própria condição econômica, considerando inclusive que "um filho pode ajudar" nesse sentido. Apesar disso, se assemelham às outras entrevistadas quando recolocam a necessidade de uma relação afetiva estável para se ter filhos, sendo que essa ausência se constitui em um dos argumentos dados para a prática do aborto. (14)

Com relação à participação do parceiro na decisão pelo aborto constata-se novamente a percepção do aborto como sendo uma decisão da mulher, na medida em que as decisões tomadas não foram participadas aos parceiros.

A diferença mais radical em relação às mulheres solteiras de "classe média" se dá em relação às condições em que o aborto é realizado. Enquanto Rose e as outras mulheres da mesma classe tinham acesso às clínicas e hospitais, Amanda e Nilza recorrem à "uma dessas mulheres" ou utilizam "chás de ervas" para abortar, prevendo inclusive a possibilidade dos riscos acarretados à saúde, a que estão sujeitas.

505717BC-

2. AS CASADAS: CÉLIA E LÍGIA

CÉLIA

Célia, 29 anos, é casada com um empresário "bem sucedido", tem duas filhas e pretende trabalhar como decoradora. É morena, alta e no momento não se considera bonita. "Eu era uma mulher muito bonita, meu corpo era muito bem feito e eu me sentia muito segura nesse sentido. Depois eu engordei demais e não me sinto bem assim, não gosto da minha aparência e gostaria de voltar a ser a mulher bonita de sempre".

A imagem atual que Célia tem de si mesma contrasta com o "orgulho" sentido ao perceber seu corpo de menina se transformando em corpo de mulher. "Eu fiquei encantada. Era verão, eu tinha quinze anos e no verão as mudanças do corpo aparecem muito mais e, naquele ano, de repente, eu percebi que meu corpo não era mais de menina, era um corpo de mulher e era um corpo realmente bonito". As mudanças percebidas eram reforçadas pelos "olhares masculinos" que passou a "despertar" e pelas "recomendações" da mãe que "passou a falar na necessidade de se ter cuidados, de não se vulgarizar e de se exigir respeito".

Nessa fase os namoros vividos por Célia eram "tão ingênuos", que "nem sei se dá para falar em namoro" uma vez que "era somente troca de olhares".

Foi com 17 anos que Célia passou a "namorar de verdade" isto significava namorar "dentro de casa, na sala de visitas" com o "consentimento" da família.

O namoro vivido é definido como "uma fase muito bonita, gostosa de se lembrar". As lembranças são marcadas pe-

lo tempo gasto em se arrumar para esperar o namorado, pelas flores constantemente recebidas e, principalmente, pela "alegria de ter encontrado o verdadeiro amor". Foi tudo muito "romântico, com muito respeito e recato".

Ao fazer referência à "pouca intimidade física" existente entre ela e o namorado, "se comparado aos namoros de hoje em dia", Célia revela que "fantasiava o namoro como uma troca de carinhos, nada mais" e atribui o tipo de relação vivida com o namorado à sua condição de moça "para casar, sabe esse estilo? Moça de boa família, comportada, tímida e prendada. Não poderia ser diferente, né?" Nos momentos de maior "excitação", quando "tinha vontade de ir além do permitido", Célia se "guardava" por considerar correto que fosse assim. O fato do namorado não "insistir" era visto por elas como "sinal de respeito e de verdadeiro amor".

Foi com o primeiro "namorado de verdade" que Célia se casou aos 19 anos, de véu e grinalda, na igreja e no civil. "Foi tudo como manda o figurino. O namoro, o noivado, a cerimônia de casamento e a lua de mel. Tudo muito romântico e muito bonito".

A partir do casamento Célia e o marido se sentiam com a "permissão de viver todos os sonhos e fantasias". O "orgulho" sentido em relação ao próprio corpo, somado à possibilidade de poder "viver tudo" faziam com que Célia "deixasse de lado o recato" e "vivesse os prazeres" que a situação de casada permitia.

Os primeiros anos de casamento são considerados importantes na medida em que significavam "poder viver o que não

foi vivido no namoro". À partir da "permissão" dada pelo casamento "o que começou com muito recato foi perdendo os limites". Para ilustrar os limites se diluindo, o recato se dissipando, Célia utiliza como referência as camisolas por ela usadas". A camisola da noite de núpcias, era branca e enfeitada com rendas, toda angelical. Com o tempo eu fui comprando camisolas de cotadas, transparentes, até chegar a usar uma camisola preta lindíssima". O relacionamento "físico" que passou a viver é enfatizado. "Nós evoluímos muito fisicamente, eu me entregava a todas as emoções, agora sem mais pudor e fui descobrindo o verdadeiro prazer de ser mulher".

Célia considera essa a "melhor fase" de sua vida. "Eu amava demais meu marido, ele me amava muito. Eu me sentia bonita, jovem e feliz. E realmente quando eu olho minhas fotografias, é nessa fase que eu estou mais bonita e mais feliz. Nossa situação econômica era excelente, nossa casa era muito gostosa. Eu me arrumava muito, estava sempre bonita e sentia que meu marido se orgulhava de mim. Foi realmente a melhor fase de nossa vida".

Uso de Anticoncepcional

"Como todo casal" Célia e o marido desejavam ter filhos, porém, não nos primeiros anos de casamento. Isso porque:

"Nós éramos muito jovens e achávamos que deveríamos aproveitar todo o tempo para ficar juntos. Nós gostávamos muito de sair, ir às festas, viajávamos nos fins de semana ou en-

tão ficávamos em casa bebendo, ouvindo música até de madrugada. Nossa vida sexual era ótima e nós queríamos desfrutar todo o tempo só para nós. Por isso não pensávamos em ter filhos logo. Porque com filhos tudo muda".

Preocupada em controlar a fertilidade porque "nós queríamos evitar mesmo" Célia, através de indicação médica, fez uso durante três anos, de pílula anticoncepcional. Comportamento que não é semelhante ao apresentado por outras mulheres entrevistadas.

Cláudia, 25 anos, estudante, mãe de dois meninos, se casou "na igreja vestida de noiva e virgem, por incrível que pareça". Ao contrário de Célia, não tomava medidas para controlar a reprodução porque considerava "ótimo ter filhos logo".

"Eu sempre pensei assim. Eu achava ótimo ter os filhos logo e crescer junto com eles. Era uma coisa que eu sempre pensava. Eu acho que ter filhos logo é bom porque você pode acompanhar mais de perto o crescimento deles. Na fase de adolescência eu acho que eu vou me sentir muito mais próxima deles. Eu sempre tive essa vontade. Eu não tomei pílula e o meu método era tabela e camisinha muito raramente. Como eu não tinha um ciclo regular, nunca dava para saber se eu estava grávida ou não. Então nenhuma gravidez minha foi prevista, foi programada".

Marilda, 29 anos, professora primária e mãe de um menino e de uma menina, casou-se virgem aos 22 anos porque "queria que fosse tudo certinho. Era muito importante para mim que fosse assim". Como Cláudia, Marilda não tomava medidas de controle da fertilidade porque também desejava ter filhos "logo" e já havia planejado, antes mesmo do casamento, dois filhos como sendo o número ideal".

"Eu queria ter os filhos logo pelo seguinte : Eu achava que se a gente tem os filhos logo a gente pode acompanhar melhor o crescimento deles. E depois com os filhos crescidos e a gente sendo jovem ainda, pode aproveitar melhor a vida, pode aproveitar melhor a vida de casada, porque aí os filhos exigem menos cuidados dos pais. Nós pensamos em ter somente dois filhos, porque filho exige muito e eu não acho certo ter muitos filhos e não poder educar direito".

A atitude de Marilda em relação à reprodução, se por um lado se assemelha à postura de Cláudia que considerava "ótimo ter os filhos logo" porque "a gente pode acompanhar melhor o crescimento deles", "por outro, remete ao argumento de Célia que "não desejava ter os filhos tão cedo" para "aproveitar melhor a vida de casada". Marilda também se refere a essa possibilidade ao considerar que tendo os filhos logo "a gente ainda é jovem e pode aproveitar mais a vida de casada porque os filhos não dependem tanto dos pais".

Tereza, 57 anos, dona de casa, tem duas filhas. Casou-se aos 22 anos, após um namoro de seis "sabendo o que teria que passar, embora nunca tivesse tido nenhuma experiência com ele". Em razão da situação financeira instável, Tereza e o marido resolveram não ter filhos "de imediato".

"A gente teve uma conversa assim: que seria melhor procurar evitar ter os filhos logo, pelo menos até que nossa situação ficasse instável. E como eu tinha lido num livro que há períodos férteis na mulher e período estéreis, a gente tentou controlar dessa forma. Também usava aquele método de interromper a relação, mas isso não conduz a nada porque não dava satisfação nem para ele nem para mim. Então eu resolvi controlar de acordo com os períodos estéreis e os períodos férteis da mulher".

Embora não desejasse "ter os filhos logo" como Célia, o argumento de Tereza não faz referência a "aproveitar melhor a vida de casada". A situação econômica instável parece ser a contingência que a leva a adotar medidas de controle de fertilidade.

Lúcia, 25 anos, escriturária e mãe de uma menina, apresenta uma experiência diferente das demais. Ao contrário das mulheres que se casaram virgens, de véu e grinalda, Lúcia se casou grávida, vestida de marrom e bege. Isto porque havia praticado um aborto 3 meses antes e "não teve coragem de fazer outro aborto em seguida" em razão das consequências físicas do primeiro aborto que acarretou hemorragia e hospitalização.

"Dois meses depois de ter feito meu primeiro aborto eu estava grávida de novo. Eu não tomava pílula e não vou dizer que era desinformação porque não era. É que eu não tinha vida sexual ativa. Era raro acontecer. Então eu pensava assim, eu vou transando e futuramente eu vou tomar pílula. Só que um mes depois de ter transado a primeira vez eu estava grávida e foi um horror. Eu fiquei desesperada e acabei abortando porque não me passava pela cabeça ter um filho naquele momento. Aí eu tive problemas seríssimos e fiquei internada por causa de hemorragia. Dois meses depois de ter passado por todo sofrimento do aborto eu fiquei grávida de novo e foi terrível. Eu não podia nem pensar em tudo que eu tinha passado. Aí a gente resolveu se casar. E casou assim sem festa, sem nada".

Margarida, 44 anos, professora secundária, mãe de três meninos, também revela uma experiência particular, se comparada as demais, por ter sido mãe solteira. "Apesar de ter sonhado com o casamento nos moldes tradicionais, comigo isso não aconteceu. Sofri demais porque tinha certeza que ia me casar e o pai do meu filho se recusou a acreditar que o filho era dele. Eu estava com a gravidez adiantada e assumi tudo sozinha". Após essa primeira gravidez, Margarida engravidou novamente "de um senhor com quem estava saindo e não sabia que era casado". Em razão do "sofrimento terrível" por ter sido mãe solteira e "sabendo que não ia dar em nada" o relacionamento vivido por ocasião da segunda gravidez, Margarida resolveu "abortar". O casamento aconteceu "muitos anos depois disso tudo".

"Eu nunca tomei pílula nem nada porque aquilo me fazia um mal tremendo, alterava demais o meu organismo. Depois que eu me casei eu não me preocupei em controlar porque eu queria muito ter filhos em condições normais. Depois de ter sido mãe solteira e ter feito um aborto, eu queria muito ter filhos".

Excluindo as experiências de Lúcia e Margarida, que contêm especificidades, alguns aspectos relativos à reprodução podem ser destacados nos demais casos. Por um lado, todas fazem referência a medidas de controle da natalidade, ao contrário do que ocorria no caso de algumas mulheres solteiras entrevistadas que alegavam desconhecimento dos meios anticoncepcionais. Por outro, sua utilização está relacionada, ao desejo ou não de ter filhos logo após o casamento. Os argumentos apresentados na definição do momento considerado desejável para se ter filhos variam entre "não ter filhos logo" para "aproveitar melhor a vida de casada" ou então até que "a situação econômica se estabilize" e "ter filhos logo" para "acompanhar melhor o crescimento deles".

RETOMANDO A HISTÓRIA DE CÉLIA

Célia teve a sua primeira gravidez três anos após o casamento. "Nós começamos a pensar em ter um filho e eu resolvi parar de tomar pílula. A gente ficou muito contente com a idéia de ter um filho. Só que eu tive uma gravidez muito problemática porque corria o risco de perder a criança naturalmente. Então eu fiquei meses de repouso sob cuidados médicos. E

nesses meses eu engordei muito. Eu me sentia péssima porque me sentia mais doente do que grávida".

Em razão dos problemas físicos acarretados pela gravidez, Célia "ansiosa, com receio de perder a criança" se sentiu "abandonada" pelo marido. "Embora ele fosse atencioso a impressão que dava era de que os cuidados dele eram mais para a criança. Ele parecia mais preocupado com meu estado físico do que com meu estado emocional".

Essa "sensação de abandono" vivida por Célia era reafirmada, a seu ver, pela ausência de "relações sexuais ou contatos mais íntimos" no período de gravidez. "Ele sempre alegava que eu estava com problemas e que a gente devia pensar na criança".

Os nove meses de gravidez "pareciam uma eternidade". Célia se sentia cada vez mais ansiosa, mais gorda e mais pesada. "Eu fui engordando, engordando sem parar. Eu me achava uma coisa. Meu corpo era uma coisa. Eu fiquei uma coisa que esperava um filho. Eu não me sentia mulher".

Célia imagina que muitas mulheres possam se sentir felizes estando grávidas porque, "afinal, todo mundo fala maravilhas a respeito da gravidez", porém sua gravidez foi "insuportável" e "naquela situação" se sentia "infeliz e horrível" desejando "que tudo acabasse o mais rápido possível".

O nascimento da filha trouxe à Célia a "alegria imensa de ver a carinha dela e saber que ela era perfeita" e um "alívio enorme por já ter passado por tudo aquilo".

Apesar do alívio, Célia se sentia deprimida porque continuava "gorda, a barriga flácida, os seios enormes, i-

mensa". E estando assim, Célia se sentia "horrorosa" e "desanimada".

Nessa fase os "momentos bons" eram vividos com a filha, a quem "dava toda atenção e carinho". O relacionamento com o marido, alterado no período de gravidez "tornou-se cada vez mais difícil". Célia, que vivia relações sexuais "intensas" após a gravidez "já não se sentia tão segura de si "como antes". As camisolas "decotadas, transparentes e lindíssimas", foram trocadas por camisolas "fechadas dos pés à cabeça" e passou a ter "vergonha" do seu corpo "como jamais havia sentido". Se sentindo insegura passou a ter "dúvidas" em relação aos "sentimentos" do marido. "Eu não sabia direito se quando ele me procurava era por interesse ou por obrigação de marido".

"Preocupada" com o "caos" em que se transformou sua vida e seu casamento, Célia "procurou reagir". E sua reação começa por tentar "alterar" a si mesma. Na tentativa de "mudar tudo" inicia um "verdadeiro tratamento de beleza" que inclui um "sério regime para emagrecer, massagem e aulas de ginástica diárias".

Os resultados alcançados fizeram com que Célia se sentisse melhor, e a partir daí, buscasse uma aproximação maior com o marido que "parecia entender" todos os seus esforços para tentar "viver melhor". As coisas, não voltaram a ser como antes, "mas pelo menos ficou uma relação sem tantas discussões". Até que engravidou novamente, "dessa vez por descuido mesmo".

Nessa época Célia não pensava em ter outro filho. "Não sei porque eu engravidei, eu estava tomando pílula

e não sei se eu esqueci de tomar algum dia, não sei como aconteceu".

"Traumatizada" com o "sofrimento" da gravidez anterior e preocupada com as transformações do seu corpo, Célia tentou conversar com o marido, "não como quem não pensa em ter o filho, isso eu não pensava, tentei conversar para que ele me apoiasse, para que eu não me sentisse tão sozinha como na vez anterior".

Apesar de seu marido "parecer" entender e ter se mostrado "disposto" a partilhar o "sofrimento" que a gravidez traria, "foi tudo como da primeira vez".

Célia permaneceu meses de repouso, engordou muito e, as relações sexuais foram interrompidas novamente. Em virtude disso tudo seu estado de ânimo era péssimo e os nove meses foram vividos novamente como se fossem "eternos".

O nascimento da segunda filha trouxe à Célia "a mesma sensação de alívio" por já ter sido vivido o que era considerado insuportável e a certeza de que precisava reunir "todas as forças" para tentar recuperar a si mesma "mais uma vez".

Nessa época Célia quis fazer "ligação de trompas", mas foi desaconselhada por seu médico que a "considerava nova demais para tomar uma decisão tão definitiva". Seu marido também se mostrou contrário a essa idéia porque "achava que tínhamos condições financeiras para ter outros filhos e também porque nós tínhamos duas meninas e ele queria demais um menino para dar continuidade ao nome da família". Diante dos argumentos apresentados pelo marido e pelo médico, Célia "sem saber direito o que fazer" passou a utilizar o diafragma como forma

de controle da fertilidade.

No relato de Célia a gravidez apareceu marcada pelo "sofrimento físico", pela "deformação" do seu corpo e pelo afastamento do marido, traduzido na ausência de relações sexuais e no distanciamento no que se refere às sensações e emoções por ela vividas já que ele "parecia não entender direito tudo que se passava". Por tudo isso para Célia "gravidez é uma coisa horrível, insuportável mesmo".

Vejamos como as outras mulheres casadas, entrevistadas, se referem à gravidez.

Cláudia engravidou logo após o casamento e considerou sua gravidez "problemática" por razões que não se assemelham as apresentadas por Célia.

"Eu fiquei grávida depois de um mes de casada, sô que eu perdi a criança. Foi um aborto natural. No ano seguinte eu engravidei novamente e, no sexto mês meu marido teve um problema político. Aí foi um rebû danado. A gente teve que sair de casa e ficar meio que andando de uma casa para outra até que a criança nasceu. Todo esse período foi uma coisa super instável, de ter susto toda hora, ele ameaçado de ser pêgo à qualquer momento. Nós ficamos três meses com a criança, aí ele foi preso e eu deixei a criança com os avós. Então eu fiquei com trauma da condição de grávida, da condição de amamentar e depois ter que abandonar a criança. Eu não gostei da condição de grávida porque foi horrível toda aquela situação".

Ao contrário das experiências vividas por Célia, os fatores que tornaram "problemática" a gravidez de Cláudia não são decorrentes da gravidez em si. Não há referências à alteração no seu estado físico ou à alteração no relacionamento com o marido, como fatores que tornaram desagradável essa experiência. O trauma da "condição de grávida" é atribuído à "toda a situação horrível" vivida em razão dos problemas políticos do marido. O contexto no qual se deu a gravidez é que a torna "problemática". Já a gravidez do segundo filho, Cláudia afirma que foi "ótima", "maravilhosa" e sem maiores problemas. "Eu tinha uns enjoos mas era coisa assim que passava despercebido. Foi realmente muito boa essa última gravidez".

Marilda, por sua vez, ao contrário de Célia e de Cláudia, não teve "maiores problemas" nas duas vezes em que engravidou. "Correu tudo bem, foi tudo tranquilo".

"Eu e meu marido queríamos demais ter filhos. E nas duas vezes que fiquei grávida correu tudo muito bem. Eu encarei todos os sintomas, enjoos, inchaço, um certo cansaço no final, como sintomas normais. Eu me sentia muito bem e muito disposta. Tanto que trabalhei durante os nove meses, nas duas vezes. Meu marido foi muito amoroso e viveu comigo todas as emoções. Foi uma fase muito boa essa. Eu me sentia muito paparicada pelo meu marido e sempre me senti bonita quando estava grávida. Tanto que meu marido tirou muitas fotos minhas durante a gravidez. E outra coisa, que eu não sei se é comum entre as mulheres, é que eu tive relações sexuais durante quase toda a gra-

videz. E isso foi muito importante porque eu me sentia mais próxima do meu marido. Nas duas vezes foi assim muito tranquilo. Eu me sentia muito feliz. Foi tudo normal, graças a Deus.

Se, por um lado Célia se sentia "imensa e horrorosa" com as transformações do seu corpo durante as duas vezes em que esteve grávida, por outro, Marilda se sentia "bonita e disposta fisicamente", ressaltando o fato de ter sido fotografada pelo marido nessa fase. A distância em relação ao marido manifestada por Célia também não é vivida por Marilda que revela ter mantido relações sexuais durante toda a gravidez, considerando essa fase como "muito importante" no sentido de uma maior aproximação entre os dois.

Tereza também revela não ter tido "dificuldades" nas duas vezes em que engravidou.

"Eu tive os problemas normais de uma gravidez. Mas eu me sentia disposta, trabalhava muito, cuidava da casa, cozinhava. Tanto que eu mesma fiz todo o enxovalzinho das minhas filhas. Só nos últimos meses é que eu me sentia cansada, pesada. Meu marido quando eu ficava grávida sempre foi de me dar muita atenção. Eu me sentia feliz quando estava grávida. Ficar grávida não era problema para mim. Agora, sofrimento mesmo é na hora do parto. Eu sofri horrores".

A gravidez de Tereza foi vivida de forma tranquila e, embora não faça referência às relações sexuais mantidas nessa época, revela ter recebido "muita atenção" por parte do ma-

rido. Teresa como, Marilda, não tinha grandes problemas na gravidez. "Sofrimento mesmo, só na hora do parto".

Lúcia, embora não tenha tido maiores problemas como Marilda e Teresa, se refere à gravidez como um "período muito solitário" de sua vida.

"Eu curti sozinha minha gravidez. Eu lembro que o primeiro dia que o médico pôs o aparelho para ouvir o coração da criança eu fiquei emocionada e meu marido nem se interessou. Ele me frustrou muito. Eu me senti completamente abandonada porque ele passava o dia fora, chegava tardíssimo e eu guardada em casa fazendo o enxovalzinho. E a gente transava pouquíssimo enquanto eu tava grávida e ele me disse que era porque tinha medo de machucar o nenem. Mas ainda assim tinha carinho. Mas ele nessa fase estava se entregando muito para os amigos. Eu comecei a chamar atenção dele porque eu achava uma puta sacanagem ele sempre fora de casa e eu sozinha. Afinal eu estava grávida e precisava da atenção dele. Aí eu comecei a trabalhar e me senti um pouco melhor. Mas guardo mágoa do meu marido por ter sido pouco atencioso comigo".

Lúcia não teve problemas físicos com a gravidez, nem viveu as transformações no seu corpo como sendo problemática, mas o sentimento manifestado em relação ao marido se assemelha aos vividos por Célia. Lúcia também "curtiu" sozinha sua gravidez, "transou pouquíssimo" nessa fase e se frustrou com a não participação do marido "afinal estava grávida e precisava da atenção dele".

Nas três vezes em que engravidou, Margarida viveu com tranquilidade os sintomas físicos, porém revela "mágoa" em razão do pouco envolvimento do marido.

"Nas vezes em que engravidei foi sempre assim. Era muito pouco o envolvimento dele comigo. A gravidez nunca foi uma coisa difícil para mim, eu não me sentia mal grávida. O que me fazia mal era o jeito do meu marido. E quando eu tentava falar sobre isso nós discutíamos e não havia jeito de se entender. Ele achava que tudo que eu sentia era frescura de mulher grávida. Esse comportamento me irritava demais e me magoava muito".

O mesmo ressentimento em relação à participação do marido na gravidez, expresso nos relatos de Célia e Lúcia, é manifestado por Margarida que se "magoava muito" com a falta de atenção do marido nas vezes em que engravidou.

As experiências relativas à gravidez, vivenciadas pelas mulheres entrevistadas, apesar das suas especificidades apresentam aspectos que se destacam pela sua recorrência. Célia assim como Cláudia, Lúcia e Margarida consideraram a vivência da gravidez como desagradável. Marilda e Tereza, ao contrário, não tiveram maiores problemas e se sentiam felizes estando grávidas.

Os argumentos apresentados na definição da gravidez como uma experiência desagradável contêm pontos de semelhanças. As razões apontadas por Célia ao afirmar "não suportar ficar grávida" são decorrentes dos problemas físicos acar-

retados, trazendo-lhe a sensação de "estar mais doente do que grávida". Além disso seu corpo se transforma "de tal forma" que "engordando sem parar" acabou por se sentir "uma coisa que esperava um filho". A sensação de não se sentir mulher estando grávida, era reafirmada pelo comportamento do marido que durante a gravidez evita relações sexuais. Por essas razões os nove meses foram vividos "como se fossem uma eternidade".

Os motivos apontados por Cláudia quando considera sua gravidez problemática, não são semelhantes aos de Célia. Para ela "o trauma da condição de grávida" é atribuído ao contexto no qual se deu a gravidez. A situação "hiper instável" decorrente dos problemas políticos do marido tornaram desagradável essa fase.

Embora não tenha tido problemas físicos, nem faça referência ao corpo alterado pela gravidez, como corpo deformado, Lúcia assim como Célia, teve uma gravidez marcada pela ausência de um envolvimento maior por parte do marido, já que "curtiu sozinha, transou pouquíssimo e se sentiu abandonada".

A ausência de uma maior participação do marido nas sensações vividas durante a gravidez, também é alegada por Margarida quando afirma ter "muita mágoa" das vezes em que engravidou.

A gravidez definida como desagradável parece marcada por sentimentos de solidão, anseios e expectativas em relação a um envolvimento por parte do marido que não são cumpridas. Mesmo porque a vivência da gravidez definida como agradável aponta por uma postura inversa por parte do marido. Tereza "não teve maiores problemas na gravidez" e revela ter sido es-

se um período em que seu marido foi muito atencioso. Marilda além de viver de forma tranquila a gravidez, se sentia bonita, foi fotografada pelo marido e "não sei se é comum entre as mulheres" manteve relações sexuais durante todo o tempo em que esteve grávida.

O que há de recorrente nos relatos sobre gravidez, é que a ausência de um maior envolvimento do marido é apontada por todas as mulheres que consideraram a gravidez desagradável. Assim como as mulheres que viveram a gravidez como uma experiência agradável, revelam um grau maior de participação do companheiro.

RETOMANDO A HISTÓRIA DE CÉLIA

Justificativas do Aborto

Célia, após o "sofrimento" vivido nas duas vezes em que engravidou não "conseguiu nem imaginar uma terceira gravidez". Preocupada em controlar a fertilidade e proibida pelo médico de continuar usando pílula anticoncepcional, passa a fazer uso do diafragma. "Eu estranhei demais o diafragma, me dei muito mal porque logo em seguida engravidei de novo". Grávida novamente, Célia entrou em "pânico" porque não se sentia "em condições nem físicas, nem emocionais" para ter mais um filho.

"Eu só conseguia pensar em todas as marcas, todas as consequências da primeira e segunda gravidez. Meu corpo todo arrebatado, meu estado de ânimo péssimo, meu casamento abalado. E tive um profundo sentimento de rejeição e a certeza de que não aguentaria esperar mais um

filho. Essa era a minha maior certeza, eu não aguentaria outra gravidez".

Ao se decidir pelo aborto, o que está sendo defendido é o seu projeto familiar. Na medida em que uma gravidez na quele momento representava uma "ameaça" a "tudo que era muito importante", a prática do aborto reafirma e legitima o desejo de recuperar sua vida "custasse o que custasse". Nesse sentido seu aborto sõ pode ser entendido se remetido ao projeto familiar por ela elaborado.

"Eu queria muito reconstruir a minha vida pessoal. Eu queria muito recuperar uma vida boa que eu tinha tido e que estava perdida. Eu queria recuperar a mim mesma, a minha pessoa, meu equilíbrio emocional, meu corpo. Eu queria recuperar meu marido. Eu queria recuperar minha vida e não aguentaria mais uma gravidez que, prã mim, representava uma ameaça a isso tudo. Então quando eu me vi grãvída eu pensei muito e senti que mais uma gravidez acabaria comigo, acabaria por me afastar do meu marido, acabaria com meu corpo, com meu equilíbrio e com meu casamento". "Quando eu pensei em não ter aquela criança, eu pensei muito em tentar salvar meu casamento. Eu percebi que aquela gravidez ameaçava põr fim a tudo que prãmim era muito importante. E decidi que eu não passaria por uma gravidez de novo. Decidi tentar salvar minha vida de qualquer maneira, custasse o que custasse".

Reconstruir sua vida e seu casamento sintetiza o projeto familiar acionado por Célia no momento em que se deci-

de pelo aborto e são os motivos dados para sua prática.

Vejamos as razões apontadas por outras mulheres casadas entrevistadas:

CLÁUDIA - "Eu fiquei grávida e resolvi que não queria. Achava que não tinha nada a ver. Estava querendo estudar, querendo trabalhar, querendo fazer cursinho e entrar na faculdade. Meu primeiro filho tinha nessa época três anos e pouco. Aí eu resolvi que não queria ter mais um filho nesse momento".

Os argumentos apresentados por Cláudia se assemelham aos revelados pelas mulheres solteiras entrevistadas. Os motivos dados para o aborto - querer estudar, entrar na faculdade e trabalhar apontam para a existência de um projeto familiar distinto, se comparado ao apresentado por Célia. O investimento na carreira profissional parece ser para Cláudia o argumento principal para o aborto praticado.

MARILDA - "Eu já tinha tido os dois filhos que queria. Eu já tinha encerrado essa fase de ter filhos. Mas também nunca havia pensado em aborto. Eu fiquei muito angustiada naquela situação. Quando eu percebi a diferença que senti no resultado do exame, porque nas duas outras vezes eu fiquei morrendo de alegria, e nessa última o resultado me dava angústia. Quando eu pensei nessa diferença, pensei é melhor não ter porque os outros dois filhos foram muito desejados. E nessa última gravidez eu não tinha esse sentimento. Foi uma fase horrível. Além disso eu e meu marido estávamos comprando uma casa, juntando di-

nheiro para dar entrada. Eu estava trabalhando dobrado. O estacionamento onde meu marido é sócio não estava indo bem. E nós queríamos comprar a casa de qualquer jeito. Era mais um dos nossos sonhos. Nossos planos eram ter dois filhos, comprar uma casa e estabilizar mais a nossa situação financeira".

Já ter os filhos que havia planejado e considerar essa fase encerrada em sua vida são os argumentos apontados por Marilda para o aborto. A essas razões, somam-se os novos projetos do casal relacionados à compra da casa e a estabilização da situação financeira.

Esses motivos revelam não somente a existência de um projeto familiar, como também reafirmam o projeto elaborado na medida em que a decisão pelo aborto significa a sua não alteração.

TEREZA - "A gente estava morando no interior mas não estava satisfeito, porque a nossa situação financeira não estava boa. Nós pretendíamos mudar para tentar melhorar a vida. Foi nessa época que eu fiquei grávida e não pretendia mudar para um lugar estranho com uma criança nova. A gente não sabia as dificuldades financeiras que teria de enfrentar até meu marido se estabilizar no emprego e melhorar nossas finanças. Dessa forma eu pensei bem e achei melhor não ter filho naquelas condições. O segundo aborto foi porque eu achei que não ia dar certo ter uma família numerosa. Meu marido era muito exigente com as duas meninas. Em caso de doença ele era muito atencioso, ele ficava sempre vigiando, dava remédio e tudo.

Nessa parte ele cooperava muito, mas em outras coisas não. Era exigente demais. Ele queria que as crianças agissem como adultos e eu fiquei receosa de ter uma família grande e ele perder a paciência e vir a ser bruto com as crianças. Ele gostava muito das meninas mais por nada já castigava. Cada vez que acontecia alguma coisa era a minha filha que estava fazendo errado não era a filha dele, e nessas horas a gente discutia. Então eu achei que duas seriam suficientes porque mais filhos criariam mais caso, e eu pretendia viver bem com meu marido e minhas filhas".

Dificuldades de ordem financeira é o argumento dado por Tereza para o primeiro aborto. Os motivos do segundo aborto enfatizam a relação do marido com as filhas. O fato dele ser "exigente demais", apesar de "atencioso em caso de doença", provocava discussões entre Tereza e o marido porque "cada vez que acontecia alguma coisa era minha filha que estava fazendo errado, não era a filha dele". A pouca paciência demonstrada pelo marido em relação às filhas levou Tereza a considerar que "não ia dar certo ter uma família numerosa" porque "criaria mais caso" entre ela e o marido. Pretendendo "viver bem com o marido e as filhas" definiu duas filhas como sendo "suficiente". A decisão pelo aborto, ao explicitar as dificuldades no relacionamento do marido com as filhas e em decorrência de Tereza com o marido, revela o projeto familiar elaborado que consistia em não ter uma família "numerosa" para poder viver bem com o marido e as filhas.

LÚCIA - "Nosso casamento estava numa fase horrível. Quando engravidei de novo, eu não usavava pílulas porque estava amamentando minha filha que só tinha seis meses e as nossas transas eram muito raras. Meu marido sempre foi inconsequente demais. Nós continuávamos morando com os pais dele. Eu trabalhava e ele só estudava. Eu achava que realmente eu não tinha condições de ter mais um filho naquela situação, vivendo mal com ele, sem contar com ele para nada, nem como pai eu podia esperar dele alguma coisa. Porque eu acho que chefe de família é chefe de família. Tem que assumiir esse papel um homem que se casa e tem filhos. E meu marido nunca assumiu nada. Eu acho que a mulher tem que contar com o marido senão não dá. Eu vejo com muito bons olhos, quem se dedica à família. Eu gosto muito dessa coisa de família. Eu não acho que a mulher nasceu para casar e ter filhos. Mas eu acho bonito essa coisa de família. E eu não queria ficar tendo filhos sozinha enquanto meu marido não dava a menor atenção. Os problemas da minha vida aumentaram. Nossas relações eram raríssimas. Numa tentativa de melhorar as coisas acabamos transando. Como era sempre muito raro, quando pintava eu entrava de cabeça e aí fiquei grávida de novo. Aí eu resolvi que não dava e fiz meu terceiro aborto".

No caso de Lúcia a decisão pelo aborto tem como argumento principal a ausência do marido no desempenho do papel de "chefe de família". Vendo com bons olhos quem se dedica à família e não percebendo no marido a dedicação esperada, Lúcia decidiu não ter filhos "sozinha" já que "ele nunca assumiu nada". Seu relato sugere em projeto familiar onde um "chefe de

família" teria que assumir esse papel, na medida em que essa ausência é a justificativa dada por Lúcia aos abortos praticados.

MARGARIDA - "Eu tive meus três filhos e não pensava em ter mais filhos. Quando engravidei de novo eu estava passando por uma fase péssima. Estava com problemas de toda ordem. Nossa situação financeira não estava nada boa porque meu marido nunca foi um homem responsável nos negócios. Ele era irresponsável também como marido, porque a maior carga de responsabilidade com as crianças ele colocava em mim. Ele quer ser companheiro dos filhos, ele é generoso, mas apareceu algum tipo de problema, seja com doenças ou na escola, ele fraqueja e fica tudo por minha conta. Isso tudo abalava nosso casamento. A irresponsabilidade dele era uma coisa que me deixava irritadíssima. Eu trabalhava demais, tinha a casa para cuidar, os filhos para olhar e quando eu fiquei grávida foi a pior coisa que podia me acontecer. Eu me achava irresponsável se eu tivesse mais um filho naquela situação. Estava tudo ruim demais pra eu pôr mais um filho nessa história. E eu rejeitei. Rejeitei a gravidez, meu casamento e aquela vida que eu tava levando. Eu precisava resolver meu casamento, nossa situação financeira. Eu tinha que pensar nos meus três filhos. Eu tinha consciência que a vida que eu tava oferecendo a eles não era boa. Eu tinha consciência que as discussões com meu marido afetava às crianças. Aquela gravidez me mostrou isso. Então eu resolvi não ter".

As circunstâncias em que ocorreu a gravidez, marcada por dificuldades de ordem financeira e dificuldades no relacionamento conjugal, atribuídas por Margarida a "irresponsabilidade" do marido nos negócios e na criação dos filhos, são as razões dadas para o aborto praticado. A "consciência" de que as dificuldades mencionadas atingiam às crianças levou-a a considerar "irresponsabilidade" sua pôr mais uma criança nessa história". Ao se decidir pelo aborto resolve também "mudar tudo" porque a vida que levava não a satisfazia nem era boa para os seus filhos.

Dos relatos apresentados como justificativas dadas ao aborto, alguns aspectos relativos à reprodução se destacam à partir da sua recorrência.

Como no caso das mulheres solteiras a maternidade não é posta em questão pelas casadas. Todas desejaram ter filhos e para isso estabeleceram regras e formularam projetos familiares específicos.

No exame das justificativas dadas tem-se a explicitação do projeto familiar norteando o processo de decisão pelo aborto. Ao decidir interromper a gravidez porque "eu queria salvar meu casamento e salvar a mim mesma custasse o que custasse" ou então, "eu achei que não ia dar certo uma família numerosa" ou ainda "eu já tinha os filhos que queria", ou mesmo porque "meu marido não era o chefe de família que eu queria", o que se tem contido em cada um desses argumentos é o projeto familiar elaborado dentro de condições individuais específicas. Nesse sentido o projeto acionado no momento da decisão pelo aborto representa sua atualização e sua reafirma-

ção.

Analisando os diferentes projetos familiares presentes nas justificativas de aborto, percebe-se semelhanças em relação a alguns pontos. Os motivos estão diretamente relacionados com o casamento e mais especificamente com o desempenho do parceiro como marido e como pai. A gravidez pode não ser desejada, como no caso de Célia, por representar uma "ameaça" ao projeto de tentar salvar seu casamento, na medida em que é considerada como fator de problematização na sua relação com o marido. Tereza relata que não daria certo uma família numerosa, por discordar da rigidez com que o marido trata as crianças e isso geraria crises entre o casal. Essa mesma referência ao parceiro enquanto pai, como motivo do aborto, é apontada por Lúcia ao revelar-se ressentida com o desempenho do marido como "chefe de família". O mesmo ressentimento é também encontrado no relato de Margarida quando ressalta a irresponsabilidade do marido com os negócios e com os filhos.

Revelam-se como excessões os casos de Cláudia e Marilda. A primeira aponta para o investimento na carreira profissional como justificativa do aborto, assemelhando-se nesse sentido aos argumentos dados pelas mulheres solteiras. O relato de Marilda não sugere a atuação do marido como motivo do aborto, na medida em que o argumento dado enfatiza ter filhos "como uma fase já encerrada".

RETOMANDO À HISTÓRIA DE CÉLIA

Participação do Parceiro

Célia ao se referir à participação do marido no processo de decisão pelo aborto revela que:

"A decisão de abortar foi minha. Eu decidi sozinha. Eu tinha certeza que meu marido não entenderia e além disso jamais aceitaria. Meu marido seria absolutamente contra. Ele não entenderia as minhas razões porque era eu quem sofria na gravidez, era o meu corpo que se arrebatava, era eu quem passava mal. E ele não entendia o sofrimento que eu passava na gravidez. Não ia entender um aborto. Só eu sabia meus motivos. E a sensação que eu tinha era de que ninguém entenderia meus motivos e eu decidi sozinha".

A não participação do marido no processo de decisão sobre o aborto foi determinada por Célia. A ausência de um maior envolvimento nas sensações vividas por ela durante as vezes em que engravidou, somado ao fato de ser ele "absolutamente" contra o aborto, levaram Célia a excluir o marido da decisão por ela tomada. A essas razões acrescenta-se o argumento de que era dela o corpo em transformação, sugerindo, com isso que a decisão em caso de aborto pertence à mulher.

Vejamos outros exemplos.

Cláudia apresenta uma experiência distinta em relação a de Célia ao revelar que "ele concordou com a minha deci-

são porque ele entendia as minhas razões".

Apesar da participação do marido que "entendia" as suas razões, Cláudia sugere preponderância da sua parte nesse processo, na medida em que a postura do marido parece ser a de solidariedade a uma resolução tomada pela mulher.

Marilda revela uma experiência mais partilhada, se comparada a de Célia e a de Cláudia:

"Nós dois sofremos muito. Nós conversamos muito para concluir que era melhor abortar. Nós sofremos porque nunca pensamos que fossemos passar por uma coisa dessas. Foi uma decisão difícil mas nós nos ajudamos muito. Um apoiava o outro. Eu fiquei morta de medo das consequências físicas de passar por isso, mas sabia que podia contar com o apoio dele".

A experiência apresentada por Marilda revela uma maior participação do marido ao enfatizar que "nós sofremos muito". A decisão tomada não sugere preponderância de nenhuma das partes, uma vez que os dois conversaram "muito" para "concluir que era melhor abortar". Ainda assim é possível perceber a existência da especificidade vivenciada pela mulher, quando esta se refere ao medo das consequências físicas acarretadas por essa experiência que não são passíveis de serem partilhadas.

Tereza assim relata a sua decisão pelo aborto:

"De comum acordo eu fiz meus dois abortos. Nós conversamos e ele nessa parte, se eu quisesse ter meia dúzia de filhos nós teríamos. Mas como eu achei que não ia dar certo ter uma família numerosa, eu resolvi que não ia mais ter

filhos. Eu mesma resolvi que não ia mais ter e ele concordou, não pôs obstáculo algum".

Apesar do comum acordo o relato sugere predominância da mulher, quando Tereza revela "eu resolvi que não ia ter mais filhos". A participação do marido se resume a não pôr obstáculos a uma decisão tomada pela mulher: Novamente a mulher aparece atribuindo a si mesma a decisão pelo aborto.

Lúcia revela ressentimento pela ausência de um maior envolvimento do marido na decisão pelo aborto.

"Nas vezes em que eu abortei a gente quase não conversava a respeito. Quando se falava no assunto dava a impressão de que era mais uma responsabilidade de que ele não queria assumir. Eu me decidia pelo aborto e ele nunca se preocupou com nada. Nem se preocupava em arranjar o dinheiro necessário. Era sempre eu quem batalhava o dinheiro. Eu sentia que ele se importava muito pouco comigo. Eu morria de medo. Medo da anestesia. Medo de morrer. E ele tinha pouquíssima consideração com tudo isso. Para ele o aborto era uma coisa muito simples. Para mim era um sofrimento. Para ele tudo aquilo tinha um sentido muito diferente".

O não envolvimento do marido levava Lúcia a se decidir sozinha pelo aborto. Além disso Lúcia se refere ao "sentido diferente" que tudo aquilo tinha para ele.

Margarida também revela ter sido sua a decisão pelo aborto.

"Eu contei a respeito da gravidez para o meu marido e falei também que não ia ter mais um filho. Ele aceitou me deu apoio e me ajudou a enfrentar o problema".

Apesar da participação do marido, a decisão foi tomada por Margarida. Novamente a postura do marido parece ser a de solidariedade à decisão tomada pela mulher.

Dos relatos apresentados constata-se variações no que se refere à participação do parceiro no processo de decisão. Como casos extremos temos o exemplo de Célia, que não revelou ao marido sua decisão de abortar e o exemplo de Marilda, que parece ser a experiência mais partilhada. Nos demais casos a participação maior ou menor por parte do marido está relacionada à "fase" vivida no casamento, no momento em que ocorreu a gravidez. Lúcia - que vivia uma "fase ruim" - se mostra mais ressentida com o comportamento do marido. Cláudia, Tereza e Margarida revelam ter recebido apoio do marido nesse processo. No entanto, se há variações quanto a participação do marido, parece ser recorrente a todos os relatos a percepção do aborto como sendo uma decisão pertencente à mulher.

RETOMANDO A HISTÓRIA DE CÉLIA

Concretização do Aborto

Decidida a abortar, Célia comunica a seu médico suas razões e ele, a seu pedido, indica um "médico de confiança" para "resolver o problema". Para o marido, Célia alega estar com uma "infecção no útero" e que em consequência neces

sitava de uma cauterização. Isto porque teve "receio" de que ele "desconfiasse de alguma coisa".

O aborto foi praticado no consultório do médico indicado e o método utilizado foi a curetagem.

"Eu fui sozinha no consultório desse médico e foi tudo muito rápido. Foi com anestesia geral. Eu não sentia dor nem nada, só senti um profundo sentimento de solidão como eu nunca tinha vivido".

Cláudia, como Célia, também não teve dificuldades em localizar quem praticasse aborto. Através da indicação de uma amiga consegue o endereço de um médico que "não era conhecido por fazer aborto, porque ele fazia abortos eventuais".

"O aborto foi por curetagem. Eu sofri prã burro. Foi muito terrível. Ele dava doses e doses de analgésicos porque eu não aguentava a dor. Foi difícil em termos de dor".

Marilda "não sabia quem procurar e nem para quem perguntar". Foi na escola onde trabalha, conversando com as amigas que conseguiu o endereço de uma clínica em São Paulo. Com "receio" de expor "um problema desse tipo" disse ser uma amiga a pessoa interessada no endereço da clínica.

"Eu fui com meu marido e se não fosse a presença dele eu não sei se teria aguentado, porque tudo é horrível. O médico te trata mal, as pessoas que estão na mesma situação te olham de um jeito esquisito. É muito ruim. Eu só dei graças a Deus quando tudo terminou".

Tereza, após ter tomado "não sei quantas injeções" para abortar procurou uma parteira conhecida da sua cunhada.

"O primeiro aborto foi por meio de sonda. Não foi num lugar apropriado porque naquela época eu acho que nem havia clínica para essas coisas. Já o segundo eu fiz com uma enfermeira de um hospital e não tive maiores problemas. Mesmo assim foi uma experiência terrível. Dessas que a gente nem gosta de lembrar que viveu na vida".

Lúcia conseguiu através de sua cunhada o endereço de uma clínica "famosa por causa de aborto".

"Foi numa clínica em São Paulo que eu fiz meu primeiro aborto. Eu fui morrendo de medo de morrer em todas as vezes. Só de pensar em tomar anestesia eu morro de medo. Então apesar de saber que era uma clínica segura, em termos de atendimento, porque eu não tive nenhuma consequência física, eu morria de pavor. Foi sempre muito tenso porque é terrível abortar".

Margarida também recorreu a uma "dessas clínicas" e como todas as entrevistadas avalia essa experiência como sendo "das mais terríveis" pela "tensão, pavor de complicação física e um sentimento de solidão que não dá para explicar".

Dos relatos apresentados constata-se por um lado, a não dificuldade em localizar quem pratique aborto. Por outro, é recorrente a todas a definição do aborto como sendo uma experiência "terrível" devido ao "medo" das consequências físicas. Além do sentimento de solidão mencionado por todas como

sendo inerente a essa vivência.

RETOMANDO A HISTÓRIA DE CÉLIA

Célia define como significativa a experiência do aborto por ter "mudado radicalmente" sua vida, atribuindo essa vivência o fato de ter ido "além" de si mesma, o que a levou a considerar que:

"Quando eu decidi abortar, quando eu me vi naquela situação eu senti que não podia continuar vivendo como estava. Já que eu tinha decidido abortar, já que eu tinha chegado a esse ponto, eu tinha que fazer tudo para melhorar minha vida. Depois disso eu me senti obrigada a enfrentar a minha vida".

As razões alegadas para o aborto, que traduzidas significam redefinir a relação com o marido e recuperar a si mesma enquanto pessoa, passam a assumir caráter de mudanças necessárias a serem realizadas. Decidida a enfrentar sua vida, procura reformular seu casamento, a partir de uma conversa "muito séria e muito franca" com o marido, quando decidem que valia a pena continuar juntos. Esta decisão leva Célia a "tentar viver melhor" consigo mesma, retomando o tratamento para emagrecer e as massagens diárias. O resultado alcançado faz com que passe a se aceitar mais.

Além disso, Célia considera que tornou-se "uma pessoa mais humana" após ter feito o aborto, "porque antes se alguém dissesse que abortou eu dificilmente entenderia suas razões. Depois disso não dava para continuar pensando assim. Eu

reformulei muita coisa".

Exemplo do que considera uma mudança no sentido de tornar-se "mais compreensiva e mais humana" é a atitude tomada em relação a sua empregada quando, devido as consequências físicas, percebeu que ela havia abortado. "Ela me contou que tinha abortado porque naquele ano ia sair de porta-bandeira, na escola de samba que ela frequentava. Esse era um dos sonhos dela. E se ela tivesse grávida não ia poder desfilar. Pode parecer fútil o motivo dela, mas era o sonho da sua vida. Porisso eu acho que não dá para julgar nenhum caso de aborto. Cada mulher tem seus motivos, cada mulher tem suas razões.

Nos relatos das mulheres casadas pertencentes à "classe média" as justificativas dadas para o aborto praticado estão diretamente relacionadas com o casamento e mais precisamente com o desempenho do parceiro como marido e como pai.

O projeto familiar elaborado, no caso das mulheres casadas já está sendo concretizado e as razões dadas para o aborto explicitam tentativas de adequação desse projeto às dificuldades que possam ser consideradas como entraves para sua realização. Isso não implica em que os projetos sejam estáveis, ao contrário estão sendo constantes atualizados e o aborto nesse sentido pode ter o significado de adequação do projeto familiar. No caso de Célia, por exemplo, a prática do aborto teve o significado de "tentar salvar" seu casamento. Dessa forma os depoimentos indicam que o aborto pode significar a atualização e a reafirmação do projeto familiar elaborado.

A participação do parceiro na decisão pelo aborto que, no caso das solteiras apresentavam variações que pode-

riam ser atribuídas ao tipo de relação vivida na ocasião do aborto, no caso das mulheres casadas as variações no comportamento do marido parece estar relacionada à "fase" vivida no casamento no momento da gravidez. É recorrente, no entanto, a percepção do aborto como sendo uma decisão pertencente à mulher na medida em que o marido ou se mostra solidário à decisão tomada, ou se vê excluída desse processo, como no caso de Célia.

Na realização do aborto novamente se evidencia a relativa facilidade no acesso às clínicas e hospitais, sendo reafirmado a percepção de "hostilidade" no tratamento dispensado pelos médicos.

Vejamos se essas observações serão pertinentes no caso de Lígia.

LÍGIA

Lígia, 37 anos, empregada doméstica, tem quatro filhos e é casada com um garçon. Apesar de ter "sofrido muito" se considera uma mulher bonita. "A vida não me estragou. Eu sempre tive esse corpo, sempre fui gorda e bonita. Pelo menos eu penso assim e prova disso é que eu sou muito paquerada. Até hoje isso acontece".

As "paqueras" tiveram início na vida de Lígia aos 15 anos. Em seguida vieram os namoros. "Eu tive muitos namorados. Bastante mesmo. Eu gostava muito de namorar". Os namorados eram "escondidos" da família porque seus pais eram muito "rígidos" e não permitiam "namoro que não fosse para casar". Os conselhos das irmãs mais velhas a respeito de como devia se comportar com os namorados, "coisas do tipo só pegar na mão", não eram levados em conta. Lígia não era uma moça "tímida, nem envergonhada" e namorava "para valer". Porém, "tomava cuidado" porque "se acontecesse alguma coisa todo mundo começava a falar mal".

Aos 17 anos, já trabalhando como empregada doméstica, Lígia conheceu quem viria a ser seu marido. Após alguns meses o namoro começou a "ficar muito chegado", até que "resolveu ter relação mesmo". Em seguida engravidou, fato não revelado à família que "morreria de desgosto", porque "de imediato se casou". Foi um casamento "muito simples".

Os primeiros anos da vida de casada são considerados bons no que diz respeito à sua relação com o marido. "A gente se dava bem, se respeitava, porque se gostava muito". O re-

lacionamento físico é enfatizado na medida em que lhe proporcionava muita satisfação "meu marido sempre foi um homem muito carinhoso. Sabia como tratar uma mulher. A gente tinha relação de todo tipo e eu me satisfazia mesmo". Porém, são anos marcados por dificuldades de ordem financeira. No começo a gente não tinha dinheiro nem para alugar uma casa. Tanto que eu fui morar com a minha sogra. Só mais tarde a gente conseguiu ter a nossa casa".

A situação econômica precária "obrigava" Lígia a continuar trabalhando para completar o orçamento familiar, mesmo assim o que se ganhava era "muito pouco".

Em razão dessas dificuldades "criar os filhos foi muito difícil. Difícil mesmo. Teve época que a gente chegou a passar necessidade mesmo". Com o tempo as coisas foram melhorando. "Meu marido mudou de emprego e passou a ganhar mais, os filhos foram crescendo e passaram a trabalhar e ajudar na casa".

Atualmente considera sua vida mais tranquila, o que lhe permite, "às vezes", dispor de parte do seu salário para suas próprias necessidades, como por exemplo ir ao cabeleireiro de "vez em quando" ou então comprar uma roupa nova "coisas que adora".

Ao avaliar seu casamento, "depois de tantos anos vivendo com o mesmo homem" Lígia considera que viveu "fases péssimas", mas também teve "épocas em que tudo foi muito bom", concluindo que "casamento é assim mesmo, tem as coisas ruins, mas também tem as compensações".

Uma das fases do seu casamento consideradas como problemáticas se refere ao período em que o marido manteve "um caso" com outra mulher. "Ele andava irritado, sem sossego, quase não parava em casa e eu logo desconfiei que tinha outra mulher na vida dele".

Lígia não aceitava a atitude do marido porque "a gente se respeitava, se dava bem na cama, se ajudava na vida, então eu não conseguia aceitar uma coisa dessas".

Ressentida com o comportamento do marido, Lígia pensou "se ele continuar eu também vou arrumar outro homem, eu também vou ter o meu caso" isto porque "ninguém faz nada para mim, sem levar o troco".

Resolvida a "pagar na mesma moeda", sem que o marido desconfiasse de nada, Lígia manteve durante três anos um relacionamento com outro homem, que começou assim "eu estava lavando o quintal quando ele passou. A gente começou a paquerar e aí começou. Os encontros eram na minha casa quando meu marido não estava e meus filhos iam para a escola. Ele me procurava muito e era muito carinhoso, mas entre ele e meu marido eu continuei gostando mais do meu marido".

O "caso" foi encerrado porque Lígia estava vivendo melhor com o marido e considerou que não havia razão para continuar. "Quando está tudo bem eu não penso nessas coisas. Só penso quando as coisas vão mal".

No momento "está tudo bem" e Lígia pretende envelhecer junto do marido porque "afinal nós casamos, construímos uma família e vivemos uma vida! Isso é o que importa. O resto é passageiro. Eu acho que eu sou uma mulher feliz. No fim das

contas eu gosto muito do meu marido e ele também gosta muito de mim. Tenho certeza".

Uso de Anticoncepcional

Os primeiros anos do casamento são marcados pelo nascimento dos quatro filhos, "um seguido do outro" porque Lígia tinha uma "facilidade horrível" para engravidar e também porque não "suportava tomar comprimido, passava muito mal".

A gravidez não foi considerada uma experiência agradável em nenhuma das vezes. Lígia "enjoava muito, sentia muita tontura e o corpo muito pesado. Era uma tristeza carregar aquela barriga enorme". Os sintomas físicos não impediram que Lígia continuasse trabalhando durante as vezes em que engravidou porque "não tinha outro jeito, tinha que trabalhar mesmo".

Nos períodos em que esteve grávida recebia muita atenção por parte do marido. "Ele se preocupava comigo porque era testemunha do que eu passava". As relações sexuais só foram interrompidas no final da gravidez, quando "não dava mais jeito, não tinha posição".

Se a gravidez, em razão dos sintomas físicos era uma experiência difícil, os partos foram considerados horríveis. "Eu sofria horrores porque demorava muito para a criança nascer. Levava horas naquela agonia".

Apesar das dificuldades da gravidez e do parto, Lígia se sentia feliz quando estava esperando um filho. Isto porque "a gente adora os filhos são uma das compensações do

casamento". Só não sabe se queria que fosse assim "um seguido do outro" e para isso alega sua pouca experiência traduzida no desconhecimento de outros métodos que não fosse a pílula anticoncepcional. "Eu só tinha 17 anos quando comecei a ter filhos e não sabia direito o que fazer para evitar".

Após o nascimento do quarto filho, Lígia passou a tomar providências para não engravidar novamente porque "não queria mesmo ter mais filhos". Preocupada em controlar a fertilidade porém não podendo recorrer à pílula anticoncepcional, utiliza a "tabela e a camisinha" como formas de controle. A ineficiência dos métodos utilizados, somada à "facilidade horrível" para engravidar, contribuíram para que Lígia engravidasse outras vezes.

O comportamento de Lígia em relação ao controle da reprodução não é semelhante ao apresentado por outras mulheres entrevistadas.

Angêlica, 30 anos, empregada doméstica, e mãe de uma menina e um menino, revela que:

"Assim que eu casei, eu comecei a tomar comprimido. Parei três meses depois, porque queria ficar grávida. Depois que a minha menina nasceu eu coloquei DIU, porque não queria ter outro filho em seguida. Eu me dei bem com o DIU e só tirei quatro anos depois, porque queria ter mais um filho. Tive meu segundo filho e voltei a tomar comprimido. Mas aí o médico mandou parar porque fazia muito tempo que eu tomava seguido. E foi parar para engravidar sem querer".

O relato de Angélica sugere uma prática de maior controle sobre sua fertilidade na medida em que parece ter planejado o nascimento dos filhos. No entanto, o uso sistemático de medidas anticoncepcionais não evitaram uma gravidez indese-

Maria, 25 anos, empregada doméstica, mãe de dois meninos, assim se refere ao controle da fertilidade:

"Eu quando casei quis ter filho logo. Eu tinha muita vontade de ser mãe, então não procurei evitar. Depois que meu filho nasceu eu comecei a tomar comprimido. Eu só queria ter o segundo filho quando o primeiro já tivesse grandinho. Então fiquei tomando pílula. Aí resolvi ter mais um. Porque eu sempre quis ter dois filhos. Nunca quis ter mais. Aí como o médico não quis fazer aquela ligação das trompas, porque eu era muito nova, eu continuei com os comprimidos. Só que dessa vez não deu certo. Eu não sei se esqueci de tomar algum dia e não percebi".

Maria, como Angélica, revela um controle maior sobre a reprodução, uma vez que o nascimento dos filhos também parece ter sido planejado de acordo com a época que lhe parecia melhor. São exemplos de uma prática oposta a de Lígia que parece não ter tido o controle desejado quando revela que "não sabia se queria ter um filho seguido do outro".

No entanto, apesar das variações em relação ao controle da reprodução, constata-se a partir dos dados que, tomando ou não medidas anticoncepcionais, a gravidez pode ocorrer

rer de forma não prevista, não desejada e sobretudo não planejada.

RETOMANDO A HISTÓRIA DE LÍGIA

Justificativas do Aborto

Lígia revela que "não pensava em aborto", porém como as medidas de controle da fertilidade por ela adotadas não davam o resultado esperado, abortar passou a ser a "única saída".

"Eu não pensava em aborto, mas eu tinha tanto azar que, mesmo tomando cuidado, era ter uma relação para ficar grávida. Não passava quatro ou cinco meses e eu estava grávida de novo. Eu nunca tinha pensado em aborto, mas vi que era a única saída. Não tinha outro jeito".

As razões dadas por Lígia para os três abortos praticados estão em parte contidas nas dificuldades enfrentadas na criação dos filhos:

"Eu não queria mais ter filhos porque criar os que eu tinha já era muito difícil. Eu trabalhava de dia e meu marido trabalhava de noite porque ele era garçon. O que a gente ganhava junto era muito pouco. Então eu ia trabalhar e ele ficava com as crianças. Só que ele não cuidava direito. Às vezes fechava as crianças em casa e ia para a rua. E isso me dava muita raiva. Eu não achava certo ele fazer isso com as crianças. E eu também não po-

dia largar o emprego para cuidar dos filhos do jeito que eu gostaria. Então eu pensei que era melhor não pôr mais filho no mundo. Se já estava difícil criar os filhos que eu tinha, porque que eu ia ter mais? E também eu não queria mais ter filhos de jeito nenhum. Eu não tinha mais essa vontade".

As dificuldades mencionadas - situação econômica precária, não disponibilidade da sua parte para educar os filhos como gostaria e ausência de maior participação do marido nesse processo - são os argumentos dados para os abortos praticados. Porém a esses argumentos soma-se o desejo de não ter mais filhos.

"Na minha opinião, se você está esperando um filho e não quer por que você vai ter? Eu não acho certo, porque não vai ser bom nem para a mãe, nem para o filho. Então eu pensava assim quando abortei. Por que eu não queria mais filhos de jeito nenhum".

Em relação às justificativas dadas, parece prevalecer o desejo de não ter mais filhos porque Lígia "às vezes pensava onde comem quatro, comem cinco" mas como não desejava mais filhos resolveu "que não teria de jeito nenhum".

As razões apontadas por Angélica são bastante semelhantes às reveladas por Lígia:

"Estava duro demais para criar meus dois filhos. Duro mesmo. Eu trabalhava fora e não tinha quem olhasse as crianças. Às vezes eles ficavam com os vizinhos, ou então minha sogra é que tomava conta. Então eu achava que essa

situação já era dura demais. Mais um filho ia complicar mais ainda minha vida. E também eu não acho certo pôr uma criança no mundo sendo que ela é indesejada. E essa criança, não era desejada de jeito nenhum. Porque eu não queria mesmo".

A situação econômica precária, refletida nas dificuldades de educação dos filhos, já que Angélica por trabalhar fora de casa nem sempre "tinha quem olhasse as crianças" somada ao desejo de não ter mais filhos são as razões dadas ao aborto provocado.

Os motivos apontados por Maria, apesar das dificuldades de ordem financeira, enfatizam o desejo de "simplesmente" não ter mais filhos.

"Eu tinha dois filhos e não era nada fácil criar os dois. Nossa situação nunca foi fácil. O dinheiro que eu e meu marido ganhávamos sempre foi pouco. Mas não foi por isso que eu abortei. Eu simplesmente não queria mais filhos".

As dificuldades na educação dos filhos decorrentes da condição econômica precária não é alegada por Maria como motivo do aborto praticado. O que predomina no seu relato é o desejo de não ter mais filhos.

Dos relatos apresentados como justificativas do aborto, dois aspectos podem ser destacados a partir da sua recorrência. Dificuldades na educação dos filhos - decorrentes da ausência de recursos financeiros, não disponibilidade da mãe que trabalha fora de casa, não participação do pai nes-

se processo - são motivos para o aborto. À essa justificativa sobrepõe-se a concepção de que para se ter um filho é necessário desejá-lo, na medida em que todas definiram como indesejável a gravidez que resultou em aborto.

No exame das justificativas dadas tem-se a explicitação de projetos familiares elaborados individualmente.

No momento em que se decide pelo aborto porque "estava duro demais criar os filhos que eu já tinha" ou então porque "simplesmente eu não queria mais filhos" o que está sendo revelado e reafirmado é o projeto familiar elaborado por cada uma dessas mulheres.

RETOMANDO A HISTÓRIA DE LÍGIA

Participação do Parceiro

Lígia ao se referir à participação do marido no processo de decisão pelo aborto, revela ter recebido apoio, porém ressalta que:

"A decisão nesses casos sempre foi minha. Meu marido sempre soube, me ajudava, arranjava o dinheiro, fazia tudo que podia. Ele concordava comigo. Mas eu acho que uma coisa desse tipo é a mulher que resolve. Porque se meu marido fosse contra eu penso que eu fazia do mesmo jeito. Eu penso assim porque eu acho que é uma coisa da mulher ter um filho ou não, porque é a mulher que aguenta tudo, aguenta a gravidez, aguenta o parto e aguenta o aborto. Então eu acho que o homem tem que ajudar mas a mulher que tem que decidir".

A partir das transformações físicas decorrentes da reprodução e que não são passíveis de serem partilhadas, Lígia considera pertencente à mulher a decisão pelo aborto, mesmo porque "se ele fosse contra, eu fazia do mesmo jeito". A participação do marido parece ser a de aceitação à uma decisão já tomada, uma vez que "ele concordava, ajudava, arranjava o dinheiro" mas quem decidia sempre foi Lígia.

Angélica, revela uma experiência mais partilhada com o marido:

"Eu não queria e meu marido também não queria. A gente sofreu muito quando decidi que não queria aquela gravidez. Ele me deu todo o apoio, arranjou dinheiro, foi comigo. Ele me ajudou muito, só que eu sofri muito e aí ele não podia fazer mais nada".

A experiência relatada por Angélica parece ter sido mais participada. A decisão foi tomada pelo casal sem sugerir predominância por parte da mulher. Porém, ao se referir ao fato de ter sofrido muito fisicamente, "e aí ele não podia fazer mais nada", aponta para a especificidade que uma vivência desse tipo acarreta à mulher.

Maria, ao contrário de Angélica e de Lígia, não revelou o aborto ao marido:

"Quando eu me vi naquela situação, eu achei que meu marido não ia me entender. Eu achava que ele ia ser contra e por causa disso resolvi não contar. Resolvi tudo sozinha".

Temendo uma posição contrária por parte do marido no que se refere ao aborto, Maria "resolveu tudo sozinha". Ao excluir o marido do processo de decisão, atribui a si o controle da reprodução.

Apesar das variações no que se refere à participação do parceiro no processo de decisão, parece ser comum à todas a percepção da decisão em caso de aborto, como pertencente à mulher.

RETOMANDO A HISTÓRIA DE LÍGIA

Concretização do Aborto

O primeiro aborto de Lígia foi praticado por uma parteira. "Foi um sofrimento, porque eu fui em quem cobrava mais barato". O método utilizado consistia na aplicação de "um remédio no útero" e em seguida de "uma raspagem sem anestesia sem nada". Apesar da "dor horrível", das condições precárias em que o aborto foi praticado, Lígia não teve problemas físicos posteriores.

Passado quase um ano, Lígia voltou a procurar a parteira para fazer o segundo aborto:

"Eu fiquei olhando como ela fazia numa outra pessoa que estava lá e como eu estava com pouco dinheiro, resolvi guardar o dinheiro e fazer sozinha. Uma outra pessoa que estava lá me falou que a gente podia comprar a sonda na farmácia. Aí eu comprei a sonda e fui para casa e sei lá se Deus me ajudou, tanto que

deu tudo certo. Apesar que foi um sofrimento sem fim".

O terceiro aborto foi praticado novamente pela parteira, porque Lígia considerou que se "arriscaria muito fazendo sozinha" uma vez que havia passado somente cinco meses do aborto anterior.

Ao contrário das outras vezes, o terceiro aborto acarretou consequências físicas:

"Tive uma hemorragia tão forte que meu marido me levou para a Santa Casa de madrugada. Eu fiquei internada e não falei nada que era aborto. A parteira pediu para não contar nada caso precisasse de hospital. Os médicos me deram remédio para segurar a criança porque eu só falei que estava grávida. Então eles me trataram bem, como se fosse um sangramento natural. Quando eu saí do hospital eu voltei para procurar a parteira, porque eu achei que ela já tinha mexido tanto que eu tinha que abortar de qualquer jeito. Ela mexeu de novo e eu tive uma hemorragia mais forte ainda. Voltei para o hospital, e aí acho que eles desconfiaram, porque eles fizeram uma curetagem sem anestesia e tudo. Foi demais o que eu sofri com isso tudo. Aí eu resolvi ligar as trompas para nunca mais ter problemas".

A experiência vivida por Angélica é bastante semelhante à de Lígia. O aborto foi praticado por uma parteira e as consequências físicas acarretadas provocaram sua internação na Santa Casa.

"Foi sofrimento demais. Eu não aguentava de tanta dor e de tanta hemorragia. Não falei nada para os médicos mas eles perceberam meu estado porque me fizeram uma curetagem sem anestesia e tudo. Eu saí do hospital e já providenciei um médico para me operar porque eu não queria nunca mais na vida passar por aquilo. Tenho verdadeiro pavor. Não gosto nem de ouvir falar em aborto".

Maria também procurou uma parteira para "resolver seu problema", e ao contrário de Lígia e Angélica, a precariedade das condições em que o aborto foi praticado, não lhe acarretou consequências físicas.

"Eu fui com uma amiga que conhecia a parteira. Ela faz aborto com sonda. A gente fica deitada, ela coloca a sonda e eu fiquei com a sonda até o dia seguinte. Era comecinho de gravidez. Foi uma coisa horrível, mas eu não tive muita dor. Foi como uma menstruação com muita cólica. E graças a Deus, eu não tive problemas".

Os relatos apresentados revelam a precariedade das condições a que estão submetidas as mulheres de "classe baixa", quando se decidem pelo aborto, evidenciando o quanto a ilegalidade atinge diferencialmente as mulheres das diferentes classes sociais.

RETOMANDO A HISTÓRIA DE LÍGIA

Lígia ao avaliar suas experiências considera o aborto "um sofrimento na vida das mulheres, um sofrimento que às vezes é a única saída. Então quando não tem outro jeito, quando não dá, quando o único jeito é abortar, eu acho que o aborto deveria ser feito pelo INPS, porque aí a gente não paga nada e não passava por tudo que eu passei. Por que uma coisa eu garanto, a gente só passa por isso quando não tem outro jeito mesmo. Ninguém sofre assim sem motivo. Cada mulher tem os motivos dela. Ninguém aborta porque gosta. Isso só acontece quando não tem mais jeito.

Em relação às entrevistadas citadas anteriormente, as mulheres casadas pertencentes à essa categoria social apresentam semelhanças no que se refere às justificativas dadas para o aborto. Apesar da ênfase nas dificuldades de ordem econômica as razões dadas também explicitam tentativas de adequação ao projeto familiar elaborado à realidade vivida. Argumentos do tipo "estava duro duro demais criar os filhos que eu já tinha" como revela Lígia, ou então "eu simplesmente não queria mais filhos" como afirma Maria podem ser considerados como tentativas de atualização e reafirmação do projeto familiar elaborado originalmente.

No que se refere à participação do parceiro, as mesmas variações encontradas nos relatos das mulheres casadas pertencentes à "classe média" são encontradas nos depoimentos de Lígia, Angélica e Maria. O que se observa novamente é que a participação do marido parece ser a de aceitação à deci-

são da mulher ou então pode ter sua participação excluída na medida em que a prática do aborto não é vedada, como no caso de Maria. Nesse sentido constata-se novamente a percepção do aborto como sendo uma decisão que cabe a mulher.

Se em relação às justificativas do aborto e no processo de participação do parceiro se verificam semelhanças em relação às mulheres casadas da "classe média", a diferença mais marcante novamente se dá na realização do aborto. Os relatos evidenciam a precariedade das condições a que estão sujeitas quando se decidem pelo aborto, que acarretam consequências físicas que necessitaram de atendimento médico posterior.

3. AS DESQUITADAS: CLARA E MATILDE

CLARA

Clara, 23 anos, estudante de comunicações, foi casada, durante dois anos e não tem filhos. Se considera uma mulher que "transa sua beleza de forma natural, sem grandes preocupações artificiais com o visual".

Apesar de gostar do curso que faz por lhe permitir acesso à "informações importantes", não alimenta "fantasia" de vir a ter sua independência financeira através do exercício da profissão, por não ver perspectivas de mercado de trabalho na área em que pretende atuar. "Isso desanima porque eu gostaria de viver de jornalismo, mas a está tudo tão difícil que eu penso que vou acabar trabalhando em outra coisa para ter o meu dinheiro".

Em termos afetivos não pretende, "por um bom tempo", viver nenhuma relação que implique em compromisso de "qualquer tipo". Sua proposta atual consiste em "transar pelo simples prazer de transar". Embora considere que viver assim não é "uma coisa muito fácil de assumir". Isto porque "eu sempre preciso fantasiar um pouco, romancear um pouco. Fica difícil assumir que eu transei simplesmente porque gostei da estampa do cara. Eu tenho transado muito desse jeito. Mas já me peguei fantasiando em cima procurando motivos que não fosse só o prazer. Mesmo assim eu estou muito a fim de transar essa".

Se, atualmente, Clara se propõe à "encarar as transas que pintarem" houve um tempo em que "transar era muito difícil" porque se considerava "reprimida demais". Os namoros anteriores ao casamento foram vividos sem que houvesse "muita

intensidade física "porque Clara atribuía um "valor incrível à virgindade" e sentia um "medo enorme de transar e depois se sentir resjeitada pelo cara". Essa era sua "principal preocupação". Para ilustrar seu receio faz referência a um namoro que durou três anos sem que tivesse "acontecido nada", porque o "medo de perder a virgindade era muito forte".

As primeiras relações sexuais foram vividas a partir do casamento. "Foi tudo muito rápido. Ele chegou e de cara me perguntou se eu não era a fim de transar com ele. Eu sentia atração e tal, mas achava que devia me preservar porque além do medo eu queria ser marcante de alguma forma. Dois meses depois ele propôs casar. Ele não era muito a fim de casar, mas como ele gostava de mim e viu que não tinha outra saída, resolveu casar".

O casamento trouxe à Clara a "segurança do afeto" o que possibilita viver de forma tranquila as relações sexuais. "Ele foi muito carinhoso e ao mesmo tempo não me menosprezou, porque de repente como era a minha primeira vez a pessoa pode te colocar numa posição inferior. E isso não pintou. Eu gostava muito de transa, do carinho do contato. A gente transava bastante e parecia que a cada dia as coisas melhoravam. Eu me sentia a todo vapor, me soltando mesmo. E foi assim durante um bom tempo".

Embora sem saber precisar os motivos, porque "é tudo muito complicado", dois anos após ter se casado, Clara sentia seu relacionamento com o marido "esfriando". Na tentativa de analisar as razões da separação considera que não estava "preparada" para "enfrentar o casamento". "Viver junto é um

negócio muito difícil. É desgastante mesmo. Eu era muito imatura e a gente começou a brigar por qualquer coisa. Um dos motivos de tanta briga eu penso que era porque ele se sentia em desvantagem em relação a mim, porque ele trabalhava o dia todo e chegava em casa cansadíssimo, enquanto eu tinha mais tempo livre para transar as coisas que eu gostava e estava sempre a fim de sair e me divertir. A gente brigava muito por causa disso. E de repente isso foi levado para a cama. A gente passou a transar muito menos. E nas poucas vezes eu só transei porque me sentia constrangida para dizer que não queria. As brigas duraram muito tempo. Ele estava insatisfeito e eu me sentia amarrada no casamento. Daí o único jeito era a separação".

Atualmente, após viver um processo de separação "sofrido" porque "é sempre uma coisa doída, cheia de agressões e mágoas", Clara não pretende viver nenhuma relação "tipo casamento". Isto "pelo menos por um bom tempo".

Uso de Anticoncepcional

Clara, quando se casou, se preocupou em tomar medidas que visassem o controle da fertilidade.

"Eu tomei anticoncepcional durante quatro meses e parei porque engordei oito quilos. Eu me sentia muito mal, ficava muito irritada, muito nervosa. Daí ele começou a evitar usando preservativo. Eu achava muito mal no começo, mas depois me habituei numa boa mesmo. E estava sendo bom para mim porque eu deixei de tomar essas porcarias. Mas não deu certo. Eu

ia fazer um ano de casada quando engravidei sem esperar".

Vera, 22 anos, estudante de Ciências Sociais não tem filhos. Em relação ao controle de fertilidade revela que:

"Imediatamente à primeira transa eu fui no ginecologista e comecei a tomar pílula. O pavor da gravidez era uma coisa muito constante. Eu casei em abril. Em agosto, um ano depois de ter transado eu fiquei grávida. Eu tomava pílula no intervalo de oito meses e parava quatro. E foi nesses quatro meses que eu fiquei grávida. Eu não esperava a gravidez de jeito nenhum porque eu transei no oitavo dia e tinha certeza que não engravidaria. Então para mim foi uma coisa totalmente inesperada".

As medidas de controle de fertilidade adotadas por Clara e por Vera não deram o resultado esperado e a gravidez aconteceu de forma não prevista.

RETOMANDO A HISTÓRIA DE CLARA

Justificativas do Aborto

O resultado do exame de que comprovava a gravidez trouxe à Clara e ao marido sentimentos contraditórios.

"A reação dele foi muito parecida com a minha. Porque outras vezes já havia atrasado a menstruação e não era gravidez e como eu nunca havia feito nenhum exame e ele também nunca

engravidou nenhuma garota a gente até que senti um alívio, porque ficou sabendo que podia ter. Mas em seguida vieram as dúvidas. A gente começou a pensar a respeito e eu comecei a não querer ter. A idéia de não querer ter me machucava muito. Afinal a gente é educada para ser mãe e por mais que a gente se sinta desvinculada disso tudo, dessa formação, nessa hora isso tudo aparece".

Os momentos de hesitação foram superados na medida em que Clara se percebia "imatura demais" para ter um filho. À essa sensação somava-se o fato do seu relacionamento com o marido já estar "esfriando" e em consequência, a possibilidade de uma separação já estava sendo prevista.

"Eu comecei a me achar "imatura demais para ter um filho. Eu tinha muito medo de ter que assumir uma criança. Além disso a nossa relação já estava começando a esfriar. Eu fiquei com medo de ter um filho e querer separar. Não é tão fácil se separar com um filho. Eu estava me sentindo muito mal no casamento. Já estava pensando em separação e achei que um filho ia piorar as coisas porque ia me fazer presa no casamento. Eu fiquei com medo de me acomodar, ter um filho e ficar mãe e dona de casa. Eu temia muito isso. Eu já achava que não estava preparada para enfrentar um casamento e muito menos pra ter um filho".

Ter um filho nas circunstâncias em que se deu a gravidez faria Clara "presa" a um casamento que já estava "esfriando" e para o qual não se sentia "preparada". Não pretendendo se "acomodar" na condição de "mãe e dona de casa", o que

a impossibilitaria de uma eventual separação, Clara se decide pelo aborto.

Das justificativas apresentadas para o aborto, a possibilidade de separação é enfatizada quando Clara considera que "se eu tivesse um filho eu talvez não se separasse. Com um filho pequeno você não vai sair para uma rua. Fazer o que? Isso era o que eu mais temia".

O projeto de vida explicitado no momento em que se decide pelo aborto aparece com mais clareza quando Clara revela quais as condições necessárias a seu ver, para se ter um filho.

"Eu gostaria de ter filhos e eu acho que para isso o mais importante é ter independência financeira. É o mais importante porque senão a mulher pode não se separar do marido por causa dos filhos. Isso é o mais importante. E isso eu não tinha e ainda não tenho. Eu gostaria de ter um filho com 30 anos, talvez fosse uma boa idade, porque até lá eu me estruturaria financeiramente. Isso é uma condição fundamental. Mesmo assim eu sõ teria junto com um cara que assumisse no mesmo nível. Eu não enfrentaria uma barra dessas sozinha. Mas como os relacionamentos andam tão instáveis eu acho importante saber da possibilidade de uma separação e se preparar principalmente financeiramente para poder enfrentar uma separação sem precisar ficar presa ao marido por causa dos filhos. Com independência financeira a gente pode ter filhos e se separar do cara se esse for preciso".

O projeto de vida elaborado por Clara enfatiza "independência financeira" como um projeto prioritário em relação à maternidade, uma vez que esta seria a seu ver a condição que possibilitaria a reprodução. A esse fator considerado fundamental soma-se o desejo de ter um filho com "um cara que assumisse no mesmo nível". Porém, como os "relacionamentos andam instáveis", a independência financeira não somente possibilitaria ter filhos como daria condições à mulher de "enfrentar" uma possível separação "sem precisar ficar presa ao marido por causa dos filhos".

Ao enfatizar independência financeira como condição essencial para que a procriação ocorra, os argumentos dados por Clara se assemelham aos apresentados pelas mulheres solteiras entrevistadas que, de forma recorrente, apontavam para o investimento na carreira profissional como um projeto prioritário em relação à maternidade.

Vera, assim relata as justificativas do aborto praticado.

"A primeira reação foi muito de rejeição. E a teorização a respeito, nem era teorização era motivo mesmo, era a coisa de mudar minha vida. Eu queria fazer movimento estudantil, sair, viver, ir pros bares e tal. E um filho significava impedir tudo isso. Eu acho que esse argumento de mudar a minha vida era muito forte e foi determinante porque de repente um filho significava tolher toda a minha liberdade. Eu tinha acabado de fazer 20 anos, e não tinha nem um ano de casada, e eu não me imaginava mãe".

A percepção da maternidade como uma mudança que alteraria seu estilo de vida foi "determinante" no caso de Vera para a decisão do aborto. Essa percepção é reafirmada quando considera as condições em que gostaria de ter um filho.

"Eu gostaria de ter um filho, mas gostaria de ser alguma coisa além de mãe e para isso grana é imprescindível. Eu não imagino ser mãe e não ter empregada. Não é que eu pense em deixar o filho com a empregada. É que eu não gostaria de abandonar as minhas coisas. Então grana é fundamental.

Ao considerar que "gostaria de ser alguma coisa além de mãe", o que a seu ver só seria possível a partir da estabilidade financeira, Vera parece definir esta condição como prioritária para que a procriação ocorra. Nesse sentido a maternidade enquanto projeto pode ser adiada em função do investimento na carreira profissional, argumento que mais uma vez remete aos apresentados pelas mulheres solteiras entrevistadas.

Resumindo, dos relatos apresentados como justificativas do aborto é recorrente a percepção da maternidade como uma mudança de vida não desejável no momento em que ocorreu a gravidez. Para Clara esta condição a faria "presa" ao casamento e no caso de Vera iria "tolher" sua liberdade. Estabilidade financeira a partir desses argumentos aparece como condição essencial para a reprodução por permitir no caso de Clara uma eventual separação e para Vera por possibilitar ser "alguma coisa além de mãe".

RETOMANDO A HISTÓRIA DE CLARA

Participação do Parceiro

Em relação à participação do marido no processo de decisão pelo aborto Clara revela que:

"Eu acho que ele queria. Acho que ele era a fim de ter o filho. Mas ele tinha medo por mim, ele sabia como eu não tinha maturidade para ter um filho. Mas ele queria. Eu sentia isso. Mas quando eu falei que não queria, ele concordou.

Os motivos de Clara parecem terem sido legitimados pelo marido uma vez que sua participação sugere aceitação à uma decisão tomada. O fato de posição de Clara ter prevalecido leva a supor que a decisão em caso de aborto pertence à mulher.

Vera assim relata a participação do marido no processo da decisão pelo aborto.

"Embora a decisão fosse dos dois, assumir ou não assumir, ele deixou muito por minha conta. E eu acho que realmente ele tinha alguma coisa a dizer além de apoiar qualquer decisão minha. Porque no fim eu sinto que decidi sozinha".

A experiência relatada por Vera sugere expectativa não cumprida em relação ao envolvimento do marido na decisão pelo aborto.

Nos exemplos apresentados a participação do parceiro no processo de decisão pelo aborto parece ser a de solida-

riedade à decisão tomada pela mulher.

RETOMANDO A HISTÓRIA DE CLARA

Concretização do Aborto

Clara quando se decidiu pelo aborto "queria liquidar a questão o mais rápido possível porque estava uma verdadeira tortura". Através da indicação de uma amiga consegue o endereço de um médico "sério" que praticava aborto.

"Eu tinha ouvido coisas horríveis a respeito das clínicas de aborto. Coisas traumatizantes mesmo. Então preferi com esse médico porque sabia que ele era uma pessoa séria. Meu marido foi comigo. Ele fazia aborto no consultório mesmo. Mas era tudo arrumadinho, bem decorado. Pelo menos você se sente melhor. Mas eu acabei me decepcionando com o médico porque ele foi extremamente frio comigo. E descreveu o método dele dessa forma: Se você fizer numa dessas clínicas é como se você limpasse um tapete com uma enxada. Você prefere limpar um tapete com uma enxada ou com um aspirador? O método aqui é como se fosse um aspirador. Eu quase morri de chorar. A insensibilidade do médico foi uma coisa horrível. Ele era sério porque o aborto não trouxe consequência física. Eu não tive problemas. Mas senti que ele não teve a mínima consideração, por mim. Eu me senti tremendamente só".

Vera também não teve problemas para localizar uma "clínica de aborto".

"Era uma clínica que eu já tinha ouvido falar. E era assim bem classe média a clínica, e tinha muitas pessoas. Eu estava morrendo de medo. Medo total. Foi tudo super rápido e o aborto foi por sucção. E o médico é uma figura que não aparece. Só a enfermeira que é inclusive quem dá a anestesia. A cara do médico eu nunca vi. Tudo é resolvido com as enfermeiras: É uma experiência horrível. Dessas que não dá para repetir de jeito nenhum"

RETOMANDO A HISTÓRIA DE CLARA

Depois do aborto, Clara vivenciou sentimentos contraditórios ao perceber "uma sensação terrível de perda e ao mesmo tempo um alívio enorme". Apesar de definir o aborto como sendo uma "experiência difícil" porque "te obriga a se refazer por inteiro" Clara ressalta ser esta uma "saída justa".

Vera ao analisar sua experiência revela que "depois do aborto eu senti um alívio imenso porque a partir do momento que eu decidi abortar eu já não me sentia grávida, já não era uma criança. Era uma coisa extremamente desagradável e que eu precisava resolver logo. Então depois disso eu senti um alívio enorme".

As experiências de Clara e Vera por serem muito jovens, por não terem filhos e por terem permanecido pouco tempo casadas se assemelham mais às vivências das mulheres solteiras do que às das casadas.

Nas justificativas dadas para o aborto os projetos de vida explicitadas enfatizam "independência financeira" como um projeto prioritário em relação à maternidade. É recorrente

te nos dois relatos a percepção da maternidade como uma mudança não desejável no momento em que ocorreu a gravidez. Para Clara, esta mudança a faria "presa" ao casamento e para Vera iria "tolher" sua liberdade. Os argumentos explicitam projetos de vida bastante semelhante aos das mulheres solteiras que apontavam de forma recorrente para o investimento na carreira profissional como prioritário em relação à maternidade. Também como no caso das solteiras, e ao contrário das casadas, parece que enquanto a relação conjugal não produz filhos, está mais sujeita à ser dissolvida, o que indica outro ponto recorrente em todas as entrevistas: a importância dos filhos para a definição completa do projeto familiar.

Quanto a participação do parceiro no processo de decisão apesar de terem sido praticados enquanto estavam casadas, a participação do marido nos dois casos parece ser a de solidariedade à uma decisão tomada pela mulher, sugerindo novamente que a decisão pelo aborto pertence à mulher.

A relativa facilidade na realização do aborto é mais uma vez percebida nesses relatos, na medida em que ambas tiveram acesso à clínica e consultório "especializados" sendo enfatizado novamente a "frieza e distanciamento no atendimento dispensado pelos médicos.

Vejamos se essas observações serão pertinentes no caso de Matilde.

MATILDE

Matilde, 44 anos, vendedora, tem duas filhas e se considera uma mulher "conservada" para sua idade. "Eu sou muito vaidosa, gosto de me arrumar e procuro cuidar da minha aparência".

Durante "muitos anos" Matilde trabalhou como vendedora de "produtos de beleza". Atualmente, por estar desempregada, trabalha em casa fazendo tricô por encomenda. A atividade exercida, além de instável, não lhe garante recursos suficientes obrigando-a a subalugar quartos da casa onde mora para "pelo menos pagar o aluguel em dia".

Desquitada há quatorze anos, Matilde apesar de ter "vários casos", não pretende vir a se casar novamente. "Eu quero ter amizade para sair, beber, dançar, me divertir, ter os meus casos, mas não quero saber de nenhum compromisso sério. Meu casamento não foi bom e eu nunca quis me aventurar de novo. Propostas até que eu tive, mas eu sempre recusei".

As lembranças do casamento são marcadas por desentendimentos e maus tratos por parte do marido que "era um homem grosseiro, bruto, tinha um gênio horrível, nunca se contentava com nada e brigava o tempo todo "e pela ausência de carinho e prazer nas relações sexuais porque "ele só sabia pensar nele próprio, não sabia tratar bem um mulher, não sabia dar prazer".

Apesar dos desentendimentos e do desprazer na "convivência a separação não era cogitada por Matilde porque naquele tempo eu não conseguia me imaginar levando a vida sozinha

com duas filhas pequenas, e também porque a gente fica tentando salvar o casamento e custa a acreditar que não tem mais jeito".

O casamento durou nove anos e a separação só aconteceu porque "de repente ele arranjou outra mulher e de uma hora para outra, largou tudo e foi viver com ela". Para Matilde "foi um verdadeiro choque" se ver descasada, com duas filhas ainda pequenas, tendo que garantir sua sobrevivência sem "saber fazer nada fora de casa".

Os primeiros anos após a separação foram considerados difíceis em virtude do despreparo de Matilde. "Eu não sabia por onde começar. Eu nunca tinha trabalhado fora, não sabia fazer nada, não dava para serviço fora de casa. Então era aquela luta. Saía para procurar serviço e não achava. Nessa parte eu sofri muito. Tudo que me segurava a cabeça, que me dava forças, era saber que eu tinha as meninas para criar, porque o dinheiro que o pai delas dava não chegava para nada e eu tinha que trabalhar para viver". Encontrando dificuldades para arranjar emprego, na tentativa de garantir o mínimo indispensável passa a fazer tricô sob encomenda, recurso sempre utilizado nos períodos de desemprego. "Com o tempo as coisas foram melhorando. De tanto insistir consegui emprego numa loja de calçados e depois trabalhei muitos anos como vendedora de produtos de beleza".

Em termos afetivos, após a separação Matilde passou "anos sem olhar para homem nenhum", até perceber que "se continuasse agindo desse jeito ia acabar perdendo a mocidade". Disposta a partir de então, a "aproveitar a vida" resolveu

ter um "caso" com um "rapaz mais moço" parente de uma amiga sua. "Foi uma maravilha. Com ele eu saía muito, comecei a conhecer as noites, as boates, dançava, me divertia. Foi uma época muito boa. "O relacionamento físico que passou a viver é enfatizado na medida em que lhe proporcionava muita satisfação. "Ele foi bom demais para mim. Eu comecei a me realizar, comecei a gostar de ter relação. Cada vez que eu me lembro dele, eu me lembro muito das relações que a gente tinha". À esse "caso" outros "casos" se sucederam. "Eu conheci muitos homens e uns foram bons, outros eu nem gosto de lembrar. De qualquer forma até que eu gosto da vida que levo. Eu gosto de ter os meus casos e não quero mais ter compromisso com ninguém".

Ao avaliar sua vida a partir da separação considera que "sofreu muito porque a mulher desquitada é muito visada, todo mundo tem preconceito, todo mundo pensa mal. Eu sofri muito, mas aprendi a me defender, aprendi a me impor, porque eu não devo nada a ninguém e sou dona da minha vida. Não tenho que dar explicação para ninguém".

Uso de Anticoncepcional

Matilde quando se casou não tomou medidas de controle da fertilidade porque "tinha muita dificuldade" para engravidar, e desejava ter filhos. A partir do nascimento das duas filhas passou a utilizar a "tabela" como medida de controle por não pretender ter outra gravidez.

Após o desquite quando começou a ter "muitos casos" passou a usar a pílula anticoncepcional. Em virtude das

consequências físicas acarretadas por esse método, voltou a utilizar a "tabela" como meio de controle. Essa medida, embora lhe parecesse segura devido à sua dificuldade de engravidar, não deu o resultado esperado e Matilde teve uma gravidez indesejada.

"Eu nunca pensei que ia engravidar de novo. Eu passei anos sem ter problema nenhum. Então quando aconteceu foi uma coisa que eu não esperava. E foi a pior coisa que podia me acontecer".

Madalena, 34 anos, empregada doméstica, mãe de três meninos assim se refere ao controle da fertilidade.

"Logo que eu casei eu tive três filhos, um seguido do outro. Aí quando eu larguei o pai dos meus meninos comecei a tomar comprimido. Mas aquilo me fazia muito mal e eu parei. Então quando a menstruação atrasava eu ia na farmácia tomar injeção. Mesmo assim eu fiquei grávida mais três vezes".

Márcia, 36 anos, ajudante de cabelereira, mãe de dois meninos, revela que:

"Depois que eu tive meus dois meninos eu comecei a tomar pílula, mas não me acostumei. Então comecei com o DIU e continuei usando depois que eu desquitei. E acabei engravidando mesmo usando o DIU".

Apesar da preocupação com o controle da fertilidade manifestado no uso dos diferentes métodos, as medidas adotadas não evitaram que a gravidez ocorresse de forma imprevista.

RETOMANDO A HISTÓRIA DE MATILDE

Justificativas do Aborto

Matilde quando engravidou estava vivendo uma "fase péssima" da sua vida e considerou a gravidez como "a pior coisa que podia acontecer naquela hora".

"Foi um período muito ruim da minha vida. Eu não estava trabalhando fora, andava passando dificuldades e estava bebendo demais. Eu saí com um cara que eu mal conhecia e a pior coisa que podia acontecer era ficar grávida naquela hora. Eu quase enlouqueci. Porque eu pensava assim: foi um caso de uma noite só. E aí pensava que as minhas duas filhas também foram feitas numa noite só. Mas era diferente, porque naquela época, quando eu tive as duas meninas, eu estava casada, tinha mais amparo, apesar do marido péssimo que eu tinha. Era diferente porque eu estava mais forte, tinha mais força dentro de mim e queria muito ter filhos. Foi em outro tempo da minha vida. Mas quando eu engravidei pela terceira vez, desquitada, sozinha, não queria ter mais filhos. Eu estava desgostosa, sem trabalho e não tinha nada de bom para dar para um filho. Eu já não estava dando conta de criar as duas que eu tinha. Eu quase enlouqueci mas decidi que não dava para ter. Eu não queria mais filho de jeito nenhum e não ia ter um filho de um caso de uma noite só".

Apesar da "fase péssima" em que se encontrava no momento da gravidez, Matilde parece atribuir ao tipo de rela-

ção vivida por ocasião da gravidez - "era um caso de uma noite só" - uma ênfase maior enquanto justificativa para o aborto. Ao fazer referência às duas outras vezes em que engravidou considera ter sido diferente porque "estava casada, tinha mais amparo queria ter filhos", enquanto na terceira gravidez "desquitada e sozinha não queria ter mais filhos". A partir dessa comparação sugere que existem relacionamentos onde a reprodução não é viável em função da própria especificidade da relação. "Não dá para ter um filho de um caso de uma noite só".

Márcia assim justifica o aborto praticado:

"Quando eu engravidei deu para ver que ele não ia desquitar da mulher dele. Ele não estava querendo assumir nada comigo. Ele falava para ter paciência mas essa conversa já estava rolando há muito tempo. Era só promessa e ilusão. Então quando eu engravidei eu não quis ter de jeito nenhum. Eu já tinha meus dois meninos para criar e não ia ter outro filho sozinha. E também resolvi terminar tudo com ele".

A impossibilidade de relação vivida por Márcia no momento da gravidez parece ser o argumento principal para a prática do aborto, que por sua vez foi decisivo ao acarretar o término da relação.

Madalena em relação às justificativas do aborto revela que:

"Depois que eu tive meus três meninos eu nunca mais quis saber de filho porque eu não estou podendo nem criar direito os que eu te-

nho. E depois que eu larguei do pai dos meus meninos eu nunca tive nenhum homem sério, aí que não dá para ter mesmo. Eu quero criar os filhos que eu tenho e não quero ter mais nem um".

Dificuldades da ordem financeira, somadas ao fato de não ter um "homem sério" e ao desejo de não ter mais filho são as razões dadas por Madalena aos abortos praticados.

Dos relatos apresentados como justificativas para o aborto alguns aspectos podem ser destacados a partir da sua recorrência. Embora sejam alegadas razões de ordem econômica, a ênfase maior parece ser atribuída aos relacionamentos vividos no momento da gravidez. A referência ao fato de ser "um caso de uma noite só" ou então "eram simples casos", ou mesmo "não era um simples caso e ele não assumia nada" parece indicar não ser este o tipo de relação apropriada para a reprodução. A relação afetiva estável aparece em contrapartida ser a indicada para se ter filhos.

RETOMANDO A HISTÓRIA DE MATILDE

Participação do Parceiro

A especificidade de relação vivida por Matilde na ocasião da gravidez - "era um caso de uma noite só" - parece ter determinado a não participação do parceiro no processo de decisão pelo aborto.

"Era um cara que eu mal conhecia. Eu não quis contar uma coisa dessas para ninguém. Muito menos para ele. Eu resolvi sozinha. Nunca mais encontrei com ele. Não quis ver nunca mais, aquele era um problema meu. Eu é que tinha que resolver".

Madalena se refere às relações vividas durante as três vezes em que engravidou como sendo "simples casos, sem importância nenhuma", razão pela qual "resolveu tudo sozinha".

"Essas coisas eu sempre resolvi sozinha. Eu achava que não devia ter e não tinha. Nunca contei para homem nenhum porque eram casos sem importância nenhuma. E eu acho que essas coisas quem resolve sou eu e ninguém mais".

Márcia apresenta uma experiência distinta se comparada às de Matilde e Madalena porque a relação vivida não era um "simples caso".

"Quando eu me vi naquela situação eu contei para ele e falei que ia abortar. Ele falou para esperar mais um pouco. Mas eu já estava com ele há dois anos, não era um simples caso, e ele não resolvia nada. Então eu não esperei resposta dele coisa nenhuma. Eu resolvi eu mesma".

Diante da hesitação do parceiro em "assumir" um relacionamento que não era um "simples caso" Márcia se decide sozinha pelo aborto.

A ausência da participação do parceiro no processo de decisão pelo aborto podem ser atribuídas às especificidades

das relações vividas no momento da gravidez. "Um caso de uma noite só" assim como "casos sem importância" ou então quando "ele não assume nada," parece implicar na exclusão do parceiro da decisão pelo aborto". Outro aspecto a ressaltar é a percepção comum a todas do aborto como sendo uma decisão pertencente à mulher.

RETOMANDO A HISTÓRIA DE MATILDE

Matilda decidida a abortar, consegue através de uma amiga, que "já tinha passado por isso", o endereço de uma mulher que "não era enfermeira nem nada, era só uma mulher que fazia aborto na casa dela".

"Apesar de doer demais foi tudo muito rápido. Ela usava uma seringa com um líquido e colocava dentro do útero. Era uma dor horrível. Olha eu fiz com o coração na mão. Mas graças a Deus não aconteceu nada. Eu não tive nenhum problema".

Madalena também recorreu a uma "dessas mulheres que fazia aborto".

"O primeiro aborto foi com sonda. Dói demais, mas como estava bem no comecinho não deu problema e eu passei bem. O segundo eu não tinha dinheiro para pagar aborto com sonda, então fervei um monte de coisa misturada, pinga, louro, alecrim e tomei em jejum. Me deu uma hemorragia tão forte que eu pensei que não aguentava. O terceiro eu também tomei um monte de coisa, pinga com café quente, sonrisal, me

lhoral e cibalena e dessa vez me deu uma hemorragia que não parava mais e eu tive que ir na Santa Casa. Eu não falei que era aborto, mas o médico notou e fez raspagem sem anestesia sem nada. Eu sofri demais nas mãos dos médicos".

Márcia, como Matilde e Madalena também recorreu a uma "mulher que fazia aborto" a partir da indicação da sua amiga.

"Era uma mulher de confiança. Como eu estava bem no comecinho não deu problema. Ela fez uma lavagem. Ela injetou dentro do útero um medicamento que eu não sei o que é. Ela falou que o método que ela usa não tem complicação. Eu não tive problema nenhum graças à Deus. Eu não senti dor, não senti nada".

Dos relatos apresentados evidencia-se precariedade das condições a que estão sujeitas as mulheres da "classe baixa" quando se decidem pelo aborto.

RETOMANDO A HISTÓRIA DE MATILDE

Em relação à experiência do aborto Matilde revela que não "fez isso irresponsavelmente porque eu acho que ter um filho naquela situação seria irresponsabilidade muito maior. Eu sofri muito com tudo isso, nunca pensei que fosse me acontecer uma coisa dessas. Então eu acho que ninguém pode julgar ninguém. Cada mulher sabe os seus motivos".

A experiência de Matilde, assim como a de Márcia e Madalena, difere das desquitadas citadas anteriormente tanto em termos de idade, quanto em termos de duração da vida conjugal, e ainda porque tiveram filhos antes de se desquitar.

Ao contrário das duas entrevistadas anteriores, os abortos foram realizados após o rompimento da relação conjugal e as justificativas dadas enfatizam a especificidade das relações vindas no momento da gravidez que resultou em aborto - "eram casos sem importância" - sugerindo que existem relações onde a reprodução não é viável em função de sua própria especificidade. A relação afetiva estável aparece em contrapartida ser a indicada para se ter filhos. A recorrência dessa justificativa nos relatos sugere que o projeto familiar implica efetivamente não apenas na existência dos filhos (ver o caso das mães solteiras) mas também com a existência de um parceiro.

A especificidade das relações vividas parece ter determinado a não participação dos parceiros no processo de decisão pelo aborto, indicando novamente a percepção comum à todas as entrevistadas, independente do seu estado civil, do aborto como sendo uma decisão pertencente à mulher.

A diferença mais radical se dá novamente em relação às condições em que o aborto é praticado. A precariedade das condições a que estão sujeitas quando se decidem pelo aborto se evidencia inclusive nas consequências físicas acarretadas que necessitam de atendimento médico posterior.

RETOMANDO ALGUMAS QUESTÕES

A experiência do aborto percebida como um "drama" nos termos propostos por Turner (1975), tendo em vista que as mulheres entrevistadas definiram o aborto como momento de intenso conflito cuja prática representa a quebra de normas jurídicas e sociais, revelou-se um momento privilegiado para se observar aspectos relativos à reprodução humana, comumente implícitos na vida cotidiana.

Nesse sentido verificou-se que os relatos não apontaram para os argumentos de ordem religiosa que condenam a prática do aborto por entender que o ser humano é portador de vida e alma a partir da concepção. A não referência à posição tradicionalmente defendida pela Igreja Católica não significa evidentemente, o seu desconhecimento mas parece indicar que as justificativas das mulheres ao se decidirem pelo aborto sobrepõem-se à essas noções. Da mesma forma não foi mencionada a definição dada pela legislação penal brasileira que considera o aborto como sendo "crime contra a vida" estabelecendo penalidades no caso de sua prática. A não referência à proibição legal sugere novamente que as razões das mulheres que abortam sobrepõem-se também à definição legal. Não aparece tampouco referência ao debate pela legalização do aborto, já lançado nacionalmente por ocasião da pesquisa, sugerindo ser esta uma questão ainda restrita aos grupos feministas.

Nos relatos apresentados como justificativas do aborto alguns aspectos relativos à reprodução da vida humana se evidenciam e podem ser destacados a partir da sua recorrência.

A maternidade não é posta em questão. Todas desejam, ou desejaram, ter filhos e para isso estabelecem regras e formulam projetos específicos. É em relação ao projeto elaborado que se define uma gravidez como indesejável e o aborto como necessidade. Nesse sentido percebe-se claramente a existência de um projeto de vida sendo explicitado no momento em que se decide pelo aborto.

Segundo Gilberto Velho, é importante "frisar o caráter consciente do processo de projetar, que vai diferenciá-lo de outros processos determinantes ou condicionares de ação que não sejam conscientes" (1981, 27). Se a prática do aborto revela a existência de um projeto de vida sendo tomado como referência, e se os projetos são conscientes, é igualmente consciente a ação praticada no sentido de atualização e reafirmação deste projeto. O que não significa, entretanto, que os projetos sejam estáticos, ao contrário, estão sendo constantemente reformulados, uma vez que "os projetos mudam, um pode ser substituído por outro, podem se transformar. O 'mundo' dos projetos é essencialmente dinâmico na medida em que os atores tem uma biografia, isto é, vivem no tempo e na sociedade, ou seja, sujeitos à ação de outros atores e às mudanças sócio históricas". (Velho, 1981, 27).

Na medida em que os dados para efeito de análise foram organizados em torno de três categorias - solteiras, casadas e desquitadas - sendo que cada categoria incluía uma divisão relacionada à origem social, os projetos de vida explicitados apresentam especificidades uma vez que "os projetos são elaborados e construídos em função de experiências sócio-

culturais, de um código, de vivências e interações interpretadas". (Velho, 1981, 26).

Na análise das justificativas dadas ao aborto pelas mulheres solteiras pertencentes à "classe média" os projetos de vida explicitados enfatizam o investimento na carreira profissional como sendo uma etapa a ser atingida antes da maternidade, já que estabilidade profissional é apontada como condição essencial para que a maternidade se realize. À esta condição soma-se a necessidade de uma relação afetiva estável, fundamental para todas, quando se trata de ter filhos. A ênfase na carreira profissional sugere que o projeto familiar se encontra, nesse sentido, subordinado a um projeto mais amplo. Dado que ainda não ingressaram no ciclo de vida conjugal essas mulheres parecem ter à sua disposição um leque maior de alternativas para construir suas biografias, podendo contrapor a maternidade à carreira profissional.

No caso das mulheres solteiras tomadas como contraponto para relativizar as informações obtidas com a maioria das entrevistadas, os projetos de vida explicitados nas justificativas do aborto, além de enfatizar dificuldades de ordem financeira, apresentam uma maneira diferenciada no que se refere à relação entre maternidade e trabalho. Enquanto os projetos de vida citados anteriormente apresentavam uma certa linearidade ao enfatizar a carreira profissional como prioritária em relação à maternidade, os projetos de vida explicitados nesse caso, mostram que trabalho e maternidade são conciliados e as dificuldades decorrentes são atribuídas à própria condição econômica, onde um filho, inclusive, "pode ajudar". Apesar

dessa maneira diferenciada de pensar e viver a maternidade e o trabalho, elas se assemelham às outras entrevistadas ao recolocar o projeto familiar, enfatizando a necessidade do pai e companheiro quando se referem às condições consideradas necessárias para a reprodução.

No caso das mulheres casadas, o projeto familiar já está sendo concretizado e as justificativas dadas para o aborto estão diretamente relacionadas com o casamento e mais precisamente com o desempenho do parceiro enquanto marido e pai. Nesse sentido a prática do aborto pode ter o significado de adequação do projeto familiar elaborado à realidade vivida. Isso mostra que os projetos estão sendo constantemente atualizados e reformulados no que se refere à sua adequação ao que possa ser considerado como entrave à sua realização.

As histórias de vida das mulheres casadas tomadas como contraponto não apresentam diferenças marcantes se remetidas às mulheres casadas entrevistadas anteriormente. As justificativas do aborto também estão relacionadas com o casamento e com o desempenho do parceiro como marido e pai e a prática do aborto também parece se constituir na adequação do projeto familiar à realidade vivida.

As mulheres desquitadas pertencentes à classe média, por serem muito jovens, por terem permanecido pouco tempo casadas e por não terem tido filhos, se assemelham mais às mulheres solteiras do que às casadas. Os projetos de vida novamente enfatizam o investimento na carreira profissional como prioritário em termos de condição para se ter filhos, sendo a maternidade vista como fator de impedimento no sentido de avançar

profissionalmente. Por terem saído do ciclo de vida conjugal, o projeto familiar aparece, como no caso das solteiras, subordinado a um projeto mais amplo.

As experiências relatadas pelas mulheres desquitadas tomadas como contraponto, apesar de conter diferenças, tanto em termos de idade quanto em termos de duração da vida conjugal e ainda pelo fato de que tiveram filhos, apresentam semelhanças em relação às desquitadas citadas anteriormente na medida em que, por terem saído do ciclo de vida conjugal, sobre põe o projeto de vida ao projeto familiar, considerado como realizado.

A análise da situação das mulheres desquitadas nos permite assim ter um quadro completo da trajetória percorrida pelas mulheres nas várias fases de um projeto familiar. Nesse sentido o projeto familiar varia de acordo com a posição ocupada pela mulher dentro de um continuum que poderíamos chamar de ciclo de vida conjugal - solteiras, casadas, desquitadas - já que essa posição aparece como fundamental na definição desse projeto. É como se antes de se casar ou após descasar o projeto familiar assumisse menor importância em relação ao projeto de vida como um todo. A ênfase presente nos relatos de todas as entrevistadas na relação conjugal, definida pelo parceiro e pelos filhos, como parâmetro do projeto familiar, revela que as decisões tomadas em relação a ter ou não ter um filho se referem à possibilidade de concretização do projeto familiar.

Na análise dos projetos de vida explicitados nas justificativas dadas ao aborto as diferenças mostram que para as solteiras a ênfase maior se dá em relação ao projeto de

vida, enquanto que as casadas reafirmam o projeto familiar, e as desquitadas retomam seus projetos de vida.

A participação do parceiro no processo de decisão pelo aborto também mostra variações. No caso de mulheres solteiras, as variações podem ser atribuídas ao tipo de relação vivida por ocasião da gravidez que resultou em aborto. No caso das solteiras tomadas como contraponto o mesmo se verifica. É recorrente, entretanto, nos relatos, a percepção do aborto como sendo uma decisão da mulher, já que o parceiro se mostra solidário à uma decisão tomada por ela ou então se vê excluído desse processo por determinação da própria mulher, que passa a assumir para si o controle da reprodução.

Para as mulheres casadas, o maior ou menor envolvimento do marido parece estar relacionada à fase vivida no casamento, constatando-se mais uma vez entretanto que para as mulheres entrevistadas, a decisão em caso de aborto pertence à mulher.

No caso das mulheres desquitadas, as variações de comportamento por parte dos parceiros podem ser atribuídas ao tipo de relação vivida por ocasião da gravidez, como no caso das mulheres solteiras ou podem ser remetidas à fase vivida no casamento, como no caso das mulheres casadas, verificando-se também aqui que o parceiro, ou é solidário à decisão tomada ou se vê excluído desse processo, reafirmando a percepção do aborto como sendo uma decisão pertencente à mulher.

A diferença mais radical encontrada nos depoimentos se dá em termos das condições em que o aborto é realizado. As mulheres pertencente a "classe média" parecem ter relativa

facilidade no acesso às clínicas e hospitais. Apesar da margem razoável de segurança quanto aos riscos em termos de saúde, o atendimento recebido é percebido como hostil, sendo enfatizados a frieza e o distanciamento dispensados pelo médico no tratamento dos casos de aborto. Fato que pode ser atribuído à clandestinidade da sua prática, que parece isentar o médico da responsabilidade em relação à saúde da mulher que aborta, uma vez que qualquer denúncia em caso de maus tratos ou sequelas do aborto por parte da mulher que o praticou, implica na sua própria punição, já que ambos, mulher e médico, são cúmplices de uma ação proibida legalmente.

Ao contrário das mulheres pertencentes a "classe média", as mulheres entrevistadas tomadas como contraponto não tem a possibilidade do acesso às clínicas e hospitais, realizando o aborto através do uso de injeção, chás abortivos, ou então recorrendo à "uma dessas mulheres". Nestes casos é sempre prevista a possibilidade dos riscos em termos de saúde, acarretados pelo aborto e elas em geral necessitam do atendimento médico posterior.

Nesse sentido os dados obtidos nesta pesquisa confirmam as informações mencionadas nas pesquisas médicas, citadas na primeira parte, quando se referem à alta participação dos médicos nos casos de aborto (Milanesi, 1970) e ainda quando revelam as consequências pós-abortivas decorrentes da precariedade das condições em que o aborto é realizada por mulheres que não tem acesso às clínicas e hospitais. (Falconi, 1967).

Além disso na pesquisa de Milanesi, a autora sugere que não eram as mulheres que tinham muitos filhos as que

recorriam ao aborto. Os dados obtidos pela autora revelam também que o controle da fertilidade foi "consideravelmente" praticado durante a vida reprodutiva da mulher, sendo que a gestações que terminaram em aborto não poderiam ser atribuídas à falha do anticoncepcional. Outro dado obtido se refere à alta porcentagem de mulheres católicas que praticam aborto. Estas observações são confirmadas no seus contornos por esta pesquisa.

Por outro lado, ao contrário do que encontrou Falconi, as entrevistadas na minha pesquisa não demonstraram "temor à lei ou vergonha diante do ato cometido" apesar de revelarem ser esta uma experiência dolorosa, enfatizando a solidão como um sentimento inerente à essa vivência. Também não se confirmou a sugestão de Martine de que o aborto seja utilizado pelas mulheres da "classe baixa" como método anticoncepcional.

Para todas as mulheres entrevistadas o aborto aparecia como um último recurso diante de uma gravidez indesejada. Dado que sugere que ao invés de se propor "maior rigor na lei a fim de evitar esse mal" como indica Falconi, ou então como pretende Milanesi "maior divulgação e exigência do cumprimento da ética médica" como uma das medidas a serem tomadas na "repressão de tão grave problema", parece necessário como defendem os grupos feministas, maior acesso às informações e aos recursos disponíveis para controlar a reprodução. Se essa experiência foi percebida como difícil e dolorosa por todas as mulheres que entrevistei, isso se prendia em grande parte às condições em que o o aborto era necessariamente praticado, o que sugere que além de melhor informação em geral à respeito dos métodos anticoncepcionais, o acesso à esse "último recurso" deveria ser respeitado e garantido que sua realização se desse em melhores condições.

NOTAS

- (1) Devo ressaltar que não foi pesquisada nenhuma clínica especializada em aborto, assim como não foi entrevistado nenhum agente desta prática. Do mesmo modo não acompanhei nenhum caso de mulher que estivesse para abortar. Os dados foram obtidos através do depoimento de mulheres que viveram a experiência do aborto.
- (2) Estou consciente das dificuldades de se trabalhar com relatos elaborados a partir das experiências vividas. Segundo BECKER as dificuldades para analisar mudanças e processos com base em entrevistas são particularmente importantes, uma vez que é precisamente na discussão das mudanças que os entrevistados estão menos capacitados para dar uma versão apurada dos fatos. As mudanças produzem modificações de perspectivas ocasionando dificuldades aos indivíduos para relatar suas próprias ações, visões ou sentimentos anteriores. Ao reinterpretar os fatos segundo uma nova perspectiva, os indivíduos não podem dar uma visão precisa do passado uma vez que os conceitos com os quais pensam o passado sofrem mudanças modificando suas percepções e memórias. (1969:330)
- (3) Agradeço a Maria Manuela Carneiro da Cunha a sugestão desse termo para definir esse universo fluído de mulheres que compõem a pesquisa.
- (4) Sobre a noção de rede de relações pessoais ver o trabalho de BOTT (1971).
A esse respeito ver também SALEM (1980) que se utilizou desse método na sua pesquisa sobre relações familiares.
- (5) Os termos aqui empregados estão sendo utilizados na sua acepção mais corriqueira, já que não posso pretender uma

discussão da relação entre aborto e classe social apoiada numa pesquisa tão restrita. Para uma análise teórica sobre a noção de classe ver: IANNI (1978), VILLALOBOS (1978), SINGER (1981).

A respeito de classe social ver também BOURDIEU (1974) que define classe não apenas a partir da posição e da situação na estrutura social, mas leva em conta também as representações que as classes fazem da sua posição e situação relativa.

- (6) A respeito do desejo culturalmente construído de se confessar ver FOUCAULT (1980:36).
- (7) A discussão sobre o aborto começou com a colocação de um problema que não existia no Brasil: a questão de se as mulheres francesas, violentadas por soldados inimigos, durante a I Guerra, teriam ou não direito a um "aborto ético". A discussão está registrada em RIBEIRO (1942) sobre o contexto da discussão nessa época, entre médicos e juristas a respeito da legislação penal ver CORREA (1983).
- (8) Ver por exemplo, a importância que a questão da sexualidade tem tomado através da publicação de O Espelho de Vênus, elaborado pelo Grupo CERES (1980): Sexualidade da Mulher Brasileira de Rose Marie Muraro (1983) e Conversando sobre Sexo por Marta Suplicy (1983). Nestes trabalhos o aborto é visto como um dos problemas relativos à sexualidade feminina.
- (9) Além dessas pesquisas existe a de Hildeti Pereira de Melo que poderia ser comparada com os trabalhos citados, na medida em que a autora utiliza informações obtidas junto à hospitais da Previdência Social. No entanto, deixo de utilizá-la, uma vez que a forma como foi realizada a pesquisa torna impossível a distinção dos casos de aborto provocado e de aborto espontâneo. Ver um resumo dos seus dados em MULHERIO nº 07, junho, agosto de 1982.

Tenho ainda conhecimento da existência de pesquisa realizada por Milton Nakamura, da PUC de Campinas em 1979, à qual entretanto não tive acesso.

(10) A pesquisa realizada por MILANESI fez parte de um estudo mais amplo sobre fecundidade, elaborado com a preocupação de estudar as implicações demográficas das mudanças sociais, culturais e econômicas ocorridas na cidade de São Paulo; editado por BERQUÓ, OLIVEIRA e CAMARGO (1977).

(11) Além da dificuldade de obter material de pesquisa realizadas em outros países, comparáveis ao aqui utilizado, uma reflexão sobre a questão a nível internacional ampliaria demasiadamente este trabalho.

A respeito da legislação penal de outros países ver o trabalho realizado por HOJDA (1980) que faz uma análise comparativa da legislação penal brasileira em relação a legislação francesa, italiana, portuguesa e espanhola.

(12) As conclusões do Encontro foram sumarizadas num manifesto proposto por Zuleika D'Alembert, da Frente de Mulheres Feministas de São Paulo, publicado no jornal MULHERIO nº 13, maio-junho de 1983.

(13) Ver por exemplo, a pesquisa de opinião pública realizada pela Folha de S. Paulo de 26 de junho de 1983, à respeito da legalização do aborto, na qual a maioria da população de São Paulo, representada por 56,9% dos entrevistados se definem contra, e 39,9% se manifestam a favor da legalização.

Ver também a pesquisa de opinião pública sobre Planejamento Familiar promovida pela Folha de S. Paulo de 19 de junho de 1983, na qual a maioria da população de São Paulo, 74,6% se mostra favorável ao planejamento familiar "mesmo que para isso se torne necessário o uso dos métodos dos anticoncepcionais não naturais". A esse respeito ver a série de cinco artigos escritos pelo Padre Paul-Eugène

Charbonneau, publicados na Folha de S. Paulo de 14 a 18 de junho de 1983 cuja posição pode ser assim resumida: "A limitação dos filhos é um problema de consciência" manifestando-se favorável ao uso dos métodos não naturais para a limitação do número de filhos. Os dirigentes da CNBB discordam dessa visão alegando a escassez de pesquisas em torno dos métodos naturais.

Ver também a matéria de capa da Revista Isto É nº 340 de 29 de junho de 1983, sobre planejamento familiar e a discussão promovida pela Folha de S. Paulo em 5 de julho de 1983 a respeito da "Saúde da Mulher" na qual Eva Blay do Conselho Estadual da Condição Feminina considerou que "o Estado não pode fazer incorporações em questões como a concepção de filhos que é algo que diz respeito ao nosso corpo, ao nosso direito".

- (14) A respeito das experiências de Amanda e Nilza, empregadas domésticas e mães solteiras ver: "Sozinha ou Mal Acompanhadas: A Situação da Mulher Chefe de Família". Texto elaborado por Carmem Barroso no qual é analisado a situação de mulheres que assumem o papel de chefe de família em decorrência da ausência do parceiro. A esse respeito ver também SALEM (1981) que se refere à "experiência de abandono" temporária ou definitiva, que leva a mulher a assumir o papel de chefe de família responsabilizando-se pelo sustento do núcleo doméstico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Branca Moreira e outros (Grupo CERES)

Espelho de Vênus - Identidade Sexual e Social da Mulher -
Brasiliense, São Paulo. 1981.

BARROSO, Carmen; CUNHA, Maria Carneiro

O que é Aborto (Frente de Mulheres Feministas), Cortez E
ditora, São Paulo. 1980.

BARROSO, Carmen

Sozinhas ou Mal Acompanhadas: A Situação da Mulher Chefe
de Família. Texto apresentado no Seminário: A Mulher na
Força de Trabalho na América Latina. Rio de Janeiro. 1978.

BECKER, H.S.; GEER, B.

Participant Observation and Interviewing; A Comparison. In
McCcal, George, Simmons, jl: Issues in Participant Obser-
vation; A Text and Reader. Reading, Mass. Addison Wesley,
1969.

BERQUÓ, Elza S.; CAMARGO, Cândido Procópio, F.

A Fecundidade em São Paulo. Características Demográficas,
Biológicas e Sócio Econômicas. CEBRAP Editora Brasileira,
São Paulo, 1977.

BOTT, Elizabeth

Família e Rede Social. Francisco Alves. Rio de Janeiro.
1979.

BOURDIEU, Pierre

Condição de Classe e Posição de Classe, in Aguiar, Neuma
(Org.) Hierarquia em Classes. Zahar. Rio de Janeiro, 1974.

BRUNO, Anibal

Direito Penal. Cia. Editora Forense. Rio de Janeiro. 1959.

CORREA, Mariza

"A Ilusões da Liberdade - A Escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil" - USP (mimeo), 1982.

FALCONI, Flávio Rodrigo Munhoz

Incidência de Abortos en el Amparo Maternal durante el ano de 1967. Tese de Mestrado. Faculdade de Higiene e Saúde Pública de São Paulo, 1968.

FOUCAULT, Michel

História da Sexualidade - A Vontade de Saber. Graal. Rio de Janeiro, 1968.

FRANCKE, Linda Bird

The Ambivalence of Abortion. Random House. New York, 1978.

FRY, Peter

"As Vantagens de ser Bruxa". Boletim do Conjunto de Antropologia da UNICAMP. (2) 1974.

Para Ingles Ver. Zahar, Rio de Janeiro, 1982.

GORDON, Linda

Woman's Body, Woman's Right. University of California, Los Angeles, 1967.

HOJDA, Josefina Matilde

Aborto: Liberação ou Restrição. Tese de Mestrado. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 1980.

IANNI, Octávio (org.)

Teorias de Estratificação Social. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1978.

MAMMANA, Caetano Zamitti

O Aborto. Letras Editora, São Paulo, 1969.

MARIE, Elizabeth (org.)

Aborto. Um Direito da Mulher Sobre seu Próprio Corpo. Pro
posta Editorial. São Paulo, 1980.

MARTINE, George

Formacion de la Familia y Marginalidade Urbana en Rio de
Janeiro. Centro Latino Americano de Demografia. Santiago
do Chile, 1975.

MILANESI, Maria Lucila

O Aborto Provocado. Editora da Universidade de São Paulo,
1970.

MURARO, Rose Marie

Sexualidade da Mulher Brasileira. Vozes, Petrópolis, 1983.

NUNES, Edson de Oliveira (org.)

A Aventura Sociológica. Zahar. Rio de Janeiro, 1977.

RIBEIRO, Leonídio

Medicina Legal. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1933.

O Novo Código Penal e a Medicina Legal. Livraria Jacinto
Editora, Rio de Janeiro, 1942.

SALEM, Tania

O Velho e o Novo: Um Estudo de Papéis e Conflitos Fami-
liares. Vozes, Petrópolis, 1980.

Mulheres Faveladas: "Com a Venda nos Olhos": in Perspecti
vas Antropológicas da Mulher. Zahar, Rio de Janeiro, 1981.

SINGER, Paul

Dominação e Desigualdade. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1981.

SUPLICY, Marta

Conversando Sobre Sexo. Vozes, Petrópolis, 1983.

TURNER, Victor

Schism and Continuity in an African Society. Manchester University Press, 1964.

Dramas, Fields and Metaphor. Cornell University Press, 1975.

VELHO, Gilberto

Acusações: Projeto Familiar e Comportamento Desviante. Mu seu Nacional, Programa de Pós-Graduação em Antropologia So cia. Comunicação nº 02, 1974.

Individualismo e Cultura. Zahar, Rio de Janeiro, 1981.

VILLALOBOS, André

Classes Sociais e Trabalho Produtivo. CEDEC. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1978.

LEGISLAÇÃO CONSULTADA

Código Penal Brasileiro

Editora Saraiva, 2^a ed., 1928.

Código Penal 1940

Editora Forense, Rio de Janeiro, 5^a ed., 1968.